



Número: **0800944-37.2019.8.15.0251**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **4ª Vara Mista de Patos**

Última distribuição : **28/02/2019**

Valor da causa: **R\$ 12.656,25**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA (AUTOR)		ALBERTO LEITE DE SOUSA PIRES (ADVOGADO) ARTHUR ALVES DE MEDEIROS (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
19555 914	28/02/2019 20:35	Petição Inicial	Petição Inicial
19555 932	28/02/2019 20:35	PROCURAÇÃO E DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA	Outros Documentos
19555 940	28/02/2019 20:35	DOC PESSOAIS	Outros Documentos
19555 949	28/02/2019 20:35	COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA	Outros Documentos
19555 953	28/02/2019 20:35	B.O	Outros Documentos
19555 955	28/02/2019 20:35	CARTA LÍDER	Outros Documentos
19555 960	28/02/2019 20:35	DOC VEÍCULO	Outros Documentos
19555 963	28/02/2019 20:35	DOC MÉDICOS Parte1	Outros Documentos
19555 970	28/02/2019 20:35	DOC MÉDICOS Parte2	Outros Documentos
19559 489	01/03/2019 10:05	Despacho	Despacho
19588 011	04/03/2019 16:58	Carta	Carta
20554 210	15/04/2019 11:53	Aviso de Recebimento	Aviso de Recebimento
20554 211	15/04/2019 11:53	JUNTADA	Aviso de Recebimento
20917 469	03/05/2019 09:35	Contestação	Contestação
20917 473	03/05/2019 09:35	CONTESTACAO E SUBS	Outros Documentos
20917 478	03/05/2019 09:35	DOCS COMPROBATORIOS-otimizado_1	Documento de Comprovação
20917 480	03/05/2019 09:35	DOCS COMPROBATORIOS-otimizado_2	Documento de Comprovação
20917 483	03/05/2019 09:35	KIT_SEGURADORA_LIDER-otimizado_1	Procuração
20917 485	03/05/2019 09:35	KIT_SEGURADORA_LIDER-otimizado_2	Procuração

21351 879	21/05/2019 16:29	Mandado	Mandado
22160 722	20/06/2019 11:15	Contra-razões	Contra-razões
22160 725	20/06/2019 11:15	CONTRARRAZÕES A CONTESTAÇÃO	Outros Documentos
22902 152	23/07/2019 07:33	Decisão	Decisão
23000 942	25/07/2019 16:41	Mandado	Mandado
23170 938	01/08/2019 10:49	Diligência	Diligência
23170 940	01/08/2019 10:49	richard nixon cabral	Devolução de Mandado
24281 882	10/09/2019 13:25	Laudo Pericial	Laudo Pericial
24281 888	10/09/2019 13:25	LAUDO 0800944-37 2019	Outros Documentos
25295 146	14/10/2019 19:41	Petição de Manifestação	Petição
26535 552	26/11/2019 14:18	Petição de habilitação nos autos	Petição de habilitação nos autos
26535 557	26/11/2019 14:18	PROCURAÇÃO_ATOS_SUBS_2016	Procuração
26535 560	26/11/2019 14:18	SUBSTABELECIMENTO- SUELIO	Substabelecimento
29269 488	23/03/2020 15:43	Despacho	Despacho
29580 190	01/04/2020 11:25	Petição	Petição
29580 191	01/04/2020 11:25	2580280_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_A nexo_02	Outros Documentos
29580 192	01/04/2020 11:25	2580280_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_0 1	Outros Documentos
29822 746	14/04/2020 09:02	OFICIO BB - 0800944-37.2019.815.0251	Ofício
29822 748	14/04/2020 09:02	OFICIO BB - 0800944-37.2019.815.0251	Ofício
30013 552	20/04/2020 16:31	Petição	Petição
30013 557	20/04/2020 16:31	2580280_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_An exo_02	Outros Documentos
30013 558	20/04/2020 16:31	2580280_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_01	Outros Documentos
30969 897	25/05/2020 19:56	Sentença	Sentença
31105 587	29/05/2020 11:37	Apelação	Apelação
31105 589	29/05/2020 11:37	RECURSO APELAÇÃO - HONORÁRIOS FIXADOS EM VALOR IRRISÓRIO	Informações Prestadas
31110 039	29/05/2020 13:15	Mandado	Mandado
31408 940	09/06/2020 15:27	Contrarrrazões	Contrarrrazões
31408 944	09/06/2020 15:27	2580280_CONTRARRAZOES_DE_RECURSO_01	Outros Documentos
51151 376	17/06/2020 15:26	Certidão de Prevenção	Certidão de Prevenção
51151 377	01/07/2020 14:27	Petição	Petição
51151 378	01/07/2020 14:27	2580280_PETICAO_DE_JUNTADA_DE_LIQUIDACA O_01	Petição
51151 379	01/07/2020 14:27	2580280_PETICAO_DE_JUNTADA_DE_LIQUIDACA O_Anexo_02	Documento de Comprovação
51151 380	01/07/2020 14:27	2580280_PETICAO_DE_JUNTADA_DE_LIQUIDACA O_Anexo_03	Documento de Comprovação
51151 381	03/07/2020 11:34	Despacho	Despacho

51151382	03/07/2020 13:15	Certidão	Certidão
51151383	17/08/2020 13:44	Petição	Petição
51151384	17/08/2020 13:44	2580280_JUNTADA_DE_CUSTAS_FINALS_Anexo_02	Petição
51151385	17/08/2020 13:44	2580280_JUNTADA_DE_CUSTAS_FINALS_01	Petição
51151386	18/12/2020 22:14	Despacho	Despacho
51151387	12/03/2021 11:15	Despacho	Despacho
51151388	23/03/2021 09:37	Intimação de Pauta	Mandado de Reintegração e/ou Manutenção de Posse
51151389	23/03/2021 11:15	Intimação de Pauta	Mandado de Reintegração e/ou Manutenção de Posse
51151390	12/04/2021 14:46	Certidão de julgamento	Certidão
51151391	30/04/2021 18:04	Acórdão	Acórdão
51151392	30/04/2021 18:04	Relatório	Relatório
51151393	30/04/2021 18:04	Voto do Magistrado	Voto
51151394	30/04/2021 18:04	Ementa	Ementa
51151395	04/05/2021 06:32	Expediente	Expediente
51151396	20/05/2021 12:42	Embargos de Declaração	Embargos de Declaração
51151397	20/05/2021 12:42	2580280_EMBARGOS_DE_DECLARACAO_ACORDAO_2a_INST_01	Petição
51151398	25/05/2021 10:08	Despacho	Despacho
51152049	25/05/2021 13:03	Expediente	Expediente
51152050	15/06/2021 10:35	Certidão de Decurso de prazo	Certidão de Decurso de prazo
51152051	20/07/2021 15:59	Petição de Informações	Petição
51152052	20/07/2021 15:59	CONTRATO FIES - ARTHUR ALVES DE MEDEIROS	Documento de Comprovação
51152053	20/07/2021 15:59	DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE IRPF	Documento de Comprovação
51152054	20/07/2021 15:59	DECLARAÇÃO DE POBREZA	Documento de Comprovação
51152055	20/07/2021 15:59	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO - OAB	Documento de Comprovação
51152056	20/07/2021 15:59	REQUERIMENTO AUXILIO ALIMENTAÇÃO EMERGENCIAL	Documento de Comprovação
51152057	20/07/2021 15:59	GuiaCustas	Documento de Comprovação
51152058	08/08/2021 23:35	Despacho	Despacho
51152059	11/08/2021 22:31	Intimação de Pauta	Mandado de Reintegração e/ou Manutenção de Posse
51152060	12/08/2021 14:15	Intimação de Pauta	Mandado de Reintegração e/ou Manutenção de Posse
51152061	25/08/2021 22:25	Despacho	Despacho
51152062	05/09/2021 12:24	Certidão de julgamento	Certidão
51152063	28/09/2021 22:32	Acórdão	Acórdão
51152064	28/09/2021 22:32	Relatório	Relatório
51152065	28/09/2021 22:32	Voto do Magistrado	Voto

51152 066	28/09/2021 22:32	Ementa	Ementa
51152 067	12/10/2021 15:21	Expediente	Expediente
51152 068	10/11/2021 17:43	Certidão Trânsito em Julgado	Certidão Trânsito em Julgado
51479 918	18/11/2021 11:10	Despacho	Despacho

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUÍZA DE DIREITO DA __VARA CÍVEL DA C
PARAÍBA**

RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA, brasileiro, solteiro, autônomo, portador da cédula de identidade RG de nº 1142357325 SSP/BA, e inscrito no CPF sob nº 927.440.104-30, domiciliado na Rua Alto Casteliano, nº 761, Bairro Santo Antônio, na Cidade de Patos, Estado da Paraíba, CEP: 58.701-398, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência por seu advogado, conforme instrumento de procuração doc. anexo, com fulcro no art. 319 e ss do Código de Processo Civil, Lei 6.194/74, bem como alterações pela Lei 11.482/07, ajuizar a presente:

AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DPVAT

com fulcro na Lei 8.441/92, que dá nova redação à Lei Federal nº 6.194/74, e nos demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 09.248.608/0001-04, situada na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP - 20031-205, pelo que declara e passa a expor:

PRELIMINARMENTE

DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA

Requer a concessão do benefício da Justiça Gratuita à parte autora, vez que não possui meios para arcar com as custas deste processo sem prejuízo de seu sustento e de sua família, conforme comprova através de documento em anexo. Fundamenta seu pedido nos arts. 4º e seguintes da lei nº 1.060/50, com redação dada pela Lei nº 7.510/86, e art. 5º, LXXIV da CF.

DA COMPETÊNCIA

A parte demandante fez a escolha deste foro, tendo em vista o domicílio do autor e com base na Súmula 540 do STJ: "Na ação de cobrança do seguro DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os foros do seu domicílio, do local do acidente ou ainda do domicílio do réu".



DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

Diante do novo artigo 319, inciso VII e artigo 334, §5º do CPC, vem a parte autora expor que não tem interesse em participar, neste primeiro momento, da audiência de conciliação e mediação antes da realização da perícia médica, pois a Lei que regulamenta o Seguro DPVAT impõe a necessidade dela para quantificar o grau da lesão e, conseqüentemente, verificar se a parte autora tem algum valor a receber ou não. Após isso, é que a Seguradora ré será capaz de ofertar possível proposta ou o MM. Juiz julgar.

Assim, com base nas explanações acima e no artigo 334, §5º do CPC, a parte autora **não** tem interesse na autocomposição nesta fase do processo.

DOS FATOS

A parte demandante foi vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia **16/06/2018**, que resultaram em sequelas definitivas, quais são:

FRATURA DE MEMBRO SUPERIOR ESQUERDA;

FRATURA DA CLAVÍCULA ESQUERDA;

FRATURA DO 2º METATARSIANO DO PÉ ESQUERDO;

FRATURA DO 4º METATARSIANO DO PÉ ESQUERDO;

COM DORES INTENSAS E LIMITAÇÃO DOS MOVIMENTOS DO BRAÇO ESQUERDO.

Acarretando-lhe sequelas permanentes, assim impedindo o desempenho de suas funções habitualmente exercidas, conforme documentação anexa.

No entanto, a parte requerente fez requerimento administrativo do Seguro **(SINISTRO N° 3180484183)**, recebendo da seguradora líder a quantia de **R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**, ou seja, **não recebendo o valor indenizatório de direito**, mesmo comprovando as lesões sofridas, estando em total desrespeito à legislação vigente, fazendo jus a parte autora ao recebimento da integralidade **de toda a monta indenizatória**, restando a parte autora o direito a receber a diferença no valor de **R\$ 12.656,25 (doze mil seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos)**.

Preponderante destacar que o fato do acidente ocorreu, haja vista documentação vasta juntada a esta inicial, de modo que o envolvimento em acidente de trânsito e com veículo automotor já dá direito ao requerente pleitear por tal seguro.

DO DIREITO

Sendo a parte demandante vítima de acidente de veículo automotor, atrai a aplicação da Lei nº 6.194/74 (Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não); conforme o artigo 3º, alínea “b” que dispõe:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de



assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada: (Lei nº 11.482/2007)

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.”

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (**LEI Nº 6.194/1974**).

Assim, esclarecendo novamente, a parte autora não recebeu o valor integral de pleno direito, em total desrespeito com a legislação vigente, fazendo jus ao recebimento da diferença ao valor integral da indenização, de seu direito, caso realmente exista, após perícia quantitativa obrigatória a ser realizada em Juízo conforme Súmula 474 do STJ, que segue abaixo:

“A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

Conforme documentos anexos, a parte demandante comprova o acidente e os danos por este causado, em consonância com o art. 5º, da Lei 6.194/74, que exige a simples prova do acidente independentemente da existência de culpa, conforme jurisprudências transcritas a seguir, in verbis:

SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES APELAÇÃO CÍVEL 4550/96 - Reg. 3204-1 Cod. 96.001.04550 QUARTA CÂMARA - Unânime Juiz: PAULO GUSTAVO REBELLO HORTA - Julg: 27/06/96 DPVAT. FALTA DE CONTRATAÇÃO DO SEGURO. LEI N. 8441/92. INCONSTITUCIONALIDADE. INOCORRENCIA. A Lei n. 8441/92 não conflita com o art. 192 da Constituição da Republica nem contraria a essência do contrato de seguro, previsto no art. 1432 do Código Civil, nos casos em que o seguro não se acha realizado ou vencido, pois a constituição obrigatória do consórcio de seguradoras foi criado justamente para cobrir a indenização por pessoas acidentadas, independente do pagamento do prêmio. Inconstitucionalidade rejeitada. A indenização por morte em acidente de transito e devida, mediante simples prova do acidente, ainda que não recolhido o DPVAT. Cabe a seguradora acionada reaver do consórcio o que tiver satisfeito em face da aplicação do art. 7. da Lei n. 8441/92.(grifo nosso)

Diante do exposto, não restou alternativa senão entrar com a presente ação para receber o correspondente à diferença entre o valor recebido e o valor devido com base na Lei 6.194/74.

DO REQUERIMENTO

Assim, ante o exposto, é a presente para REQUERER à Vossa Excelência o quanto segue:

1) Seja citada a ré na forma do artigo 242 do NCPC, com a observação do não interesse na audiência de conciliação e mediação, bem como com as suas devidas observações e consequências no endereço indicado nesta peça vestibular, nas pessoas de seus representantes legais;

2) A **PROCEDÊNCIA** da presente, com a condenação da requerida ao pagamento da diferença no valor de **R\$ 12.656,25 (doze mil seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos)** da indenização



do seguro obrigatório DPVAT, corrigidos monetariamente juros de 1% a.m. contados desde a data do acidente, conforme Súmula 54 do STJ e atualizados à data da efetiva liquidação, com fulcro no artigo 3º, alínea “a”, da Lei 6.194/74 e com fulcro no art. 319 e ss do Código de Processo Civil;

3) Requer a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, inciso VIII do Código de Defesa do Consumidor, por ser parte hipossuficiente desta relação.

4) Requer que Vossa Excelência conceda os benefícios da justiça gratuita, considerando que a parte autora não pode arcar com as custas e demais despesas processuais.

5) Atesta a autenticidade dos documentos trazidos à baila a este M.M Juízo, sob responsabilidade exclusiva do advogado patrono desta ação, conforme artigo 425 do Código de Processo Civil.

6) Protesta e requer provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos.

7) Em especial e indispensável, **requer que seja realizada a PROVA PERICIAL**, para averiguar o grau das lesões da parte autora, através de perícia traumatológica.

8) Requer a condenação em honorários advocatícios na importância de 20% com base no artigo 85 e seguintes do NCPC.

9). Julgar totalmente procedentes as pretensões da parte Demandante acima pleiteadas, por ser da mais inteira JUSTIÇA.

10). Outrossim, requer sejam todas as intimações publicadas exclusivamente em nome dos Procuradores **Arthur Alves de Medeiros, inscrito na OAB/PB 25.763**, com endereço profissional constante na procuração.

Dá-se a esta o **R\$ 12.656,25 (doze mil seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos)**.

Nestes termos,

Pede Deferimento.

Patos/PB, 28 de fevereiro de 2019.

Arthur Alves de Medeiros

OAB/PB 25.763



QUESITOS PERICIAIS DA PARTE AUTORA:

1. **HOUVE LESÃO À INTEGRIDADE FÍSICA DA PARTE AUTORA EM VIRTUDE DO ACIDENTE DE TRÂNSITO?**
2. **QUEIRA O SR. PERITO ESCLARECER SE AS LESÕES SÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO OU PERMANENTE?**
3. **O ACIDENTE AFETOU EM PERDA DA FORÇA, MOBILIDADE, FLEXIBILIDADE EM ALGUM MEMBRO, OU OUTRA LIMITAÇÃO, COMO, SENTIDO OU FUNÇÃO?**
4. **SE TEM DEFORMIDADE? EM QUAL REGIÃO DO CORPO? HOUVE DANO DA PARTE ESTÉTICA?**
5. **A DEBILIDADE/DEFORMIDADE PERMANENTE OCASIONADA IMPEDE A REQUERENTE DE LEVAR UMA VIDA COMUM? GERA-LHE LIMITAÇÕES? OU RESULTA EM PERIGO DE VIDA?**
6. **DAS LESÕES RESULTA INCAPACIDADE PARA O TRABALHO OU INCAPACIDADE FISIOLÓGICA?**
7. **EXISTE TRATAMENTO MÉDICO/CIRÚRGICO CAPAZ DE REVERTER A SITUAÇÃO DO REQUERENTE? TAL PROCEDIMENTO É VIÁVEL E ACESSÍVEL ÀS PESSOAS DE SITUAÇÃO FINANCEIRA HIPOSSUFICIENTE? SE EFICAZ? QUAL A PORCENTAGEM?**
8. **A INVALIDEZ DO REQUERENTE PODE SER FIXADA EM REPERCUSSÃO TOTAL, INTENSA, MÉDIA, LEVE OU RESIDUAL? QUAL A PORCENTAGEM DA INVALIDEZ?**



PROCURAÇÃO "ad judícia"

Outorgante: Eu, Richard Nixon Cabral de Moura

brasileiro(a), estado civil solteiro, profissão comerciante,
nascido(a) em 08/03/1973, inscrito(a) no CPF sob o nº 927.440.109-30 e
RG nº 11423573-25 residente na Rua Alto Costelheiro, Nº 701,
Bairro Santo Antonio, na cidade de Patos,
Estado Paraíba, CEP 58700 - 000, fone (83) 99990-9292,
e-mail _____

Outorgados: **ALBERTO LEITE DE SOUSA PIRES**, brasileiro, solteiro, Advogado, inscrito na OAB/PB sob o nº 19.997, **ARTHUR ALVES DE MEDEIROS**, brasileiro, solteiro, Advogado, inscrito na OAB/PB sob o nº 25.763, ambos com escritório, endereço na Rua Paulo Mendes, nº 16, Centro, Cidade de Patos, Estado da Paraíba, CEP: 58.700-240, fone (83) 3421-7636 e **DEJAIR QUEIROZ DE ARAÚJO**, brasileiro, casado, acadêmico de direito, inscrito no RG sob o nº 58.354.94 e CPF sob o nº 041.095.504-32.

Poderes: Através do presente instrumento particular de mandato, o(a) **Outorgante** nomeia e constitui como seus procuradores os Outorgados, concedendo-lhes os poderes da **cláusula para o foro em geral (ad judícia) com poderes amplos**, gerais e ilimitados, podendo em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, defenderem meus interesses, especialmente _____ para _____ proporem

Ação Ordinária de Cobrança de Indenização
Securitária DPVAT
a fim de que, em conjunto ou separadamente, possa(m) realizar todos os atos que se fizerem necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato, inclusive promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, perante qualquer juízo, instância ou Tribunal, repartição pública e órgãos da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual e municipal, autarquia ou entidade paraestatal. Confere ainda os poderes especiais para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, assinar termo de renúncia de valores excedentes à alçada do JEF e assinar declaração de hipossuficiência econômica, em conformidade com o disposto no art. 105 da Lei 13.105/2015, podendo substabelecer o presente com ou sem reserva de poderes se assim lhe convier. **Não autorizo por este instrumento os advogados à sacarem valores em meu nome.**

Nesta data, em 26/10/2018.

Richard Nixon Cabral de Moura
Outorgante



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Eu, Richard Nixon Cabral de Moura
brasileiro(a), estado civil Solteiro, profissão Comerciante,
nascido(a) em 08/03/1973, inscrito(a) no CPF sob o nº 927.440.104-30 e
RG nº 11923573-25 residente na Rua Alto Casteliano, Nº 61
Bairro Santo Antonio, na cidade de Patos
Estado Paraíba, CEP 58400-000, fone (83) 99999-9292
e-mail _____ declaro sob as penas da lei que não
posso condições financeiras de arcar com os encargos processuais sem afetar o meu
sustento e o da minha própria família.

Por isso requeiro a Vossa Excelência, a concessão dos benefícios da Gratuidade da Justiça,
para o exercício de meus direitos e garantias fundamentais constitucionalmente
assegurados.

Nesta data, em 26/10/2018.



Declarante



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES
 CATEGORIA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

RIGERRE NIXON CARRAL DE MOURA

LOCALIDADE/ORGANIZAÇÃO: 1142357325 SSB PA

CPF: 927.850.104-30 DATA DE NASCIMENTO: 08/03/1973

FILIAÇÃO: MANUEL DE MOURA ALVES
 MARIA LUCIA CARRAL DE MOURA

SEXO: M COR: BR

RG: 03016110127-1 VENCIMENTO: 28/07/2022 VALIDADE: 11/09/2003

PROIBIDO PLASTIFICAR 1489091203

ASSINATURA DO DETENTADOR: [Assinatura]

LOCAL: PATOS, PB DATA: 28/07/2019

ASSINATURA DO EMISSOR: [Assinatura]

PARAIBA

95460095440
 PB035095134







VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

RG 11423573 25 DATA DE EMISSÃO 10/06/2009

Nome: RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA

Nome de Mãe: MANUEL DE MOURA ALVES

Nome do Pai: MARIA LUCIA CABRAL DE MOURA

Nascimento: 08/03/1973

Local de Nascimento: PATOS PB

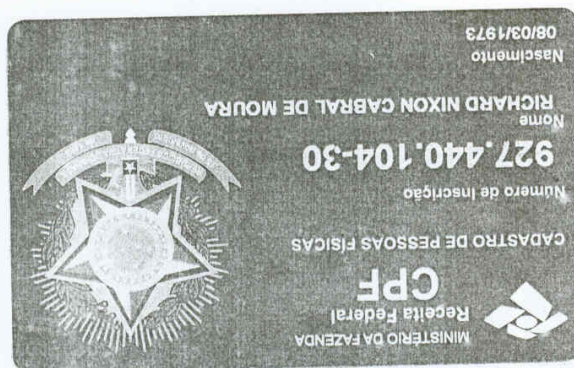
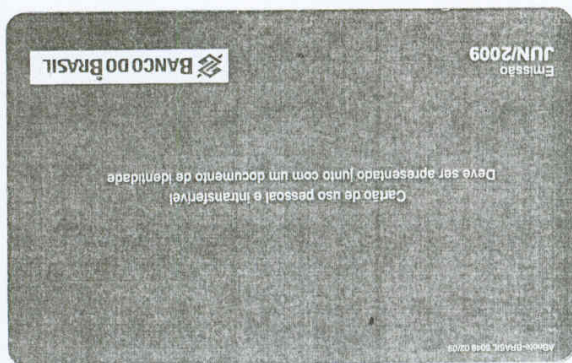
Doc. Original: CER-NAS CM-PATOS PB

DST-SEDE L-05A F-180 R-060322

CPF: 927.440.104 30

Assinatura: [Assinatura]

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83





CAGEPA
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA
Rua Feliciano Cirne, 220 - Jaguaribe João Pessoa - PB
CEP: 58.015-570 - CNPJ: 09.123.654/0001-87

PARA CONTATO COM A CAGEPA,
INFORME ESTE NÚMERO

MATRÍCULA

28811720

REFERÊNCIA

ABR/2018

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA/ESGOTO E SERVIÇOS

MANOEL DE MOURA ALVES
RUA ALTO CASTELIANO, 761 - SANTO ANTONIO PATOS PB
58701-398

Inscrição	SMI	Quantidade de Economias				Responsável
		Residencial	Comercial	Industrial	Público	
075.002.130.0288.000	000	1	0	0	0	
Hidrômetro	Data de Instalação	Localização	Situação Água	Situação Esgoto		
V10X392194	20/05/2011	LARDE LAC LIGADO	POTENCIAL			
ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO (M3)	NUM DE DIAS	PROXIMA LEITURA		
2114	2128	14	32	02/05/2018		
HIST. DE CONS./ANOR. LEIT.		QUALID. DA AGUA-DECRETO 2.914/2011-MS.				
MAR/2018	13	0	PARAMETROS EXIG.	ANALIS.	CONFORMES	
FEV/2018	14	0	TURBIDEZ	0	0	0
JAN/2018	22	0	COLOR	0	0	0
DEZ/2017	19	0	COL. TERMOT	0	0	0
NOV/2017	17	0	COR	0	0	0
OUT/2017	16	0	COL. TOTAIS	0	0	0
MEDIA(M)	16	DADOS REFERENTES A: FEV/2018				

DATA DA IMPRESSÃO: 03/04/2018

HORA DA IMPRESSÃO: 10:57:22

DESCRIÇÃO
ÁGUA

CONSUMO TOTAL(R\$)

RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)

ATE 10 M3 - 36,84 POR UNIDADE

10 M3

36,84

11 M3 A 20 M3 - R\$ 4,75 POR M3

4 M3

19,00

ESGOTO

VALOR APROXIMADO DE TRIBUTOS: R\$ 5,17 PIS E CONFINS. LEI 12.741/12

VENCIMENTO:

16/04/2018

Total a Pagar:

R\$ 55,84



CONDIÇÃO DE LEITURA: REALIZADA

CONDIÇÃO DO FATURAMENTO: REAL

TIPO DE TARIFA: 1

INFORMAÇÕES GERAIS:

*** ACOMPANHE COMO ESTA SENDO APLICADO SEU DINHEIRO ***

WWW.TRANSPARENCIA.PB.GOV.BR





BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 4066/2018

Aos **VINTE (20) dias** do mês de **SETEMBRO** do ano de **DOIS MIL E DEZOITO (2018)**, nesta cidade de Patos/PB, no Cartório desta Delegacia de Polícia, sob a responsabilidade do Excelentíssimo Senhor Delegado da Polícia Civil, **MANOEL MARTINS FERNANDES**, Delegado (a) de Polícia Civil, comigo Escrivão de Polícia Ad-Hoc, ao final assinado. Aí, por volta das 10h32min compareceu: **RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA**, brasileiro (a), solteiro (a), comerciante, com 45 anos, data de nascimento 08/03/1973, RG. 1142357325 SSP/BA, CPF: 927.440.104 30, natural de Patos - PB, filho (a) de Manuel de Moura Alves e de Maria Lúcia Cabral de Moura, residente na Rua Alto Casteliano, nº 761, bairro Santo Antônio, Patos/PB, Fone: (83) 9.86151055, A fim de prestar a seguinte queixa:

QUE, o (a) notificante afirma que no dia (12/06/18) por volta 11h30min estava trafegando em uma motocicleta, HONDA/BIZ 125 ES, PLACA: QFE 9696/PB, CHASSI: 9C2JC4820CR038298, RENAVAL: 01245121518, ANO: 2012/12, COR PRETA, Licenciada em nome de Maria Tomas dos Santos; Que o notificante afirma que quando estava conduzindo sua motocicleta ao lado do banco do nordeste, na Rua Felizardo Leite, centro, Patos/PB, um veículo FORD/KA, que vinha na Rua Pedro Caetano, não parou no cruzamento, com isso ocorreu uma colisão entre sua moto e o carro; Que o notificante diz que com o impacto da batida veio a cair ao chão onde ficou até a chegada do SAMU que prestou os primeiros socorros e o encaminhou para o HRP da cidade de Patos/PB; Que ao chegar ao hospital e passar por exames, foi diagnosticado uma fratura no pé esquerdo e a quebra da clavícula do lado esquerdo.

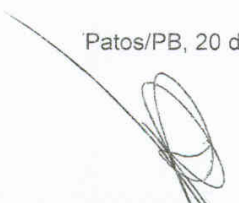
Nada mais havendo a constar, encerro a presente certidão que, lida e achada conforme, vai devidamente datada e assinada por mim. Eu, escrivão de Polícia, que o digitei. O referido é verdade. Dou fé.

TERMO DE RESPONSABILIDADE: Declaro assumir inteira responsabilidade civil e criminal, referente ao Registro da Ocorrência supra que deu origem a presente Certidão. (Artigo 299, do C.P.B. - Falsidade Ideológica - Pena: Reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos.

Notificante: _____

Richard Nixon Cabral de Moura

Patos/PB, 20 de Setembro de 2018.



Hermendo Barbosa Rodrigues
Policial Civil
Mat.: 168.548-1



Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

ACESSIBILIDADE



A A A

(/Pages/Acessibilidade.aspx)



(/Pages/Atalhos-

DEMO PEDIR INDENIZAÇÃO

Teclado.aspx)

Documentos Despesas Médicas

(/Pages/Documentacao-

Despesas-Medicas.aspx)

Documentos Invalidez

Permanente

(/Pages/Documentacao-

Invalidez-Permanente.aspx)

Documentos Morte

(/Pages/Documentacao-

Morte.aspx)

Dicas Indispensáveis

(/Pages/Dicas-Indispensaveis-

Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento, o parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3180484183 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev Pr

BENEFICIÁRIO RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA

CPF/CNPJ: 92744010430

Posição em 03-01-2019 16:35:14

Seu pedido de indenização foi concluído com a liberação do pagamento. O valor

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
09/11/2018	R\$ 843,75	R\$ 0,00	R\$ 843,75

Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
20/10/2018	Exigência Documental	(https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api_key=WC0KGK1kCRZvGaIEW+KKRyRRuFtCgxbt6)
19/10/2018	Aviso de Sinistro	(https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:844/api_key=WC0KGK1kCRZvGaIEW+KKRyRRuFtCgxbt6)

PAGUE SEGURO

Como Pagar (/Pages/Saiba-como-pagar.aspx)

Consulta a Pagamentos Efetuados (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx)

ACOMPANHE O PROCESSO

Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização.

(/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)

Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT



(https://itunes.apple.com/us/app/seguro-

dpvat/id1375178092?l=pt&ls=1&mt=8)



(https://play.google.com/store/apps/details?

id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital)



Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, Maricelia Tomaz de Araujo,
RG nº 3.097.218, data de expedição 11/08/2007
Órgão SSDS - PB, portador do CPF nº 060.568.454-51, com
domicílio na cidade de Patos, no Estado de
Paraíba, onde residio na (Rua/Avenida/Estrada)
Rua José Jorge - Santo Antonio, nº 176,
complemento Casa, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo
mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a
vítima Richard Nixon Cabral de Moura cujo o condutor era
Richard Nixon Cabral de Moura.

Veículo: MOTO
Modelo: HONDA / BIZ 125 ES
Ano: 2012 / 2012
Placa: QFE9696 / PB
Chassi: 9C2JC4820CR038298
Data do Acidente: 12/06/2018
Local e Data: Patos - PB; 01/Outubro/2018


Assinatura do Declarante

(Com reconhecimento de firma por autenticidade ou verdadeira)

Assinatura do Condutor (caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro)
(Sem reconhecimento de firma)

DINAMÉRICO WANDERLEY
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
Rua Dinâmico Wanderley, 114 - Centro
Patos - PB 58000-000
Fone: (33) 3421-2735
Fax: (33) 3421-6020
E-mail: dinamico@dinamico-wanderley.com.br

Reconheço, como autenticidade e verdadeira, a(s) Firma(s) de
MARICELIA TOMAZ DE ARAUJO
Em test. da verdade, Patos-PB 01/10/2018 16:36:30
ZULETANIA MEDEIROS DE LUCENA - ESCRIVENTE
(2018-021434) EMO: R\$ 19,48 FARPEN: R\$ 0,28 FEPJ: R\$ 1,90 ISS: R\$ 1,17
SELO DIGITAL: AH085640-RDX2
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>

2º OFÍCIO DE NOTAS
Patos - PB





REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		MINISTÉRIO DAS CIDADES	
DETTRAN - PB Nº 014082271690 CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO			
VIA	COD. RENAVAM	DATA EMISSÃO	DATA DE PAGAMENTO
1	0124512151-8	2018	27/09/2018
MARICELIA TOMAZ DE ARAUJO			
CPF/CNPJ	PLACA	CHASSI	PLACA
06056845451	QFE9696/PB	QFE9696/PB	QFE9696/PB
PLACA ANT./UF	NOVO	CHASSI	CHASSI
PB	NOVO	9C2JC4820CR038298	9C2JC4820CR038298
MARCA/MODELO			
HONDA/BIZ 125 ES			
COR/PREDOMINANTE			
PRETA			
CATEGORIA			
PARTIC			
CAP/ROT/OL			
2 P/124 /CI			
COTA ÚNICA			
1º 00/00/0000			
2º 00/00/0000			
3º 00/00/0000			
FAIXA IPVA			
0			
PREMIO TARIFARIO (R\$)			
0			
CUSTO DO BILHETE (R\$)			
0			
CUSTO DO SEGURO (R\$)			
0			
COTA ÚNICA			
0			
PREMIO TOTAL (R\$)			
0			
DATA DE PAGAMENTO			
13/06/2018			
OBSERVAÇÕES			
SEM RESERVA DE DOMÍNIO			
PAGOS - PB			
36838			
DATA			
27/09/2018			
LOCAL			
36838			

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		MINISTÉRIO DAS CIDADES	
DETTRAN - PB Nº 014082271690 CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO			
VIA	COD. RENAVAM	DATA EMISSÃO	DATA DE PAGAMENTO
1	0124512151-8	2018	27/09/2018
MARICELIA TOMAZ DE ARAUJO			
CPF/CNPJ	PLACA	CHASSI	PLACA
06056845451	QFE9696/PB	QFE9696/PB	QFE9696/PB
PLACA ANT./UF	NOVO	CHASSI	CHASSI
PB	NOVO	9C2JC4820CR038298	9C2JC4820CR038298
MARCA/MODELO			
HONDA/BIZ 125 ES			
COR/PREDOMINANTE			
PRETA			
CATEGORIA			
PARTIC			
CAP/ROT/OL			
2 P/124 /CI			
COTA ÚNICA			
1º 00/00/0000			
2º 00/00/0000			
3º 00/00/0000			
FAIXA IPVA			
0			
PREMIO TARIFARIO (R\$)			
0			
CUSTO DO BILHETE (R\$)			
0			
CUSTO DO SEGURO (R\$)			
0			
COTA ÚNICA			
0			
PREMIO TOTAL (R\$)			
0			
DATA DE PAGAMENTO			
13/06/2018			
OBSERVAÇÕES			
SEM RESERVA DE DOMÍNIO			
PAGOS - PB			
36838			
DATA			
27/09/2018			
LOCAL			
36838			



SERVIÇO DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA - SAMU 192

FICHA DE REGULAÇÃO MÉDICA / ATENDIMENTO VTR: 13804

IDENTIFICAÇÃO / OCORRÊNCIA:

DATA 12.06.18	OCCORRÊNCIA	PACIENTE / USUÁRIO Richardy M. ¹⁰⁰	IDADE 45	SEXO <input type="checkbox"/> MASC <input type="checkbox"/> FEM
LOCAL DE OCORRÊNCIA R. Rui BARBOSA		BAIRRO CENTRO		MÉDICO REGULADOR
APOIO NO LOCAL: <input type="checkbox"/> PM <input type="checkbox"/> RESGATE / BOMBEIROS <input type="checkbox"/> RESGATE PPF <input type="checkbox"/> CPTRAN <input type="checkbox"/> STTRANS <input type="checkbox"/> OUTRO:				
QTA: <input type="checkbox"/> SOCORRIDO POR TERCEIROS <input type="checkbox"/> RECUSOU ATENDIMENTO <input type="checkbox"/> SOCORRIDO PELO BOMBEIRO <input type="checkbox"/> LOCAL NÃO ENCONTRADO <input type="checkbox"/> OUTRO				

TIPO DE AGRAVO:

<input checked="" type="checkbox"/> ACIDENTE DE TRÂNSITO	<input type="checkbox"/> PEDIÁTRICO
<input type="checkbox"/> AGRESSÃO	<input type="checkbox"/> PSIQUIÁTRICO
<input type="checkbox"/> CLÍNICO	<input type="checkbox"/> QUASE AFOGAMENTO/AFOGAMENTO
<input type="checkbox"/> DESABAMENTO/SOTERRAMENTO	<input type="checkbox"/> QUEDA _____ METROS
<input type="checkbox"/> ELETROCUSSÃO	<input type="checkbox"/> QUEIMADURAS
<input type="checkbox"/> F.A.B.	<input type="checkbox"/> OUTROS
<input type="checkbox"/> F.A.F. (P.A.F.)	
<input type="checkbox"/> GINECO-OBSTÉTRICO	
<input type="checkbox"/> LESÕES TÉRMICAS	

TIPO DE AGRAVO:

<input type="checkbox"/> AÍDS	<input type="checkbox"/> DOENÇA MENTAL
<input type="checkbox"/> ALCOOLISMO	<input type="checkbox"/> DOENÇA RENAL
<input type="checkbox"/> AVC	<input type="checkbox"/> DROGA
<input type="checkbox"/> CIRURGIAS REALIZADAS	<input type="checkbox"/> HIPERTENSÃO ARTERIAL
<input type="checkbox"/> CONVULSÕES	<input type="checkbox"/> INTERNAMENTOS ANTERIORES
<input type="checkbox"/> DIABETES	<input type="checkbox"/> MEDICAMENTOS
<input type="checkbox"/> DOENÇA CARDÍACA	<input type="checkbox"/> PROBLEMAS RESPIRATÓRIOS
<input type="checkbox"/> DOENÇA INFECTO-CONTAGIOSA	<input type="checkbox"/> OUTROS

DESTINO DO PACIENTE:

SERVIÇO: _____ RESPONSÁVEL: _____ FUNÇÃO: _____

MOTIVO DE TRANSPORTE:

☐ APOIO DIAGNÓSTICO ☐ SERVIÇO DE MAIOR COMPLEXIDADE ☒ TRANSFERÊNCIA SIMPLES

☐ OUTRO:

TRANSPORTE SECUNDÁRIO - DESTINO

LOCAL: _____ RESPONSÁVEL: _____ FUNÇÃO: _____

EXAME CLÍNICO (PRINCIPAIS SINTOMAS / QUEIXAS):

DADOS VITAIS:

VAA: ☐ LIVRE ☐ OBSTRUÍDA / RESPIRAÇÃO: ☐ >30rpm ☐ <30rpm / PULSO RADIAL: ☐ Presente ☐ Ausente / PAS: ☐ >90mm Hg ☐ <90mm Hg

P.A.: 120 X 80 FC: FR: 80 TEMP.: - °C - GLICEMIA: - mg/dl - E. Com a: - SpO2s/O2: 97 SpO2c/O2: -

SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM:

DIAGNÓSTICO DE ENFERMAGEM:

☐ Ansiedade ☐ Capacidade Adaptativa Intracraniana Diminuída ☐ Comunicação verbal Prejudicada Confusão Aguda Deambulação Prejudicada Débito Cardíaco Diminuído Desobstrução Ineficaz das VAAA Disreflexia Autônoma Dor Aguda Hipertermia Hipotermia Integridade da Pele Prejudicada Integridade Tissular Prejudicada Medo Intolerância à Atividade Mucosa Oral Prejudicada Padrão Respiratório Ineficaz Perfusão Tissular Cerebral Ineficaz Perfusão Tissular Cardíopulmonar Ineficaz Perfusão Tissular Gastrointestinal Ineficaz Perfusão Tissular Renal Ineficaz Termorregulação Ineficaz Troca de Gases Prejudicada Ventilação Espontânea Prejudicada Volume de Líquidos Devidentes Volume Excessivo de Líquidos Náusea Retenção Urinária Percepção Sensorial Perturbada Interação Social Prejudicada Incontinência Intestinal Eliminação Urinária Prejudicada Constipação

Outros:

INTERVENÇÕES:

Reduções de H^1 , multiplicação em parafuso rígido

EVOLUÇÃO DO ENFERMEIRO:

Per sexo masculino, 45 anos, consciente, orientado, intimo de quadro de moto, apresentando dor em clavicula direita, e pé direito realizado imobilização, limpeza dos ferimentos, per regulado e administrado indicação prescrita. Encaminhado ao Per



Nome: Maíra de Jesus Pereira

Procedimento Descrição: 01to + 8to

Materiais - Medicamentos e outros:

Observação: Obs: Assente com fufura de pe + eflores
conforme diagnóstico verbal, por f.o to
de 2to x nos 2to - cobrato o procedimento

OBSERVAÇÃO: ☐ SIM ☐ NÃO

Médico / Cirm / Cns: Paloma Nunes

PALOMA CAMPOS NUNES - 8315 - 111-1111-1111-1111

CARÁTER DO ATENDIMENTO:

☐ 01 - ELETIVO
☒ 02 - URGÊNCIA
☐ 03 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA
☐ 04 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO
☐ 05 - OUTRAS LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS

SERVIÇOS REALIZADOS: CÓDIGO PROCEDIMENTO

1 -	03	05	00	07	2
2 -					
3 -					144

CONCLUSÃO DO ATENDIMENTO: 12/06/12

Letra ilegível não é legal (CEM Cap. 3, Art 11)

INTERNAÇÃO ☐ ALTA A PEDIDO ☐ EVASÃO ☐ ÓBITO ☒ ALTA MÉDICA

TRANSFERÊNCIA

MEDICO/CRM:





CLÍNICA RADIOLOGICA DE PATOS

Nome: RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA
Prontuário. 48659
Idade: 45 Anos
Solicitante Dr(a): NAO INFORMADO

Data: 14/06/2018

Relatório.

CLAVÍCULA ESQUERDA.

1. Fratura do terço médio-distal da diáfise da clavícula esquerda.

CONCLUSÃO: fratura óssea.

PÉ ESQUERDO.

1. Traço simples de fratura transversal, sem diástase ou cavalgamento dos fragmentos, ao nível do terço médio do 2º metatarsiano.
2. Fratura longitudinal (seguindo o grande eixo) do 4º metatarsiano.

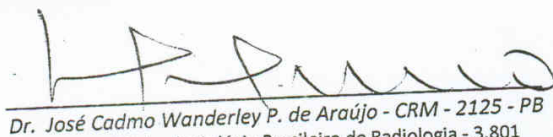
CONCLUSÃO: controle de tratamento de fratura do 2º e 4º metatarsianos, com bota gessada.

NOTA: As informações contidas neste resultado representam a impressão diagnóstica através da interpretação realizada pelo médico radiologista do exame atual. Este laudo não deve ser considerado como absoluto e definitivo, já que as patologias são evolutivas e a identificação das mesmas pode se modificar de acordo com a história natural da doença ou investigação mais profunda.

Importante: voltando a esta clínica, para realizar controle, queira trazer este exame.

OBS: a direção da clínica recomenda o devido acondicionamento das películas e do relatório, para que os mesmos mantenham a qualidade original, não se responsabilizando por possíveis danos ou perdas que venham a ocorrer posteriormente à entrega das mesmas.

1 película



Dr. José Cadmo Wanderley P. de Araújo - CRM - 2125 - PB

Membro Titular do Colégio Brasileiro de Radiologia - 3.801

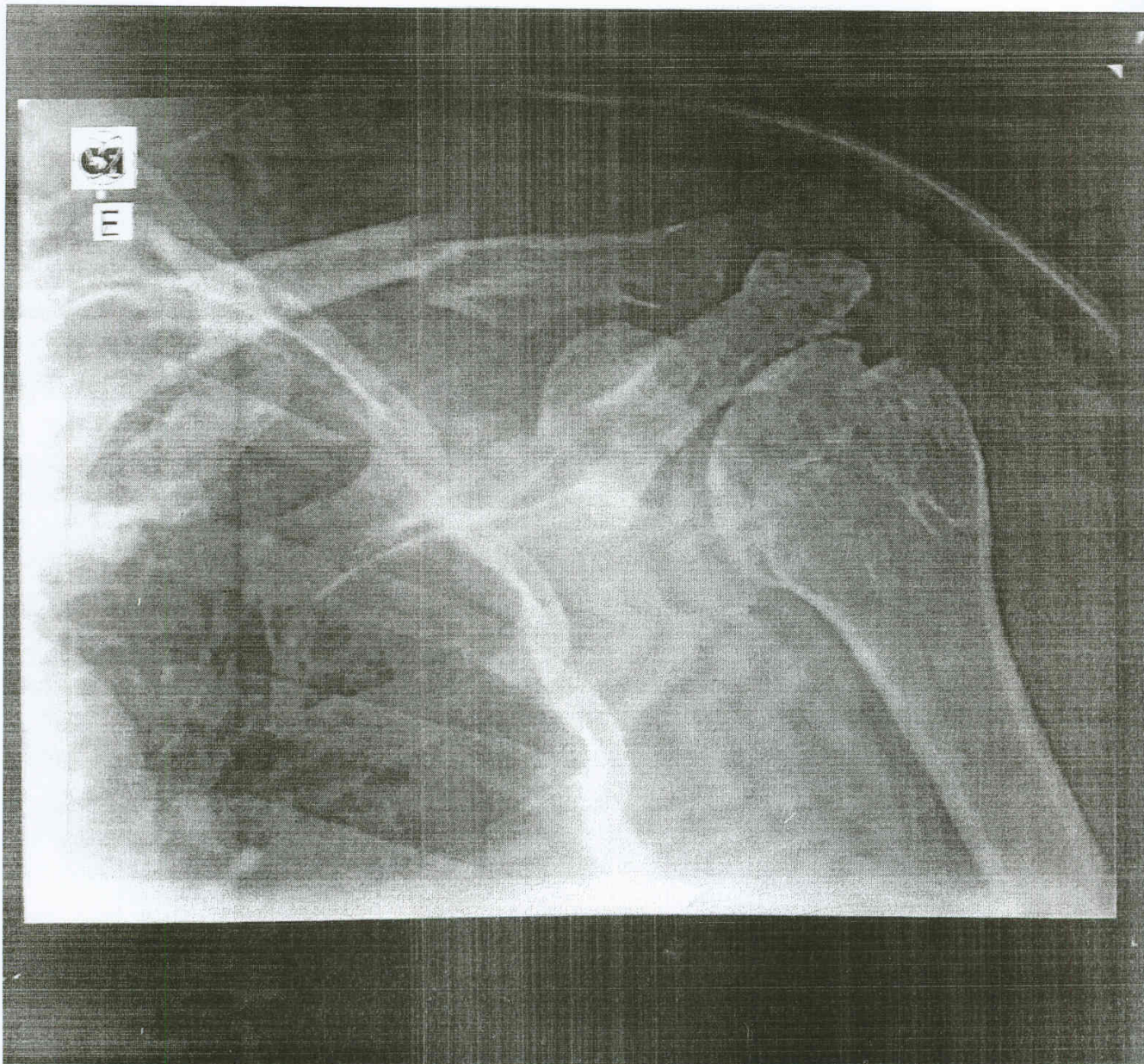
Certificado de Residência no Instituto Estadual de Radiologia e Medicina Nuclear - Manoel de Abreu - RJ

Digitador 5

Obs: Aos colegas e pacientes, avisamos que disponibilizamos, além da tomografia helicoidal e de alta resolução, do mais avançado modelo de ressonância magnética de baixo campo do mundo, o Magnetom C, da empresa alemã SIEMENS, o primeiro do sertão.

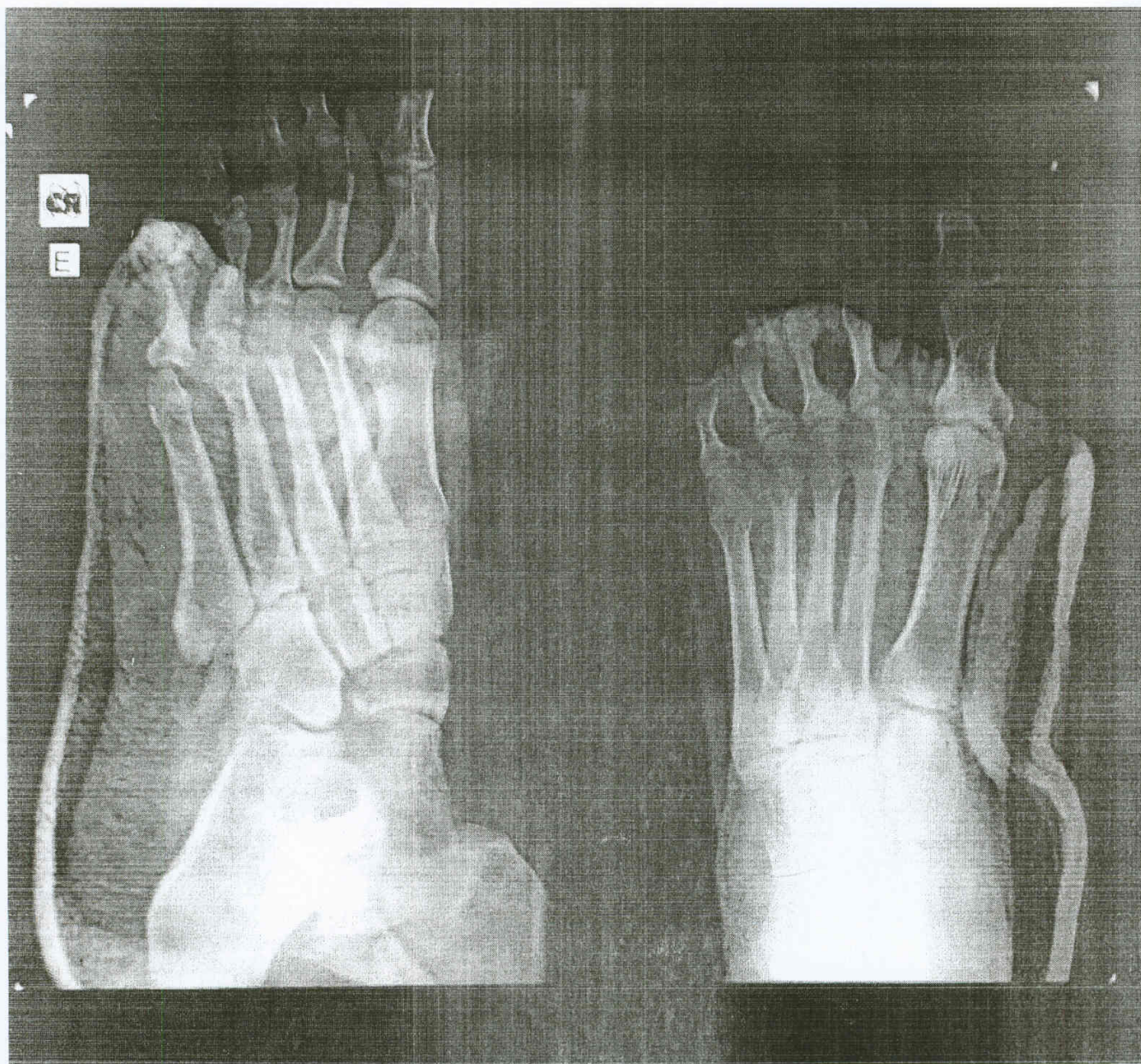


RUA BOSSUET WANDERLEY, 449 - CENTRO
TELEFAX: (83) 3421.2985
PATOS - PARAIBA
cadmowanderley@hotmail.com
severinoaires@hotmail.com
atendimento@bol.com.br



Scanned by CamScanner





Scanned by CamScanner



CLINICA RADIOLOGICA DE PATOS
RICARDO MACHADO CABRAL DE MOURA
SEXO M (LADO ESQ DO ANIMAL)
P1 PENTE 82 09/12/2019 11:00

TEC 1A



5 E

5 E



Laudo médico

Deduo para as devidas fins que o Sr. Richard Nixon Cabral de Moura deu entrada no Hospital Regional de Patos em 12 de junho de 2018 vítima de acidente de moto apresentando fratura da clavícula esquerda e fratura 2, 3 e 4 metacarpais da esquerda. Foi tratado conservadoramente com imobilização gessada em 8 e bata gessada. Atualmente apresenta fraturas consolidadas com perda da força em membros superior esquerdo em 30% com a sequel da fratura da clavícula esquerda.

CID: S42.0

T92.8

Patos, 26 de outubro de 2018

Dr. Fábio de Moura Spá
Ortopedia e Traumatologia
CRM-PB 6119

Dr. João M. Cadete - CRM 4844 PB
MASTOLOGISTA - ONCOLOGISTA
(Médico do Hospital do Câncer de Recife e J. Pessoa)
Cirurgia de Câncer de Mama, Ovário, Útero, Vagina e Vulva

Dr. Orlando A. Damascena - CRM 1501 PB
GINECOLOGISTA - MASTOLOGISTA - OBSTETRA

Av. Pedro Firmino, 256 - Centro - Patos-PB
Fones: (83) 3421.3827

Oi 9.8766.3827 | Claro 9.9186.6681 | Vivo 9.8137.0673

☎ 99615.9333





PODER JUDICIÁRIO

ESTADO DA PARAÍBA

4ª VARA DA COMARCA DE PATOS

Processo n. 0800944-37.2019.8.15.0251

DESPACHO

Vistos etc.

É de conhecimento desta magistrada que a seguradora demandada somente formaliza acordos após submissão do autor à perícia médica. Por este motivo, deixo de agendar a audiência de conciliação descrita no art. 334 do Novo CPC.

Assim, cite-se a parte ré para apresentar contestação, no prazo legal de 15 (quinze) dias (CPC, art. 335, *caput*).

Se a parte ré não ofertar contestação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (CPC, art. 344), ressalvados direitos indisponíveis.

Defiro a gratuidade processual à parte autora.



Cumpra-se.

Patos/PB, data e assinatura eletrônicas.

Vanessa Moura Pereira de Cavalcante

Juíza de Direito





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
4ª Vara Mista de Patos

PROCESSO Nº 0800944-37.2019.8.15.0251

PROCEDIMENTO COMUM (7)
[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

CARTA DE CITAÇÃO

De ordem do MM Juiz de Direito deste Juízo, em cumprimento ao despacho proferido nos autos da ação acima identificada, nos termos do art. 275 e seguintes do CPC, **CITO** Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Endereço: Rua Senador Dantas, 74, 5 andar, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205
, para que tome conhecimento de todo o conteúdo da Ação supra, e, querendo, contestá-la, no prazo de **15** (quinze) dias, nos termos do artigo 222 e seguintes, do CPC. A contestação deverá ser elaborada e instruída nos moldes do art. 285 do CPC.

ADVERTÊNCIA: Caso o promovido(a), ora citado(a), não ofereça(m) contestação, serão presumidos como verdadeiros os fatos alegados contra ele(a).

Encaminha-se anexa cópia da petição inicial.

PATOS-PB, 4 de março de 2019.

MARIA DAS NEVES RUFINO DE LUCENA
Técnico Judiciário



PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "**Número do documento**" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

XXXXXXXXXXXXXX



CERTIDÃO

Certifico que o Aviso de Recebimento (AR) foi devolvido nesta data e anexado ao Autos.

PATOS

15 de abril de 2019

MARIA DAS NEVES RUFINO DE LUCENA



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

dig.

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

**Exmo. Sr.
Representante Legal
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A
Rua Senador Dantas , 74 Centro**

RIO DE JANEIRO – RJ CEP:20031-205

Processo N° 0800944-37.2019.8.15.0251 (Carta de Intimação/Citação)

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

SEGURADORA LIDER

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

15 MAR 2019

BIANCA DE SOUZA

RG: 20.993.830-7

N° DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT


Jose Carlos Xavier Oliveira
Mat. 8.084.545-1

O PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

FC0463 / 16

114 x 186 mm



 CORREIOS BRÉSIL	AVISO DE RECEBIMENTO	AR	JU 10894216 1 BR								
	AVIS CN07										
DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT 11 MAR 2019		TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON									
UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT		<table border="1"> <tr> <td> <div></div> </td> <td> <div></div> </td> <td> <div></div> </td> </tr> <tr> <td>:</td> <td>h</td> <td>:</td> </tr> </table>				<div></div>	<div></div>	<div></div>	:	h	:
<div></div>	<div></div>	<div></div>									
:	h	:									
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO RETOUR	PREENCHER COM LETRA DE FORMA										
	NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DEL'EXPÉDITEUR ESCRIVANIA JUDICIAL										
	CARTÓRIO DA 4ª VARA										
	FÓRUM "MIGUEL CATYRO"										
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE Av. Dr. Pedro Firmino, s/n											
CIDADE / LOCALITÉ Centro - CEP 58700-070											
PATOS-PB				UF BRASIL							
<div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> </div>											



SEGUE ANEXO.





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PATOS/PB

Processo: 08009443720198150251

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **16/06/2018**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **20/09/2018**.

Cumprе esclarecer que após a devida análise da documentação apresentada a Seguradora, o médico perito avaliou como incompleta e parcial a lesão acometida pela vítima, o que por certo descaracteriza o pleito de indenização integral por seguro obrigatório DPVAT.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Deste modo, a Ré procedeu com o pagamento da verba indenitária na monta de **R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**, valor este correspondente ao percentual da invalidez parcial e permanente apresentada pela parte Autora em sede administrativa.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015¹, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015².

DO MÉRITO

DO REQUERIMENTO DE DEPOIMENTO PESSOAL DA PARTE AUTORA

DAS DIVERGÊNCIAS DE INFORMAÇÕES NO BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Conforme dispõe o art. 385, NCPC/15, caberá à parte interessada pugnar pela realização da prova de depoimento pessoal, quando não determinada de ofício pelo magistrado.

A Ré informa a necessidade de ser ouvida, pessoalmente, a parte autora sobre os fatos narrados na inicial, bem como toda documentação juntada aos autos, em especial o BOLETIM DE OCORRÊNCIA, haja vista que narrativa dos fatos, não foi exposta de forma clara, não há testemunhas, constando apenas relatos, unilaterais da parte Autora para sua própria conveniência, 3 meses após o alegado acidente.

¹[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

²[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;



Perceba ainda Exa., que consta divergências entre a data do acidente alegada na inicial (dia 16/06/2018) e a constante no Boletim de ocorrência (dia 12/06/2018).

Portanto, para que não paire qualquer dúvida sobre a autenticidade do Boletim de Ocorrência apresentado aos autos, a Ré pugna a este d. Juízo que seja expedido ofício à Delegacia de Polícia na qual fora registrada a ocorrência, a fim de que sejam prestados os devidos esclarecimentos pelos responsáveis, sem prejuízo do colhimento do depoimento pessoal da autora.

DO LAUDO PARTICULAR PRODUZIDO PELA PARTE AUTORA

IMPUGNAÇÃO AO LAUDO PARTICULAR EMITIDO

Como se pode observar o laudo pericial acostado aos autos pela parte autora foi emitido por **MÉDICO PARTICULAR**.

Contudo, conforme o Decreto-Lei nº 938 de 1969, não cabe ao profissional particular emitir laudo pericial, principalmente se tratando da existência de lesão de caráter permanente, as quais exigem conhecimentos específicos de profissionais da área médica, devendo o mesmo ser emitido **por médico do IML**.

Dessa forma, o "relatório/atestado/laudo" assinado por profissional particular, não se mostra apto, para fins de seguro DPVAT, a comprovar a incapacidade da parte demandante, pois que documento, além de unilateral, não subscrito por profissional legalmente habilitado para esse fim.

Assim, a ré, **impugna o laudo juntado nos autos**, eis que não realizado por profissional legalmente habilitado, o que prejudica o cálculo de eventual pagamento da indenização, porventura, devido à parte autora, nos termos do art. 5º, § 5º da lei 6.194/74 com redação vigente ao tempo do sinistro em tela.

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC³.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

³"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. **LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.** 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - **Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.**" (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)



DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA

É incontroverso na presente demanda que a parte Autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela na monta de **R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**, após a regulação do sinistro.

Ocorre, que durante o processo administrativo a parte foi submetida a perícia e de acordo com avaliação médica realizada por dois médicos especializados, sendo um na figura de revisor.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo administrativo, sendo certo que foram utilizados os critérios de fixação de indenização.

Vale salientar que é usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

“(...) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado.”

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro.

É de sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Autora deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, recorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquinar a quitação outorgada de próprio punho pela parte beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 do Código Civil.

Não obstante, a parte autora não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é presumida e somente poderia ser desconstituída por sentença.

Ademais, temos que a parte Autora poderia, e quiçá deveria ressaltar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

Desta forma, a Ré efetuou o pagamento da importância legalmente estabelecida, no caso em apreço, referente a monta de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), o qual foi aceito pela beneficiária legal.

Ante o exposto, deve o feito deve ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO

Conforme ilação dos documentos acostados pelo requerente, o mesmo foi vítima de acidente ocasionado por veículo automotor na data de **16/06/2018**. Ademais, **houve pagamento administrativo na razão de de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos).**

Mister destacar ao ilustre Magistrado a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais⁴.

⁴ RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Por certo, a mencionada Lei 11.945/09 deverá ser aplicada ao caso concreto, em respeito ao princípio *tempus regit actum* (Art. 6º, §1º, LINDB).

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ⁵.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

Dentro desse contexto, a Medida Provisória nº 451/2008 (posteriormente convertida na Lei 11.945/09), complementando a Lei 6.194/74, especificou em termos objetivos o percentual do valor máximo da indenização de acordo com os tipos de invalidez permanente.

Outrossim, conforme antedito, a referida inovação legal, no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, a fim de dirimir o cerne da questão, qual seja, o percentual indenizável, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pelo autor é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral.

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral ao Autor, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado em seguida abatido o valor pago na seara administrativa na monta de **R\$ 843,75 (OITOCENTOS E QUARENTA E TRÊS REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS)**.

DA IMPOSSIBILIDADE DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

Não há que se falar em inversão do ônus da prova, vez que o seguro DPVAT não se trata de relação de consumo, e sim de uma obrigação legal.

Assim, não pode a parte autora ser confundida como consumidora, pois, não há qualquer relação de consumo entre as partes litigantes, o que gera a inaplicabilidade da inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor.

DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

⁵ **Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Neste sentido é o recente entendimento firmado pelos Tribunais pátrios⁶, ratificando o descabimento da inversão do ônus da prova com base na aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

Sendo assim, por se tratar de prova essencial dos fatos constitutivos da pretensão autoral, deverá o ônus da prova ser custeado pela parte autora, como determina o art. 373, I do CPC.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁷.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁸.

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 15% (quinze por cento), nos termos do § 1º Art. 1º da Lei nº 1.060/50.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil, às hipóteses de casos de “fácil” instrução.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (Dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, ante a ausência de laudo pericial do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar a indenização, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos da parte autora.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, **pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez, exposta na lei 11.945/2009, bem como o que preconiza a Súmula 474 do STJ.**

⁶ “PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR NÃO APRECIADA PELO JUÍZO A QUO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO PELA INSTÂNCIA REVISORA. **INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, COM BASE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INAPLICABILIDADE DO DIPLOMA LEGAL CONSUMERISTA ÀS RELAÇÕES DE SEGURO OBRIGATÓRIO.** Agravo de Instrumento interposto de decisão que em ação de cobrança do seguro obrigatório DPVAT deferiu a inversão do ônus da prova. 1. Preliminar de ausência de interesse de agir não enfrentada pelo juízo a quo impede o exame pela instância revisora, sob pena de supressão de instância. 2. **A contratação compulsória do seguro obrigatório DPVAT afasta a natureza consumerista da relação jurídica entre seguradora e segurado, e impossibilita a decretação da inversão do ônus da prova com base no artigo 6º, VIII, da Lei nº 8078/90.** 3. **Recurso a que se dá provimento, com base no artigo 557 § 1º-A do Código de Processo Civil, para afastar a inversão do ônus da prova decorrente da aplicação do Código de Defesa do Consumidor.**” (TJ-RJ - AI: 00612946320148190000 RJ 0061294-63.2014.8.19.0000, Relator: DES. FERNANDO FOCH DE LEMOS ARIGONY DA SILVA, Data de Julgamento: 12/01/2015, TERCEIRA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 16/01/2015).

⁷ “SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

⁸ art. 1º. (...)

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.



Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10%, consoante a previsão do art. 11, § 1º, da Lei 1.060/50.

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a produção de prova pericial nos termos do Convênio de Nº015/2014 firmado entre este Egrégio Tribunal e a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT. Assim, após a realização da perícia judicial, requer a intimação da Ré para realização do pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) em até 15 (quinze) dias.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **Dr. SUELIO MOREIRA TORRES** inscrito sob o nº **15477 - OAB/PB**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

PATOS, 26 de abril de 2019.

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB



QUESITOS DA RÉ

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexos de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando o vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.



TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na **15477 - OAB/PB** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA**, em curso perante a **4ª VARA CÍVEL** da comarca de **PATOS**, nos autos do Processo nº 08009443720198150251.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2019.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3180484183 **Cidade:** Patos **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA **Data do acidente:** 12/06/2018 **Seguradora:** CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 30/10/2018

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: FRATURA DA CLAVÍCULA ESQUERDA
FRATURAS DO 2º 3º E 4º METATARSO DO PÉ ESQUERDO.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CONSERVADOR E ALTA MÉDICA.

Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO DO ARCO DOS MOVIMENTOS DO OMBRO ESQUERDO.

Sequelas: Com seqüela

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas: APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DEBILIDADE FUNCIONAL LEVE DO OMBRO ESQUERDO.

Documentos complementares:

Observações:

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um dos ombros	25 %	Em grau leve - 25 %	6,25%	R\$ 843,75
Total			6,25 %	R\$ 843,75



PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS



IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0375675/18

Número do Sinistro: 3180484183

Vítima: RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA

CPF: 927.440.104-30

Seguradora: CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A

Data do acidente: 12/06/2018

CPF de: Próprio

Titular do CPF: RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Documentação médico-hospitalar

ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação entregue

Data da entrega: 26/10/2018

Nome: EMMANOELA SATURNINA PEREIRA VASCONCELOS DE SOUZA ARAU

CPF: 029.848.084-01

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 26/10/2018

Nome: ADAILTON SANTOS DE OLIVEIRA

CPF: 109.758.064-40

A SATURNINA PEREIRA VASCONCELOS DE SOU

ADAILTON SANTOS DE OLIVEIRA



Rio de Janeiro, 18 de Outubro de 2018

Aos Cuidados de: **RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA**

Nº Sinistro: **3180484183**

Vítima: **RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA**

Data do Acidente: **12/06/2018**

Cobertura: **INVALIDEZ**

Procurador: **EMMANOELA SATURNINA PEREIRA VASCONCELOS DE SOUZA**

Assunto: AVISO DE SINISTRO

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o **número de sinistro 3180484183**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Invalidez Permanente é de **ATÉ R\$ 13.500,00**, apurado com base no grau da lesão permanente sofrida, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária**.

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 13486961

Pag. 00327/00328 - carta_01 - INVALIDEZ



00020164



Rio de Janeiro, 19 de Outubro de 2018

Aos Cuidados de: RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA

Nº Sinistro: 3180484183

Vítima: RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA

Data do Acidente: 12/06/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: EMMANOELA SATURNINA PEREIRA VASCONCELOS DE SOUZA

Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o **número 3180484183**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Documentação médico-hospitalar não conclusivo

A documentação deve ser entregue na **COMPREV SEGURADORA S/A**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01651/01652 - carta_03 - INVALIDEZ



Carta nº 13495042





AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE SINISTRO - CRÉDITO EM CONTA E REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS PESSOA FÍSICA - CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva)

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados do BENEFICIÁRIO ou do REPRESENTANTE LEGAL, sem rasuras, para correta análise do seu pedido de indenização. Dados incompletos ou incorretos impedem o banco de creditar o pagamento.

A conta informada precisa ser de titularidade do BENEFICIÁRIO ou do REPRESENTANTE LEGAL e deve estar regularizada, ativa, desbloqueada e sem impedimento para o crédito de indenização/reembolso.

É obrigatório Representante Legal para:

Beneficiário entre 0 a 15 anos (pai, mãe, tutor) ou o Incapaz com curador. O formulário deverá ser preenchido com os dados do Representante Legal (Pai, Mãe, Tutor ou Curador). Apenas o Representante Legal precisará assinar o formulário (no campo 2 - "Assinatura do Representante Legal").

Beneficiário entre 16 e 17 anos - Necessário que o Beneficiário seja assistido por seu "Representante Legal" (Pai, Mãe, Tutor). O formulário deverá ser preenchido com os dados do beneficiário. Necessário que o formulário seja assinado pelo menor de idade (no campo 1 "Assinatura do Beneficiário") e seu Representante Legal (campo 2 "Assinatura do Representante legal").

Número do Sinistro ou ASL: _____ CPF da Vítima: 927.440.104 - 30 Nome completo da vítima: Richard Nixon Cabral de Moura

DADOS DO RECEBEDOR DA INDENIZAÇÃO: BENEFICIÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL

Nome completo <u>Richard Nixon Cabral de Moura</u>		CPF titular da conta <u>927.440.104 - 30</u>	Profissão <u>Comerciante</u>
Endereço <u>Rua Alti Castilhana</u>		Número <u>761</u>	Complemento <u>Casa</u>
Bairro <u>Santo Antonio</u>	Cidade <u>Patos</u>	Estado <u>PB</u>	CEP <u>58701-340</u>
Email <u>emmanoela@hotmail.com.br</u>		Telefone (DDD) (83) 3421-8003 (83) 9 9630-1658 (83) 9 9655-9484 (87) 9 9999-9976	

Declaro, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto à Seguradora Líder - DPVAT, residir no endereço acima. Segue, em anexo, cópia do comprovante de residência do endereço informado.

FAIXA DE RENDA MENSAL E DADOS BANCÁRIOS

☒ RECUSO INFORMAR ☐ SEM RENDA ☐ ATÉ R\$ 1.000,00 ☐ R\$ 1.001,00 ATÉ R\$ 3.000,00
☐ R\$ 3.001,00 ATÉ R\$ 5.000,00 ☐ R\$ 5.001,00 ATÉ R\$ 7.000,00 ☐ ACIMA DE R\$ 10.000,00

CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)

☐ BRADESCO (237) ☒ BANCO DO BRASIL (001) ☐ ITAU (341)
☐ CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (104)

AGÊNCIA NRO. 0151 D/V 1 CONTA NRO. 141000 D/V 8
(Informar dígito se existir) (Informar dígito se existir)

CONTA CORRENTE (Indicar os bancos)

BANCO NOME CAIXA ECONOMICA FEDERAL NRO. _____
AGÊNCIA NRO. _____ D/V _____ CONTA NRO. _____ D/V _____
(Informar dígito se existir) (Informar dígito se existir)

Declaro que os dados bancários são de minha titularidade e, comprovada a cobertura securitária para o sinistro, autorizo a Seguradora Líder a efetuar o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, mediante o crédito na referida agência e conta. Após efetivado o crédito, reconheço e dou plena quitação do valor indenizado.

Patos - PB, 05 de Outubro de 2018
Local e Data

Richard Nixon Cabral de Moura
Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

FAPPE.001 V001/2017





BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 4066/2018

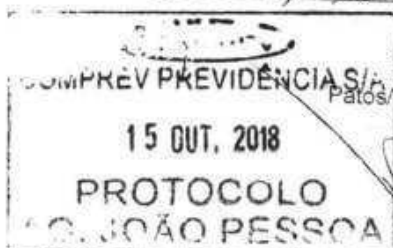
Aos VINTE (20) dias do mês de SETEMBRO do ano de DOIS MIL E DEZOITO (2018), nesta cidade de Patos/PB, no Cartório desta Delegacia de Polícia, sob a responsabilidade do Excelentíssimo Senhor Delegado da Polícia Civil, MANOEL MARTINS FERNANDES, Delegado (a) de Polícia Civil, comigo Escrivão de Polícia Ad-Hoc, ao final assinado. Ai, por volta das 10h32min compareceu: RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA, brasileiro (a), solteiro (a), comerciante, com 45 anos, data de nascimento 08/03/1973, RG. 1142357325 SSP/BA, CPF: 927.440.104 30, natural de Patos - PB, filho (a) de Manuel de Moura Alves e de Maria Lúcia Cabral de Moura, residente na Rua Alto Casteliano, nº 761, bairro Santo Antônio, Patos/PB, Fone: (83) 9.86151055, A fim de prestar a seguinte queixa:

QUE, o (a) notificante afirma que no dia (12/06/18) por volta 11h30min estava trafegando em uma motocicleta, HONDA/BIZ 125 ES, PLACA: QFE 9696/PB, CHASSI: 9C2JC4820CR038298, RENAVAL: 01245121518, ANO: 2012/12, COR PRETA, Licenciada em nome de Maria Tomas dos Santos; Que o notificante afirma que quando estava conduzindo sua motocicleta ao lado do banco do nordeste, na Rua Felizardo Leite, centro, Patos/PB, um veículo FORD/KA, que vinha na Rua Pedro Caetano, não parou no cruzamento, com isso ocorreu uma colisão entre sua moto e o carro; Que o notificante diz que com o impacto da batida veio a cair ao chão onde ficou até a chegada do SAMU que prestou os primeiros socorros e o encaminhou para o HRP da cidade de Patos/PB; Que ao chegar ao hospital e passar por exames, foi diagnosticado uma fratura no pé esquerdo e a quebra da clavícula do lado esquerdo.

Nada mais havendo a constar, encerro a presente certidão que, lida e achada conforme, vai devidamente datada e assinada por mim, Eu, escrivão de Polícia, que o digitei. O referido é verdade. Dou fé.

TERMO DE RESPONSABILIDADE: Declaro assumir inteira responsabilidade civil e criminal, referente ao Registro da Ocorrência supra que deu origem a presente Certidão. (Artigo 299, do C.P.B. - Falsidade Ideológica - Pena: Reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos.

Notificante: *Richard Nixon Cabral de Moura*



Patos/PB, 20 de Setembro de 2018.

Hernando Barbosa Roc
Policial Civil
Mat.: 168.548-1

3º OFÍCIO DE NOTAS
TÍTULOS E SERVIÇOS NOTARIAIS
Patos/PB, 20 de Setembro de 2018
Fone: (83) 3423-2553
Fax: (83) 3423-8630

Autentico a presente cópia, reprodução fiel do original apresentado. Em testemunho da verdade.
Patos/PB 09/10/2018 10:52:11
MARCELA SOUZA DE ANDRADE XAVIER - Escrivãria
(2018-015194) ENCL:R\$ 2,37 FAPEN:R\$ 0,28 FEPJ:R\$ 0,47 IRS:R\$ 0,12
SELO DIGITAL: A#P35972-4RWX
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>



Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados da VÍTIMA e do seu REPRESENTANTE LEGAL* (caso seja aplicável) sem rasuras. O Representante Legal* é obrigatório para os seguintes casos:

Casos com vítima entre 0 a 15 anos – O Representante Legal é representado pelo pai, mãe ou tutor. Apenas o Representante deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal");

Casos com vítima entre 16 e 17 anos - Neste caso, é necessário que a vítima seja assistida por um Representante Legal (pai, mãe ou tutor). O formulário deverá ser assinado pela vítima menor de idade no campo 1 ("Assinatura da Vítima") e também por seu Representante Legal no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Casos com vítima interditada com curador – Neste caso em específico, apenas o Representante Legal deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Nome Completo da Vítima <i>Richard Nixon Cabral de Moura</i>	CPF de Vítima <i>927.440.104-30</i>	Data do Acidente <i>12/06/2018</i>
---	--	---------------------------------------

REPRESENTANTE LEGAL DA VÍTIMA

Nome completo do Representante Legal	CPF do Representante legal
Email <i>emmanoela@hotmail.com.br</i>	Telefone (DDD) (83) 3421-8003 (83) 9 9655-9484 (87) 9 9999-9976

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

Assinalar uma das opções abaixo:

- ☐ Não há estabelecimento do IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
- ☐ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- ☒ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido.

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento da análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

COMPREV PREVIDÊNCIA S/A

15 OUT. 2018

PROTOCOLO
JOÃO PESSOA

Patos-PB, 05 de Outubro de 2018
Local e Data

Richard Nixon Cabral de Moura
Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

DALI.001 V001/2017



BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA POUPANCA

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 09/11/2018

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 843,75

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA

BANCO: 001

AGÊNCIA: 00151-1

CONTA: 000010141000-X

Nr. da Autenticação B02B42C44DDCBA5B





**SAMU
192**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SERVIÇO DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA - SAMU 192



IDENTIFICAÇÃO / OCORRÊNCIA:

DATA: 12.06.18 OCORRÊNCIA: R. RUI BARBOSA PACIENTE / USUÁRIO: Richard M. Costa IDADE: 45 SEXO: ☐ MASC ☐ FEM
LOCAL DE OCORRÊNCIA: R. RUI BARBOSA BAIRRO: Centro MÉDICO REGULADOR: _____
APOIO NO LOCAL: ☐ PM ☐ RESGATE / BOMBEIROS ☐ RESGATE PRF ☐ CPTRAN ☐ STTRANS ☐ OUTRO: _____
QTA: ☐ SOCORRIDO POR TERCEIROS ☐ RECUSOU ATENDIMENTO ☐ SOCORRIDO PELO BOMBEIRO ☐ LOCAL NÃO ENCONTRADO ☐ OUTRO: _____

TIPO DE AGRAVO:

<input checked="" type="checkbox"/> ACIDENTE DE TRÂNSITO	<input type="checkbox"/> PEDIÁTRICO
<input type="checkbox"/> AGRESSÃO	<input type="checkbox"/> PSIQUIÁTRICO
<input type="checkbox"/> CLÍNICO	<input type="checkbox"/> QUASE AFOGAMENTO/AFOGAMENTO
<input type="checkbox"/> DESABAMENTO/SOTERRAMENTO	<input type="checkbox"/> QUEDA METROS
<input type="checkbox"/> ELETROCUSSÃO	<input type="checkbox"/> QUEIMADURAS
<input type="checkbox"/> F.A.B.	<input type="checkbox"/> OUTROS
<input type="checkbox"/> F.A.F. (P.A.F.)	
<input type="checkbox"/> GINECO-OBSTÉTRICO	
<input type="checkbox"/> LESÕES TÉRMICAS	

TIPO DE AGRAVO:

<input type="checkbox"/> AIDS	<input type="checkbox"/> DOENÇA MENTAL
<input type="checkbox"/> ALCOOLISMO	<input type="checkbox"/> DOENÇA RENAL
<input type="checkbox"/> AVC	<input type="checkbox"/> DROGA
<input type="checkbox"/> CIRURGIAS REALIZADAS	<input type="checkbox"/> HIPERTENSÃO ARTERIAL
<input type="checkbox"/> CONVULSÕES	<input type="checkbox"/> INTERNAMENTOS ANTERIORES
<input type="checkbox"/> DIABETES	<input type="checkbox"/> MEDICAMENTOS
<input type="checkbox"/> DOENÇA CARDÍACA	<input type="checkbox"/> PROBLEMAS RESPIRATÓRIOS
<input type="checkbox"/> DOENÇA INFECTO-CONTAGIOSA	<input type="checkbox"/> OUTROS

DESTINO DO PACIENTE:

SERVIÇO: _____ RESPONSÁVEL: R. R. Costa FUNÇÃO: _____

MOTIVO DE TRANSPORTE:

☐ APOIO DIAGNÓSTICO ☐ SERVIÇO DE MAIOR COMPLEXIDADE ☐ TRANSFERÊNCIA SIMPLES
☐ OUTRO: _____

TRANSPORTE SECUNDÁRIO - DESTINO

LOCAL: _____ RESPONSÁVEL: _____ FUNÇÃO: _____

EXAME CLÍNICO (PRINCIPAIS SINTOMAS / QUEIXAS):

DADOS VITAIS:

VVAA: ☐ LIVRE ☐ OBSTRUÍDA / RESPIRAÇÃO: ☐ >30rpm ☐ <30rpm / PULSO RADIAL: ☐ Presente ☐ Ausente / PAS: ☐ >90mm Hg ☐ <90mm Hg
P.A.: 120 x 80 FC: FR: 80 TEMP: - °C - GLICEMIA: - mg/dl - E. Com a: - SpO2s/O2: 97 SpO2c/O2: -

SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM:

DIAGNÓSTICO DE ENFERMAGEM:

☐ Ansiedade ☐ Capacidade Adaptativa Intracraniana Diminuída ☐ Comunicação verbal Prejudicada ☐ Confusão Aguda ☐ Deambulação Prejudicada ☐ Débito Cardíaco Diminuído ☐ Desobstrução Ineficaz das VAAAs ☐ Disreflexia Autônoma ☐ Dor Aguda ☐ Hipertermia ☐ Hipotermia ☐ Integridade da Pele Prejudicada ☐ Integridade Tissular Prejudicada ☐ Medo ☐ Intolerância à Atividade ☐ Mucosa Oral Prejudicada ☐ Padrão Respiratório Ineficaz ☐ Perfusão Tissular Cerebral Ineficaz ☐ Perfusão Tissular Cardíopulmonar Ineficaz ☐ Perfusão Tissular Gastrointestinal Ineficaz ☐ Perfusão Tissular Renal Ineficaz ☐ Termorregulação Ineficaz ☐ Troca de Gases Prejudicada ☐ Ventilação Espontânea Prejudicada ☐ Volume de Líquidos Deviantes ☐ Volume Excessivo de Líquidos ☐ Retenção Urinária ☐ Percepção Sensorial Perturbada ☐ Interação Social Prejudicada ☐ Incontinência Intestinal ☐ Eliminação Urinária Prejudicada ☐ Constipação
Outros: _____

INTERVENÇÕES:

Aplicação de V1, Imobilização em prancha 15 OUT. 2018

EVOLUÇÃO DO ENFERMEIRO:

pt sexo masculino, 45 anos, consciente, orientado, vítima de queda de moto, apresentando dor em clavícula direita e no dorso, membros superiores, membros inferiores, perna esquerda e administrado medicação prescrita. Encaminhado ao HSP.



MATERIAL UTILIZADO (ENFERMAGEM)

1 dipirona
1 água
1 soro
1 SF

E.C.G.:

☐ NORMAL ☐ ALTERADO ☐ NÃO REALIZADO

EXAME NEUROLÓGICO:

☐ AGITAÇÃO ☐ SONOLÊNCIA ☐ COMA ☐ CONVULSÃO ☐ OTORRAGIA ☐ RIGIDEZ ☐ MARIÁSE

EXAME GINECO-OBSTÉTRICO:

☐ ABORTAMENTO ☐ HEMORRAGIA VAGINAL ☐ NORMAL _____ SEMANAS ☐ TRABALHO DE PARTO

OUTROS: _____

DIAGNÓSTICOS E PROCEDIMENTOS:

DIAGNÓSTICOS:

PROCEDIMENTOS:

☐ DESOBSTRUÇÃO VIAS AÉREAS ☐ INTUBAÇÃO NASO/OTOTRAQUEAL ☐ CÂNULA OROFARÍNGEA ☐ CRICOTIREIDOSTOMIA
☐ VENTILAÇÃO MECÂNICA (MANUAL - "AMBU") ☐ RESPIRADOR ☐ INALAÇÃO DE OXIGÊNIO (O2) ☐ DRENAGEM TORÁCICA
☐ MASSAGEM CARDÍACA EXTERNA ☐ DESFIBRILAÇÃO/CARDIOVERSÃO ☐ CONTROLE DE HEMORRAGIA ☐ CURATIVO
☐ FUNÇÃO VENOSA ☐ Sonda GÁSTRICA ☐ SEDUÇÃO ☐ IMOBILIZAÇÃO DE MEMBROS ☐ COLAR CERVICAL
☐ TALAS/TRAÇÃO ☐ OTOTRAQUEAL ☐ OUTROS: _____

TERAPÉUTICA / MEDICAMENTOS (PRESCRIÇÃO DIRETA OU POR TELEMEDICINA):

1 Dipirona + A.D.E.V. 1 SF EV

EVOLUÇÃO CLÍNICA / INTERCORRÊNCIA (MÉDICOS):

SEMPREV PREVIDÊNCIA SA

15 OUT. 2018

PROTOCOLO
ENCAMINHAMENTO:
Pessoa

☐ LIBERADO APÓS O ATENDIMENTO ☐ RECUSA O ATENDIMENTO ☐ ÓBITO NO LOCAL ☐ ÓBITO DURANTE O ATENDIMENTO
☐ ÓBITO DURANTE O TRANSPORTE

RECUSA:

NOME: _____

RG: _____

ASSINATURA: _____

IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE::

MÉDICO: _____

CRM: _____

MAT: _____

ENFERMEIRO(A): *Gilvane*

COREN: _____

MAT: _____

AYX. TÉCNICO DE ENFERM.: _____

COREN: _____

MAT: _____

CONDUTOR: *Suelio*

MAT: _____





CAGEPA

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DA PARAÍBA
AVENIDA FELICIANO CIRNE - CAGEPA - 220 - JAGUARIBE JOÃO PESSOA PB 58015-570
CNPJ: 09.123.654/0001-87 - INSC. ESTADUAL N° 160572029
Informações e/ou Reclamações - Ligue 115

SEGUNDA VIA

N° Documento: 20180928928857

ESCRITÓRIO PATOS

CÓDIGO PARA
DÉBITO AUTOMÁTICO
02892885.7

MATRÍCULA
02892885.7

CLIENTE
DEJAIR QUEIROZ DE ARAUJO

CPF/CNPJ:
041.XXX.XXX-XX

VENCIMENTO
19/09/2018

INSCRIÇÃO
075.005.420.0056.000

ENDEREÇO DO IMÓVEL
RUA TITICO GOMES, 405 - BELO HORIZONTE PATOS PB 58704-380

FATURA
09/2018

RESPONSÁVEL ENDEREÇO PARA ENTREGA

ÁGUA ESGOTO
LIGADO POTENCIAL

ÚLTIMOS CONSUMOS

08/2018 -	17	07/2018 -	14
06/2018 -	22-FF	05/2018 -	10
04/2018 -	8	03/2018 -	8

ECONOMIAS	CONS. POR ECONOMIA	COD. AUXILIAR
1	14	R. 53013

LEITURA		CONSUMO		CONSUMO/DIA
ANTERIOR	ATUAL	(M³)	DIAS	(M³)
710	724	14	30	0,47
07/08/2018	06/09/2018	N°Hm: Y13N713469		

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E TARIFAS

CONSUMO POR FAIXA

VALOR R\$

ÁGUA

RESIDENCIAL 001 UNIDADE
ATE 10 M3 - R\$ 37,91 (POR UNIDADE)
11 M3 A 20 M3 - R\$ 4,89 POR M3

10 M3
4 M3

37,91
19,56

Valor aproximado dos tributos PIS e COFINS, Lei 12.741 de 2012, R\$ 5,32

TOTAL R\$

57,47

"QUANDO A INFANCIA E PERDIDA, NAO TEM JOGO GANHO"

INFORMAÇÕES SOBRE O CONTROLE DE QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO 08/2018
Anexo 20 Portaria 05/2017 MS

Parâmetro	Vl. Médio	Parâmetro	Vl. Médio	Parâmetro	Vl. Médio	Parâmetro	Vl. Médio
Turbidez		Cor Aparente		Bact. Heterotróficas		Colif. Totais	
Cloro (mg/L)		P.H.		Colif. Termotolerantes			

VIA CLIENTE

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

COMPREV PREVIDENCIA S/A

Emitido por: INTERNET

15 OUT. 2018

Emitido em: 14/09/2018



CAGEPA

MATRÍCULA
02892885.7

INSCRIÇÃO
075.005.420.0056.000

PROTOCOLO

FATURA 09/2018 NÃO RECEBER APÓS 30/09/2019

VENCIMENTO 19/09/2018

VALOR R\$ 57,47

GRUPO: 525

FIRMA: 2

82670000000-1 57470010075-7 02892885701-1 09201810003-9

VIA CAGEPA



AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



DECLARAÇÃO DE PREVENÇÃO A LAVAGEM DE DINHEIRO
CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva)

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

O preenchimento deste Formulário é parte integrante do processo de liquidação de sinistro, conforme estabelece a Circular número 445/12, disponível no endereço eletrônico:

<http://www2.SUSEP.GOV.BR/BIBLIOTECABWEB/DOCORIGINAL.ASPX?TIPO=1&CODIGO=29636>

A Circular SUSEP¹ nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as Seguradoras são obrigadas a constituir cadastro das pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações de **profissão e renda**, neste formulário, não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, contudo, por determinação da referida Circular, **esta recusa é passível de comunicação ao COAF**².

¹ Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

² Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº9.613/98.

Pelo exposto, eu EMMANOELA S. P. V. DE SOUZA ARAÚJO inscrito (a) no CPF 029.848.084 / 01, na qualidade de Procurador (a) / Intermediário (a) do Beneficiário Richard Nixon Cabral de Moura inscrito (a) no CPF sob o Nº 927.440.104/30, do sinistro de DPVAT cobertura Invalidez da Vítima Richard Nixon Cabral de Moura, inscrito (a) no CPF sob o Nº 927.440.104/30, conforme determinação da Circular Susep 445/12:

☐ Declaro Profissão: RECUSO-ME Renda: RECUSO-ME e apresento os documentos comprobatórios: RG, CPF, TÍTULO ELEITORAL, CERTIDÃO DE CASAMENTO, CARTEIRA DE TRABALHO.

☒ Recuso informar

Declaro ainda, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder-DPVAT, residir no endereço abaixo, anexando a cópia do comprovante de residência do endereço informado.

Estou ciente de que a falsidade da presente declaração implicará na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

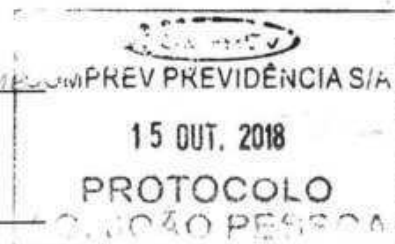
Endereço		Número	Complemento
RUA TITICO GOMES		405	Casa
Bairro	Cidade	Estado	CEP
BELO HORIZONTE	PATOS	PARAIBA	58700-000
Email	Telefone comercial(DDD)		Telefone celular (DDD)
emmanoela@hotmail.com.br	(83) 3421-8003		(83) 9 9655-9484 (87) 9. 9999-9976

Patos-PB, 05 de Outubro de 2018

Local e Data



Assinatura do Declarante




DLRL.001 V001/2017

Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, Maricelia Tomaz de Araujo,
RG nº 3.097.218, data de expedição 11/08/2007
Órgão SSDS-PB, portador do CPF nº 060568454-51, com
domicílio na cidade de Patos, no Estado de
Paraíba, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)
Rua José Jorge - Santo Antonio, nº 176,
complemento Casa, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo
mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a
vítima Richard Nixon Cabral de Moura, cujo o condutor era
Richard Nixon Cabral de Moura.

Veículo: MOTO
Modelo: HONDA / BIZ 125 ES
Ano: 2012 / 2012
Placa: 0FF9696 / PB
Chassi: 9C2JC4F20CR038298
Data do Acidente: 12/06/2018
Local e Data: Patos - PB, 01/Outubro/2018

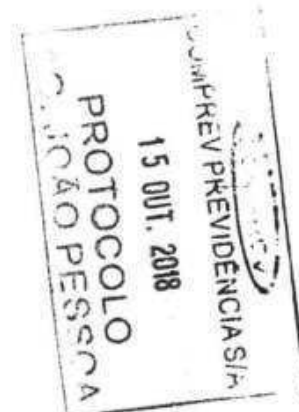

Assinatura do Declarante
(Com reconhecimento de firma por autenticidade ou verdadeira)

Assinatura do Condutor (caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro)
(Sem reconhecimento de firma)

DINAMÉRICO WANDERLEY
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAR
Rua Natalino Rodrigues Wanderley, 20 - Jd. Santa Helena - Patos - PB
Fone: (33) 3421-2735
Fax: (33) 3421-6030
E-mail: dinamico@dinamico.com.br
Site: www.dinamico.com.br

Reconheço, como autêntica e verdadeira, a(s) firma(s) de MARICELIA TOMAZ DE ARAUJO
Em test. da verdade: Patos - PB 01/10/2018 16:36:30
ZULETANIA MEDEIROS DE LUCENA - ESCRIVENTE
(2018-021434) EMOL: R\$ 39,48 FAPEN: R\$ 0,26 FEPJ: R\$ 0,90 ISS: R\$ 0,00
SELLO DIGITAL: AN085640-HDX2
Confira a autenticidade em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAR
DINAMÉRICO WANDERLEY
FONE: (33) 3421-2735
FAX: (33) 3421-6030
Patos - PB



ESTADO DA PARAIBA - SECRETARIA DE SAÚDE
FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

USUS **H.P**
AMBULATÓRIO - 115

CNES: 2505473 CNPJ: 08.778.258/0023/76
NOME: HOSPITAL REGIONAL DEP JANDUHY CARNEIRO
ENFEREIRO: RUA HORACIO NORRÊGA, SN
CIDADE: PATOS ESTADO: PARAIBA UF: 25

Atendimento: ACIDENTE DE TRANSITO (MOTOCICLETA)
Class. Risco: VERDE Transporte: SAMU 192
Origem: VIA PUBLICA
Paciente: RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA

Nome Social:
Filiação I: MARIA LUCIA CABRAL DE MOURA Filiação II: MANOEL DE MOURA ALVES
Nascimento: 8/21/973 Idade: 45 Cor: PARDA Gênero: HOMEM CIS

Profissao: COMERCIANTE
Endereco: ALTO CASTELANO
Bairro: SANTO ANTONIO
Cidade: PATOS - PB - 58700-000 - 2510808
CNS: Ident.:
CPF: Recep Norma Reg. Nasc.:
Data / Hora: 12/6/2018 12:57:43 Ficha: 257249 Cod Pac.: 924900
ASS. PACIENTE / ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL:

Exame e História

PESO: PA: TEMP.:
ANAMNESE EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)

Paciente vítima de acidente de moto,
apresentando dor e limitação de movimento
no do braço (E).

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE (TIPOS)
Rx tórax fratura da clavícula (E)
Rx do pé (E): fratura do 2º metatarsiano.

SOLICITAÇÃO DE PARECER

H 14 Min 19
Parecer do Ortopedia.





CLÍNICA RADIOLOGICA DE PATOS

Nome: RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA
Prontuário: 48659
Idade: 45 Anos
Solicitante Dr(a): NAO INFORMADO

Data: 14/06/2018

Relatório.

CLAVÍCULA ESQUERDA.

1. Fratura do terço médio-distal da diáfise da clavícula esquerda.

CONCLUSÃO: fratura óssea.

PÉ ESQUERDO.

1. Traço simples de fratura transversal, sem diastase ou cavalgamento dos fragmentos, ao nível do terço médio do 2º metatarsiano.
2. Fratura longitudinal (seguindo o grande eixo) do 4º metatarsiano.


CONCLUSÃO: controle de tratamento de fratura do 2º e 4º metatarsianos, com bota gessada.

NOTA: As informações contidas neste resultado representam a impressão diagnóstica através da interpretação realizada pelo médico radiologista do exame atual. Este laudo não deve ser considerado como absoluto e definitivo, já que as patologias são evolutivas e a identificação das mesmas pode se modificar de acordo com a história natural da doença ou investigação mais profunda.

Importante: voltando a esta clínica, para realizar controle, queira trazer este exame.

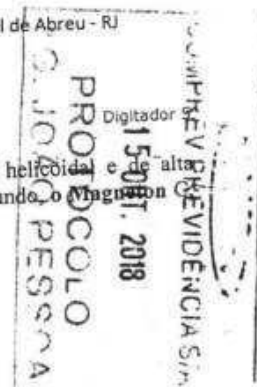
OBS: a direção da clínica recomenda o devido acondicionamento das películas e do relatório, para que os mesmos mantenham a qualidade original, não se responsabilizando por possíveis danos ou perdas que venham a ocorrer posteriormente à entrega das mesmas.

1 película

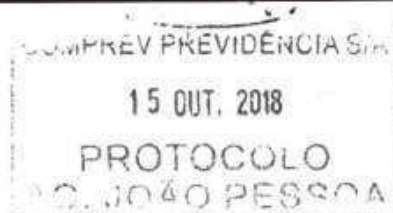
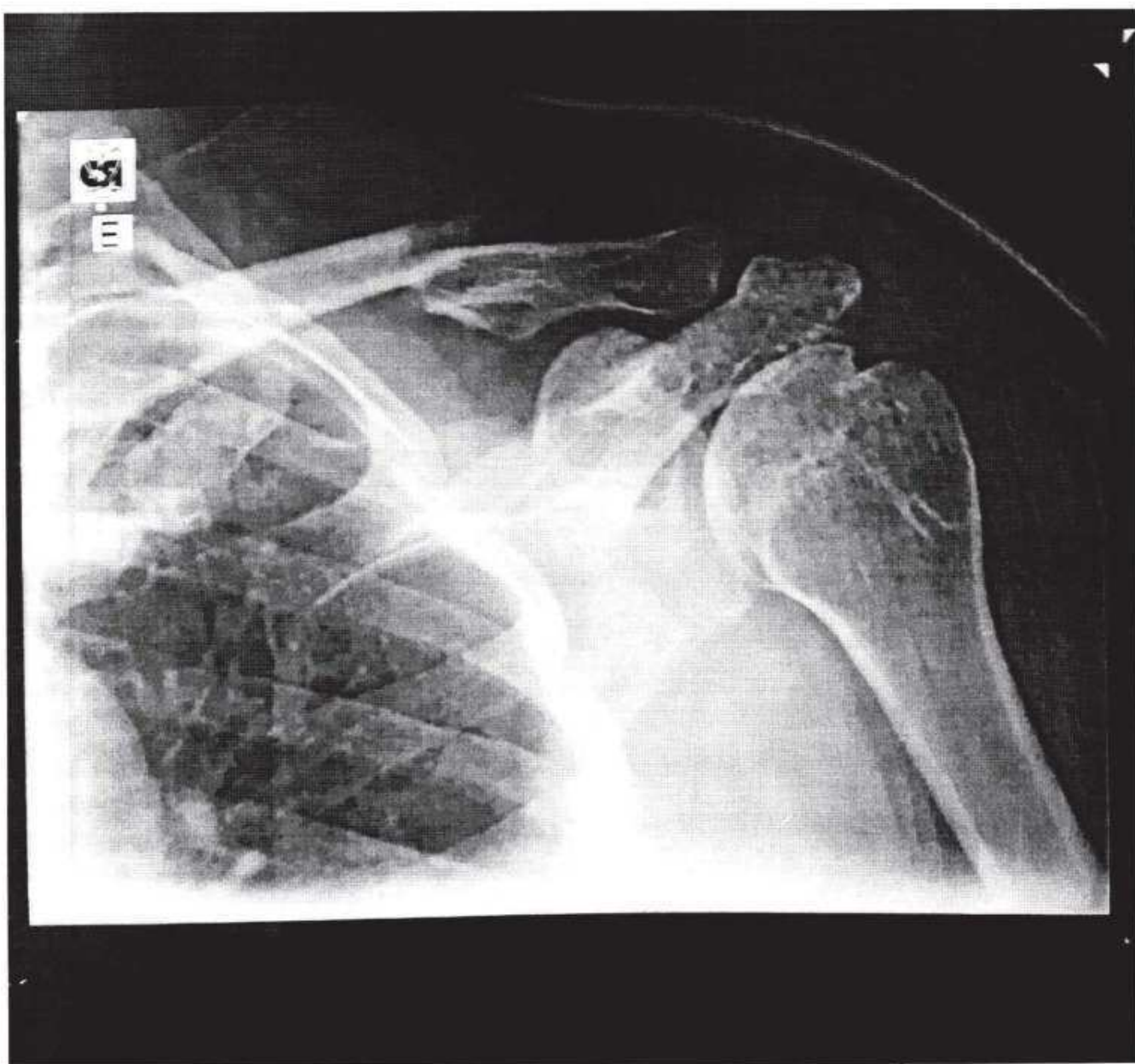

Dr. José Cadmo Wanderley P. de Araújo - CRM - 2125 - PB
Membro Titular do Colégio Brasileiro de Radiologia - 3.801

Certificado de Residência no Instituto Estadual de Radiologia e Medicina Nuclear - Manoel de Abreu - RJ

Obs: Aos colegas e pacientes, avisamos que disponibilizamos, além da tomografia helicoidal e de alta resolução, do mais avançado modelo de **ressonância magnética** de baixo campo do mundo, o **Vingtion** da empresa alemã SIEMENS, o primeiro do sertão.



RUA BOSSUET WANDERLEY, 449 - CENTRO
TELEFAX: (83) 3421.2985
PATOS - PARAÍBA
cadmowanderley@hotmail.com
severinoaires@hotmail.com



Scanned by CamScanner





Receituário Médico

COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A.

26 OUT. 2018

PROTOCOLO

AG. JOÃO PESSOA

Declaro para o médico
Sr. Richard Nixon Cabral de Moura deu
entrada no Hospital Regional de Patos
em 12 de junho de 2018 vítima de au-
tolesão de mão apresentando fratura da
clavícula esquerda e fraturas 2^a, 3^a e
4^a metacarsais da esquerda. Foi tratado
conservadoramente com imobilização gessada
em 8 e está gessada. Atualmente
apresenta fraturas consolidadas para
com perda da força no membro
superior esquerdo em 30%. com a sequelas
da fratura da clavícula esquerda.

CID: S42.0

T92.8

Patos, 26 de outubro de 2018

Dr. Fábio de Moura
Ortopedia e Traumatologia
CRM-PB 8.133

Dr. João M. Cadete - CRM 4644 PB
MASTOLOGISTA - ONCOLOGISTA
(Médico do Hospital do Câncer de Recife e J. Pessoa)
Cirurgia de Câncer de Mama, Ovario, Útero, Vagina e Vulva

Dr. Orlando A. Damascena - CRM 1501 PB
GINECOLOGISTA - MASTOLOGISTA - OBSTETRA

Tim 99615.9333

Av. Pedro Firmino, 256 - Centro - Patos-PB
Fones: (83) 3421.3827
Oi 9.8766.3827 | Claro 9.9186.6681 | Vivo 9.8137.0673





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA TRANSPORTAÇÃO
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTAÇÃO
ARBITRAGEM NACIONAL DE HABILITAÇÃO

P B

RICHARD NILSON CARRAL DE MOURA

DOC. ORIGINAL / CÓPIA: 1142357325 / SSP / BA

CPF: 927.480.104-30 / 08/03/1973

RENCH: MARCELO DE MOURA NEVES

MARIA DOCTA CARRAL DE MOURA

AB

VALIDADE: 03016110127 / 28/07/2022 / 11/09/2003

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1489091203

PROIBIDO PLASTIFICAR
1489091203

ASSINATURA DO PORTADOR: *Richard Nilson C. Moura*

LOCAL: PATOS, PB

DATA EMISSÃO: 28/07/2017

ASSINATURA DO TITULAR: *[Assinatura]*

PARAÍBA

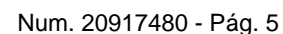
05466095490
F8035085134

COMPREV PREVIDÊNCIA S/A
15 OUT. 2018
PROTOCOLO
AC. JOÃO PESSOA





COMPREV PREVIDÊNCIA S/A
15 OUT. 2018
PROTOCOLO
Nº. JOÃO PESSOA



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3180484183 **Cidade:** Patos **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA **Data do acidente:** 12/06/2018 **Seguradora:** CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 30/10/2018

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: FRATURA DA CLAVÍCULA ESQUERDA
FRATURAS DO 2º 3º E 4º METATARSO DO PÉ ESQUERDO.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CONSERVADOR E ALTA MÉDICA.

Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO DO ARCO DOS MOVIMENTOS DO OMBRO ESQUERDO.

Sequelas: Com sequela

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas: APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DEBILIDADE FUNCIONAL LEVE DO OMBRO ESQUERDO.

Documentos complementares:

Observações:

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um dos ombros	25 %	Em grau leve - 25 %	6,25%	R\$ 843,75
Total			6,25 %	R\$ 843,75

ESPECIALISTA

Empresa: Líder- Serviços AMD

Grupo: EQ3

Nome: RICARDO DE OLIVEIRA BLANCO

CRM: 902330

UF do CRM: RJ

Assinatura:



PROCURAÇÃO PARTICULAR

OUTORGANTE:

Nome: Richard Nixon Cabral de Moura
Nacionalidade: Brasileiro Est. Civil: Solteiro
Profissão: Comerciante
Identidade: 1142357325 CPF: 927440.104-30
Endereço: Rua Alto Castelano, 761 - Santo Antonio
Patos - PB

OUTORGADO:

Nome: Emmanoela Saturnina Pereira Vasconcelos de Souza Araújo
Nacionalidade: Brasileira Est. Civil: Casada Profissão: Empresária Identidade: 4.672.305
CPF: 029.848.084-01 Endereço: Rua Titico Gomes, 405 - Bairro: Bela Vista - CEP:
58704-460 - Patos-PB.

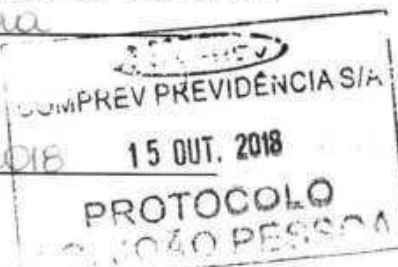
Pelo Presente Instrumento Particular de Procuração, nomeio e constituo meu bastante procurador o outorgado acima qualificado, a quem confio poderes especiais para representar-me perante a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT e suas respectivas consorciadas, a fim de encaminhar o pedido de indenização referente ao Seguro Obrigatório - DPVAT, a ser creditada em conta de minha titularidade conforme ficha de Autorização de Pagamento, concedendo ao outorgado poderes para assinar, enviar e/ou requerer quaisquer documentos necessários junto as seguradoras consorciadas, hospital, delegacia, samu, bombeiro, incluindo receber informações sobre perícia médica e solicitar reagendamento, podendo substabelecer e praticar, enfim, todos os atos de direito permitidos para o fiel e perfeito cumprimento deste mandato, afim de requerer a indenização do Seguro Obrigatório-DPVAT para a vítima

Richard Nixon Cabral de Moura

Patos - PB: 27 / Junho / 2018
Local e data

Richard Nixon Cabral de Moura
Assinatura do Outorgante

(reconhecer firma por autenticidade)



PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS



IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0375675/18

Vítima: RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA

CPF: 927.440.104-30

Seguradora: CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A

CPF de: Próprio

Data do acidente: 12/06/2018

Titular do CPF: RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Boletim de ocorrência
Comprovação de ato declaratório
Declaração de Inexistência de IML
Declaração do Proprietário do Veículo
Documentação médico-hospitalar
Documentos de identificação
DUT

EMMANOELA SATURNINA PEREIRA VASCONCELOS DE SOUZA ARAUJO : 029.848.084-01

Comprovante de residência
Declaração Circular SUSEP 445/12
Documentos de identificação
Procuração

RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA : 927.440.104-30

Autorização de pagamento
Comprovante de residência

ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação entregue

Data da entrega: 15/10/2018

Nome: EMMANOELA SATURNINA PEREIRA VASCONCELOS DE SOUZA ARAU
CPF: 029.848.084-01

Responsável pelo cadastramento na seguradora

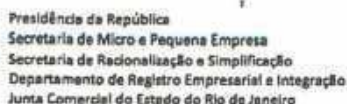
Data do cadastramento: 15/10/2018

Nome: MARCELA DO CARMO DE LIMA
CPF: 708.601.964-02

A SATURNINA PEREIRA VASCONCELOS DE SOU

MARCELA DO CARMO DE LIMA





NIKE (A SEDE OU DA FILIAL) QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF

33.3.0028479-6

Time Schedule

Sociedade anônima

Boite à Embarcadere

Normal

Nº do Protocolo

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

JUCERJA

Ultima Arguementor

0000313101 - 18/12/2017

NWRE: 33.3.0028479-6

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Boleto(s): 102595004

Hash: ECC52023-D73D-4232-8033-7CC9943DA9D4

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
DREI	21,00	21,00



REQUERIMIENTO


Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Representante legal da empresa

Local	Nome:	
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-5 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149055 e demais constantes do termo de

autenticidade.

Autenticação: FD69743867A48220CFDE4856AFADE53C9F8FFD5CF68740F233R496AFDA80E1FDB
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.

Page 2/13



JUCEFLIA



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 03/05/2019 09:35:07

<http://pje.tibb.ius.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19050309350740600000020344452>

Número do documento: 19050309350740600000020344452

Num. 20917483 - Pág. 1

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar - Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 1 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECP8FPD5CF68740F233E496AFDA8021F88	
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital , informe o nº de protocolo. Pág. 3/13	



Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rratificar as funções específicas perante a SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôrres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 2 de 3

Handwritten signatures

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56APADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 4/13



7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


Roberto Barroso
Presidente


Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8	
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital , informe o nº de protocolo. Pág. 5/13	



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56A7ADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8	
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital , informe o nº de protocolo. Pag. 8/13	



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 60-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: PD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA30E1FB8	
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital/ , informe o nº de protocolo: Pág. 10/13	





4996507

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016

12/1

"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 1 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE920B296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996508

ARTIGO 8º – A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro – A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo – A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro – Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto – Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto – As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto – Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 9º – A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro – Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo – O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro – As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 2 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996509

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro – Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo – Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 3 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



convocada.



4996510

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 4 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 5 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86683B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI - DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 6 de 10


Bernardo F. S. Derwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litúgio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 7 de 10


Bernardo F.S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 8 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C88883B2947C61B477D798CBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2018





4996515

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 9 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



de março de 1967.



4996516

XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

ARTIGO 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

ARTIGO 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 10 de 10

Bernardo F. S. Benwanger
Secretário Geral

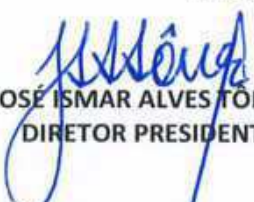
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002958803 - 11/10/2016



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.


JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES
DIRETOR PRESIDENTE


HÉLIO BITTON RODRIGUES
DIRETOR

17º Ofício de Notas DA CAPITAL	Tabelião: Carlos Alberto Firmino Oliveira Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 21037-5000	AD528690 088674
Reconheço por AUTÊNTICAÇÃO as firmas de: HELIO BITTON RODRIGUES e JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES (X00000524453)		
Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018.		
Em testemunho	da verdade.	Conf. por: Serventia T. H. FUNDOS
Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.		Total
EOLP-56881 HQT, EOLP-56882 GHS		
https://www3.tjri.jus.br/sitepublico		

CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ
Paula Cristina A. D. Gaspar
3.9% Escrevente
10796-48062 série 09077 ME
Aut. 20.5.3º Lei 8.936/94

SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09. 248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA
OAB/SP 111.807





4ª Vara Mista de Patos

AV DOUTOR PEDRO FIRMINO, S/N, - até 199/200, CENTRO, PATOS - PB - CEP: 58700-071

()

Nº do processo: 0800944-37.2019.8.15.0251

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto(s): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

MANDADO DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADO(A)

O MM. Juiz de Direito da vara supra manda ao ao oficial de justiça, a quem este for entregue, que em cumprimento a este, intime o(a) advogado(a) para impugnar a contestação, no prazo legal
Prazo:

Advogado: ARTHUR ALVES DE MEDEIROS OAB: PB25763 Endereço: desconhecido Advogado: ALBERTO LEITE DE SOUSA PIRES OAB: PB17997 Endereço: R PAULO MENDES, 16, Terreo, CENTRO, PATOS - PB - CEP: 58700-240

PATOS, em 21 de maio de 2019.

De ordem, MARIA DAS NEVES RUFINO DE LUCENA
Mat.



EM ANEXO.





GUEDES DE LIMA

• A D V O G A D O S •

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUÍZ (A) DE DIREITO DA 4ª
VARA CÍVEL DA COMARCA DE PATOS - ESTADO DA PARAÍBA

0800944-37.2019.8.15.0251 - ACIDENTE DE TRÂNSITO

RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA X SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS
DPVAT S.A

RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA, já qualificado nos autos em evidência, na
AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DPVAT, que
move em face SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A,
amplamente qualificado, vem a presença de Vossa Excelência, apresentar
IMPUGNAÇÃO A CONTESTAÇÃO, nas razões que segue;

DOS FATOS

A parte demandante foi vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia
16/06/2018, que resultaram em sequelas definitivas, quais são:

- **FRATURA DE MEMBRO SUPERIOR ESQUERDA;**
- **FRATURA DA CLAVÍCULA ESQUERDA;**
- **FRATURA DO 2º METATARSIANO DO PÉ ESQUERDO;**
- **FRATURA DO 4º METATARSIANO DO PÉ ESQUERDO;**
- **COM DORES INTENSAS E LIMITAÇÃO DOS MOVIMENTOS DO BRAÇO ESQUERDO.**

Pois bem Excelência, em decorrência das lesões sofridas e dos fatores acima
expostos, restou o **requerente com acentuada limitação física**, além de sentir
dores intensas e constantes, tem limitação nos movimentos e na força do membro
afetado, ou seja, as atividades mais simples do dia a dia, como movimentar, pegar,
levantar algum objeto, praticar algum exercício físico e trabalhar, tornaram-se
verdadeiramente, tarefas tormentosas de serem desempenhadas. Sendo que estas,
sequelas são permanentes.

.....
(83) 3421.7236 (83) 99604.1600

Rua Paulo Mendes 16, Centro – Patos – Paraíba Cep: 58.700-240

e-mail: guedesdelimaadv@gmail.com





GUEDES DE LIMA

• A D V O G A D O S •

No entanto, a parte autora fez requerimento administrativo do Seguro **(SINISTRO Nº 3180484183)**, recebendo da Seguradora o pagamento de valor irrisório, **não condizente com a gravidade da lesão sofrida pelo autor e com a invalidez permanente que este adquiriu**. Ou seja, após análise do pedido feito administrativamente, o requerente recebeu o valor de **843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**, não recebendo o valor que lhe é de direito, mesmo comprovando as lesões sofridas, o que é um total desrespeito à legislação vigente, fazendo jus a parte promovente ao recebimento da integralidade de toda a monta indenizatória, sendo a diferença no valor de **R\$ 12.656,25 (doze mil seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos)**.

Preponderante destacar que o fato do acidente ocorreu, haja vista documentação vasta juntada a inicial, de modo que o envolvimento em acidente de trânsito e com veículo automotor já dá direito ao requerente pleitear por tal seguro.

DO DIREITO

Sendo a parte demandante vítima de acidente de veículo automotor, atrai a aplicação da **Lei nº 6.194/74 (Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não)**; conforme o **artigo 3º, alínea “b”** que dispõe:

“Art. 3º os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada: (Lei nº 11.482/2007)

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.”

.....
(83) 3421.7236 (83) 99604.1600

Rua Paulo Mendes 16, Centro – Patos – Paraíba Cep: 58.700-240

e-mail: guedesdelimaadv@gmail.com





GUEDES DE LIMA

• A D V O G A D O S •

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (LEI Nº 6.194/1974)

Assim, esclarecendo novamente, **a parte autora não recebeu o valor de pleno direito**, em total desrespeito com a legislação vigente, fazendo **jus ao recebimento da diferença ao valor integral da indenização**, de seu direito, caso realmente exista, após **perícia quantitativa obrigatória** a ser realizada em Juízo conforme **Súmula 474 do STJ**, que segue abaixo:

“A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

Conforme documentos anexos, a parte demandante comprova o acidente e os danos por este causado, em consonância com o **art. 5º, da Lei 6.194/74**, que exige a simples prova do acidente independentemente da existência de culpa, conforme jurisprudências transcritas a seguir, in verbis:

SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES
APELAÇÃO CÍVEL 4550/96 - Reg. 3204-1 Cod. 96.001.04550
QUARTA CÂMARA - Unânime Juiz: PAULO GUSTAVO
REBELLO HORTA - Julg: 27/06/96 DPVAT. FALTA DE
CONTRATAÇÃO DO SEGURO. LEI N. 8441/92.
INCONSTITUCIONALIDADE. INOCORRENCIA. A Lei n.
8441/92 não conflita com o art. 192 da Constituição da
Republica nem contraria a essência do contrato de seguro,
previsto no art. 1432 do Código Civil, nos casos em que o
seguro não se acha realizado ou vencido, pois a constituição
obrigatória do consórcio de seguradoras foi criado
justamente para cobrir a indenização por pessoas
acidentadas, independente do pagamento do prêmio.
Inconstitucionalidade rejeitada. A indenização por morte em
acidente de trânsito e devida, mediante simples prova do
acidente, ainda que não recolhido o DPVAT. Cabe a
seguradora acionada reaver do consórcio o que tiver
satisfeito em face da aplicação do art. 7. da Lei n. 8441/92.
(grifo nosso)

.....
(83) 3421.7236 (83) 99604.1600

Rua Paulo Mendes 16, Centro – Patos – Paraíba Cep: 58.700-240

e-mail: guedesdelimaadv@gmail.com





GUEDES DE LIMA

• A D V O G A D O S •

Neste raciocínio, é sabido que **o teto máximo da indenização a título de invalidez é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, devendo o valor da indenização do seguro DPVAT **ser determinado pelo grau de invalidez quantificado pela perícia médica judicial**, de maneira que, cada percentual atestado encontra-se de acordo com o valor presente na tabela da Lei do seguro DPVAT.

Portanto, temos que, para fins de determinação do percentual das debilidades da parte autora, conforme mencionado, é imprescindível a realização de **PERÍCIA MÉDICA JUDICIAL** para quantificar de forma pormenorizada as lesões.

DO PEDIDO

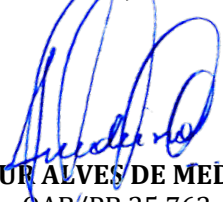
ANTE O EXPOSTO, evidenciados o interesse e a legitimidade da parte autora para o ajuizamento da presente ação, bem assim a possibilidade jurídica do pedido e preenchidos todos os requisitos da petição Inicial, previstos no artigo 319 do Código de Processo Civil, **REQUER:**

Que seja a presente ação julgada **PROCEDENTE** para que se declare devido à parte autora, o pagamento da indenização do seguro DPVAT, bem como, se digne Vossa Excelência **em nomear perito**, conforme art. 465 do Código de Processo Civil, a fim de que em conjunto com os documentos carreados aos autos, se quantifique o real valor devido à parte autora a título de indenização DPVAT.

Nestes termos,

Pede Deferimento.

Patos/PB, 20 de junho de 2019.


ARTHUR ALVES DE MEDEIROS
OAB/PB 25.763

.....
(83) 3421.7236 (83) 99604.1600

Rua Paulo Mendes 16, Centro – Patos – Paraíba Cep: 58.700-240

e-mail: guedesdelimaadv@gmail.com





PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DA PARAÍBA
4ª VARA DA COMARCA DE PATOS

PROCESSO N. 0800944-37.2019.8.15.0251

DESPACHO

Vistos etc.

Nomeio como perito o Dr. **Marcos Vinicius Amorim Freitas, CRM/PB 7605, médico ortopedista/traumatologista**, concedendo-lhe o prazo de **dez dias** para apresentação do laudo, a contar da data do exame médico no(a) promovente (art. 465 do CPC).

Foi comunicado ao médico nomeado que será paga a quantia de R\$ 200,00 (duzentos reais) pelo exame pericial, em conformidade com o Convênio n. 015/2014, firmado entre o Tribunal de Justiça da Paraíba e a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT.

O pagamento dos honorários periciais ocorrerá após a realização de todas as perícias, mediante ofício do Juízo à Seguradora para depósito único, nos autos do processo n. 0803594-91.2018.8.15.0251.

Em contato com o perito ora nomeado, este informou que realizará a perícia no dia **09/09/2019, às 09:00 horas, no Fórum local. Apresentem-se no dia** os quesitos, estes os constantes no formulário a ser entregue ao médico no dia agendado para o exame, padrão de perícias DPVAT no âmbito do TJPB.

Intime-se o promovente, pessoalmente e por meio do advogado habilitado, para comparecer, na data e local informados pelo perito, portando exame, receituário, laudo e/ou qualquer outro documento relativo a atendimento médico em decorrência do alegado acidente com veículo automotor.

Intimem-se as partes para que, no prazo de **quinze dias**, indiquem os assistentes técnicos e formulem seus quesitos, caso não os tenham apresentado, bem como para tomarem ciência da data do exame pericial.



Patos/PB, data e assinatura eletrônicas.

Vanessa Moura Pereira de Cavalcante

Juíza de Direito



4ª Vara Mista de Patos
AV DOUTOR PEDRO FIRMINO, S/N, - até 199/200, CENTRO, PATOS - PB - CEP: 58700-071
PATOS
()

Nº do processo: 0800944-37.2019.8.15.0251
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto(s): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

Autor: Nome: RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA
Endereço: Rua Alto Casteliano_**, 761, CASA, Maternidade, PATOS - PB - CEP: 58701-398

Réu: Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A
Endereço: Rua Senador Dantas, 74, 5 andar, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

MANDADO DE INTIMAÇÃO
(AUTOR)

O MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Mista de Patos manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, intime a parte Advogados do(a) AUTOR:Nome: RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA, Endereço: Rua Alto Casteliano_**, 761, CASA, Maternidade, PATOS - PB - CEP: 58701-398, para perícia no dia **09/09/2019, às 09:00 horas, no Fórum local. Intime-se** o promovente, pessoalmente, para comparecer, na data e local informados pelo perito, portando exame, receituário, laudo e/ou qualquer outro documento relativo a atendimento médico em decorrência do alegado acidente com veículo automotor.

PATOS, em 25 de julho de 2019.

De ordem, MARIA DE FATIMA LIMA PALMEIRA
Mat.



CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento ao presente mandado, dirigi-me ao endereço supra, aí estando, INTIMEI RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA, dando-lhe conhecimento de todo o conteúdo do mandado ao que depois de ouvir sua leitura exarou sua nota de ciência. Dei-lhe ciência, que aceitou. Dou Fé.

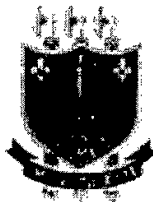
Patos-PB, 01 de agosto de 2019

KLébia Glene Garrido de S B FReire

oficial de justiça



Successfully created



4ª Vara Mista de Patos
AV DOUTOR PEDRO FIRMINO, S/N, - até 199/200, CENTRO, PATOS - PB - CEP:
58700-071
PATOS
()

Nº do processo: 0800944-37.2019.8.15.0251
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto(s): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

Autor: Nome: RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA
Endereço: Rua Alto Casteliano_**, 761, CASA, Maternidade, PATOS - PB - CEP: 58701-398

Réu: Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A
Endereço: Rua Senador Dantas, 74, 5 andar, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

MANDADO DE INTIMAÇÃO
(AUTOR)

O MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Mista de Patos manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, intime a parte Advogados do(a) AUTOR: Nome: RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA, Endereço: Rua Alto Casteliano_**, 761, CASA, Maternidade, PATOS - PB - CEP: 58701-398, para perícia no dia **09/09/2019, às 09:00 horas, no Fórum local. Intime-se** o promovente, pessoalmente, para comparecer, na data e local informados pelo perito, portando exame, receituário, laudo e/ou qualquer outro documento relativo a atendimento médico em decorrência do alegado acidente com veículo automotor.

PATOS, em 25 de julho de 2019.

De ordem, MARIA DE FATIMA LIMA PALMEIRA
Mat.

x Richard Nixon Cabral de Moura

30/07/2019 09:53





Assinado eletronicamente por: **MARIA DE FATIMA LIMA PALMEIRA**

25/07/2019 16:41:05

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **23000942**



19072516410324100000022307571

imprimir



SEGUE LAUDO



PROCESSO Nº 0800944-37.2019.8.15.0251.

**AVALIAÇÃO MÉDICA PARA FINS DE
CONCILIAÇÃO E/OU JULGAMENTO**

Nome completo: Richard Nixon Cabral de Moura

CONCORDÂNCIA COM A REALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO MÉDICA

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicadas, são verdadeiras e que compareci por livre e espontânea vontade para realização da avaliação médica para fins de conciliação e/ou julgamento em razão do processo judicial acima indicado, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figuro como autor e que tramita na 4ª Vara Cível da Comarca de Patos/PB.

Patos/PB, 09 de setembro de 2019.

Richard Nixon Cabral de Moura
Assinatura da vítima/promovente

AVALIAÇÃO MÉDICA

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre:



Sim



Não



Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (is) região (ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s)?

OMEMBRO ESQUERDO E PÉ ESQUERDO

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da vítima que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

OMEMBRO ESQUERDO: DANO À MOBILIDADE COM DISCRETA LIMITAÇÃO DA ADM.
PÉ ESQUERDO: SEM ALTERAÇÕES NO MOMENTO

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito ou a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?



Sim



Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

a) ☐ disfunções apenas temporárias

b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo, informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.



V) Em virtude da evolução da lesão e/ou tratamento, faz-se necessário exame complementar?

☐ Sim, em que prazo: _____

☒ Não

Em caso de enquadramento da opção "a" do item IV ou da resposta afirmativa do item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945/2009, favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) suscetíveis a tratamento como sendo gerador(es) de dano(s) anatômico(S) corporal(is) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo contante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, afirmar sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) ☐ Total

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima)

b) ☒ Parcial

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima)

Em se tratando de dano parcial, informar se o dano é:

b.1) ☐ Parcial completo (dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima).

b.2) ☒ Parcial incompleto (dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um – ou mais de um – segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74, com redação introduzida pelo art. 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento anatômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão

OMBUD 65A V6000 ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☒ 50% Média ☐ 75% Intensa

2ª Lesão

_____ ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

3ª Lesão

_____ ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

4ª Lesão

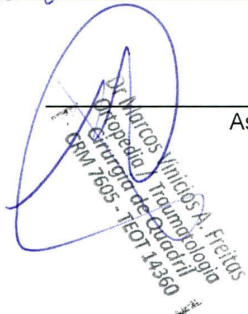
_____ ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

Obs.: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique abaixo, de acordo com os critérios acima definidos:

PE 65A V6000: A 65065 FORM DISFUNÇÕES TEMPORARIAS

Patos/PB, 09 de setembro de 2019.

Assinatura do médico – CRM





EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PATOS – PB.

PROCESSO nº: 0800944-37.2019.8.15.0251

RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA, já qualificada nos autos em evidência, na **AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DPVAT**, que move em face **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, amplamente qualificado, vem a presença de Vossa Excelência, apresentar **MANIFESTAÇÃO SOBRE O LAUDO PERICIAL**, decorrência do despacho retro, motivo qual revela as considerações abaixo.

DO LAUDO PERICIAL ACOSTADO NOS AUTOS:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda, e sobre o valor encontrado, aplicam-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: total – 100%; intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

a) Perda completa da mobilidade do **ombro esquerdo** (segmento anatômico) no **percentual de 50%**, o que corresponde a indenização de **R\$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta e sete centavos)**;

b) Bem como, especificou **sequelas no pé esquerdo** de funções temporárias, (perda anatômica e/ou funcional de qualquer um dos dedos do pé), deixando de demonstrar o percentual **a ser aplicado, portanto, levando em consideração no percentual de 50%**, o que corresponde ao valor de **R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais)**.

Visto, a parte autora ter recebido o misero valor de **R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)** a título de indenização pelo acidente sofrido, é devido a



complementação da monta indenizatória no valor de **R\$ 1.518,75 (mil quinhentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos)**, pelos segmentos corporais acometidos com o acidente.

REQUERIMENTO

Pelo exposto, requer a V. Ex^a a aplicação da tabela de cálculo da indenização em caso de invalidez permanente, o pagamento da indenização no tocante a **R\$ 1.518,75 (mil quinhentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos)**, conforme atestado e quantificado por perícia médica, devidamente atualizados desde data do sinistro, mas 20% de honorários advocatícios sobre o valor da condenação, sendo desta forma feita Justiça.

Nestes termos,

Pede Deferimento.

Patos/PB, 14 de outubro de 2019.

ARTHUR ALVES DE MEDEIROS

OAB/PB 25.763



EM ANEXO



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Operações, **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, portador da cédula de identidade RG nº 06.766.244-5 IFP, inscrito no CPF 912.422.907-53, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 152.629; **ISABEL TEIXEIRA DAS CHAGAS**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 158.953; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 140.522; **NOÊMIA FRAGA TEIXEIRA**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 95.365; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, Casada, OAB/RJ 185.681; **ROBERTO MARTINS COSTA**, brasileiro, Solteiro, OAB/RJ 176.073; **RODRIGO ALBERTO DE ALMEIDA**, brasileiro, Solteiro, OAB/RJ 165.647; **TAISA NERY SILVA**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 171.173; **TIAGO CARNEIRO LEÃO D'OLIVEIRA**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 130.946; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: +55 (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar

Procuração com o meio ambiente: a Seguradora Lider DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro



todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 2016

MARCELO DAVOLI LOPES

CLAUDIO MENDES LADEIRA

17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Tabelião: Carlos Alberto Firmino Oliveira
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2107-9800

088674
ACS67751

Reconheço por AUTENTICIDADE as firmas de: MARCELO DAVOLI LOPES e CLAUDIO MENDES LADEIRA (XXXXXX-30068)
Rio de Janeiro, 25 de maio de 2016. Conf. por: Serventia TJ+FUNDS
Em testemunho da verdade. Total

Bruno Rodrigo Belem Gaspar - Aut.
EBOS-10754 TZA EBOS-10755 NCM
Consulte em <https://www3.tirj.jus.br/sitepublico>

17º OFÍCIO DE NOTAS-RJ
Bruno Rodrigo Belem Gaspar
Escrevente Autorizado

17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Tabelião: Carlos Alberto Firmino Oliveira
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2107-9800

088674
ACS13502

CERTIFICO e dou fé que a presente original que foi apresentado. Cód: XXXXXX-30068
Rio de Janeiro, 16 de junho de 2016.
PAULA CRISTINA A.D. GASPAR-AUT
EBPO-46357 NMF Consulte em <https://www3.tirj.jus.br/sitepublico>

OFÍCIO DE NOTAS
CARTÓRIO DO 17º
Paula Cristina A.D.
Gaspar
Escrevente
Aut. nº 1002-0001
At. 20/11/16

088674
ACS13502

fiel do
Serventia TJ+FUNDS
Total
3.00
1.81
6.90



Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.





PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Relações Institucionais, **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836.366 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.157-15, nomeia e constituem seus bastantes procuradores, **Drs. VALDIR DIAS DE SOUSA JÚNIOR**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 122.882, inscrito no CPF/MF sob o número 012.310.027-51; **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 135.132, inscrita no CPF/MF sob o número 082.587.197-26; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 62420, inscrita no CPF/MF sob o número 542.587.407/30, TODOS INTEGRANTES DA SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 14º andar – Centro – RJ, CEP 20031-205, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, autorizados a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a

Preocupado com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro





OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 06 de junho de 2014.

MARCELO DAVOLI LOPES

JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, Tel: 2107-9800
Reconheço por semelhança as firmas de: MARCELO DAVOLI LOPES e JOSÉ
MÁRCIO BARBOSA NORTON (X000000A71AB)
Rio de Janeiro, 10 de junho de 2014. Conf. por:
Em testemunho da verdade. Serventia = 8,40
36% I.P.FUNDOS = 3,02
Total = 11,42

Bruno Rodrigo Belem Gaspar - Aut.
EAGM-29273 BNK, EAGM-29274 GUP
Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

CARTÓRIO DO 1º
Bruno Rodrigo
Belem Gaspar
Escrevente
CAD/CST nº 04.04781
At 2013 - La 88354



17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Paula Cristina A. D. Gaspar
Escrevente
CST nº 0001-1001-1001-1001
At 2013 - La 88354

17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Paula Cristina A. D. Gaspar
Escrevente
CST nº 0001-1001-1001-1001
At 2013 - La 88354

088674
ACS13501

Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado. Cod: X000003CFAF6. Conf. por:
Rio de Janeiro, 15 de junho de 2016. Serventia = 5,09
TJ+FUNDOS = 1,81
Total = 6,90

PAULA CRISTINA A.D. GASPAR-AUT
EBPO-46356 ZRN Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS

[illegible]

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS

DO SEGURO DPVAT S.A.

CNPJ/PRESF Nº 09.248.0060001-04 - NIRE 33.00267439

AÇÃO REUNIDA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2015

O presente relatório foi elaborado em conformidade com as Ações de 25 (vinte e cinco) atos da mídia de março de 2015, às 15:30h, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Convocação: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 19 de março de 2015 para o endereço eletrônico: administracao@dpvat.com.br. Presença: Filho, Bernardo Diackmann, Caio, Darnald; Javie de Mandonça Alexan- der, João Gilberto Possiede, Jorge de Souza Andrade, Marcelo Gomes Muniz, Mucio Novais de Albuquerque Cavalcanti, Ricardo José Iglesias Teixeira, Rosane Tachima Salasano e Wadely José Mourão Cury Preussler. Assente: O presente relatório possui caráter informativo e não constitui recomendação ou qualquer outra forma de orientação. Não há garantia quanto à veracidade das informações aqui apresentadas e não se responsabiliza pelo conteúdo apresentado.

[illegible]

BRF MOREFINO DE LUBRIFICANTES S.A.

CNPJ/MF nº 03.912.675/0001-59 - NIRE nº 333.0029771-5

Asssembleia Geral Ordinária (Lavrada sob forma de sumário, conforme facultado pelo art. 130 § 1º da Lei nº 6.404/67), Dia, Hora e Local: 18/11/2015, às 13h00, no Auditório de Caxias, RJ, Mesa Diretora: Presidente: Diogo Valle Bueno; Secretário: Adonias Petrobros Distribuidora S.A.; Pedro Aurelio Cardoso Sampiao; RRF Participações e Administração de Empresas S.A.; Gildespeo Casanova; Benedito F.S. Berenger - Secretário Geral.

Tópicos da Ordem do Dia:

1) Presença: Aconistas representando a totalidade do capital social da Cia, conforme assinaatua aposta no Livro de Presença da Assembleia Convocação: Dispensada em razão da presença da totalidade dos aconistas desde o dia 1º de maio de 2014 até o dia 12/11/2015, conforme dispõe o art. 130, inciso II, do Regulamento Interno da Cia. Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura: As Demonstrações Financeiras auditas referentes ao exercício encerrado em 31/12/14 c) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos d) Deliberar sobre a remuneração global anual dos administradores da BHF Borefinio de Lubrificantes e Borefinio de Lubrificantes S.A. e) Aproveitamento das aprovações por unanimidade de votos: a) Aproveitamento do Relatório Anual e Demonstrações Financeiras auditas referentes ao exercício encerrado em 31/12/14, nos termos do parecer emitido pela auditoria independente Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S/A, atestando-se de veras os legalmente impedidos conforme o art.134 § 1º da Lei nº 6.404/67 b) Aproveitamento do balanço de dividendos considerando que a BHF Borefinio de Lubrificantes S.A. não possui dividendos para o exercício de 2014 c) Aproveitamento a fixação da remuneração global e anual dos administradores para o exercício de 2015 em até R\$118.135,00 a vigorar a partir de 01/04/15 até o mês de realização da próxima AGO, cabendo ao Conselho de Administração decidir sobre o critério, após aprovação da Assembleia d) Encerramento da Ata: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso, ou, como ninguém se manifestou, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente ata, assinada pelos membros da mesa diretora e pelo secretário, em 3 vias de igual teor e forma. Certifico que a presente é cópia fiel e verdadeira do original próprio Duque de Caxias, 30/04/15 Vilson Reichembach da Silva, Presidente. Diogo Valle Bueno, Secretário. Adonias Petrobros Distribuidora S.A., Pedro Aurelio Cardoso Sampiao, RRF Participações e Administração de Empresas S.A., Gildespeo Casanova, Benedito F.S. Berenger - Secretário Geral.


GOMES DE SOUZA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A

vendedores. (ii) Aprovados os honorários da Diretoria, no valor de R\$ 30.000,00 anuais, a serem distribuídos aos membros da Diretoria, conforme acordo entre os membros da Diretoria para o ano de 2011, ficando a AGO em 2011, 1º quadrimestre do ano de 2011, ficando ciente o Conselho. Jorge Gomes de Souza, brasileiro, casado pelo regime de bens: comunhão parcial, advogado, empresário, RG 45.722, OAB/RS nº 10.048, CPF 098.478.474-03, residente e domiciliado na Av. Princesa Duquesa, 1600/1011, Barra da Tijuca/RJ, Diretor, Presidente da Diretoria, Sr. Beneditos de Souza, brasileiro, casado pelo regime de bens: comunhão parcial, advogado, empresário, RG 2.602.508/EP, CPF 0118711-1, Barra da Tijuca/RJ, Diretor, Sr. Delfino Delfino Cardozo, brasileiro, casado pelo regime de bens: comunhão parcial, advogado, empresário, RG 017.570/81-1, OAB/RS nº 937.168/507-2, residente e domiciliado na Av. das Acácias da Paróquia, 540/404, Barra da Tijuca/RJ, (iii) Assuntos Gerais: Nenhum assunto relevante foi objeto de discussão. (iv) Apreciação e Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o Conselho encalçou que, para as deliberações tomadas, o Conselho não foi ouvido por não se encontrar instalado e encerrado o trabalho ordinário da Diretoria. Nada mais a ser tratado, aprovado e assinado pelos membros da mesa e pelos acionistas representados pela totalidade do Capital Social/RJ, 24/04/15 JUIZ (membros de Souza - Presidente da Assembleia, Patrícia Beneditos de Souza Magalhães - Presidente da Diretoria, 276969595 de 02/03/2015, Bernar-

DINÂMICA ENERGIA S.A.

[illegible]**Nautilus S/A - Empreendimentos e Participações**

CNPJ/MF: 01.544.7960001-08 - NIRE: 3330025193-1
Ata do AGO, lavrada na forma de sumário. 1. Data, Hora e Local: Os 24/04/15, às 10hs na sede da empresa na Rua Parker de Mello, nº 100, bairro São Carlos, cidade de Curitiba, Estado do Paraná.
2. Assistentes: Nenhum. 3. Presença: Presentes todos os acionistas pessoalmente, a todos os acionistas pelo Diretor Presidente da Sociedade. 3. Quorum: Acionistas representando a totalidade do Capital Social, concorrente assinaturas apostas no livro próprio. 4. Mesa: Para dirigir os trabalhos foram escolhidos: Presidente, o Sr. Paulo Cesar Gomes de Souza; Secretário, o Sr. Bernardo F. B. Schwager; e o Sr. Luiz Carlos da Silva, como o Dia. 5. (a) Aprovar o relatório e as contas dos administradores, o balanço geral e as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/14; (ii) Deliberar sobre a proposta do resultado do exercício e a distribuição de dividendos; (iii) Deliberar sobre a proposta dos honorários da Diretoria no valor total de R\$ 30.000,00 anuais, a serem distribuídos entre os membros da Diretoria; (iv) Aproveitar o relatório e as contas dos administradores, o balanço geral e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/14; (v) Apropriar a proposta da Diretoria quanto à destinação do lucro líquido do exercício no valor de R\$ 1.018.038,00, que será rateada proporcionalmente entre os acionistas, sendo R\$ 1.511,00 para cada ação titularizada da Reserva Legal e; (vi) O saldo restante de R\$ 1.416.456,00 para a distribuição de dividendos. Aprovados os honorários da Diretoria para o ano de 2015 no valor de R\$ 30.000,00 anuais, a serem distribuídos entre os membros da Diretoria, em comum acordo entre os membros da Assembleia, não se encorrendo o quórum e encerrou os trabalhos presentes a presente assembleia, e depois de lerem as atas assinadas pelos membros de mesa e pelos acionistas representantes da totalidade do Capital Social RJ. 24/04/15 Paulo Cesar Gomes de Souza, Diretor Presidente da Assembleia, Fausto de Castro Souza - Secretário, Luiz Carlos da Silva, 163242 at 2006/2015 Bernardo F. Schwager - Secretário. [Assinatura]

 <p>Imprensa Oficial RJ</p> <hr/> <p>ESTADO DO RIO DE JANEIRO</p> <hr/> <p>Biblioteca de Assessoria Legislativa</p> <hr/> <p>Haroldo Zager Faria Tinoco Diretor Presidente</p> <hr/> <p>Valério Maria Souto Meira Salgado Diretora Administrativa</p> <hr/> <p>Walter Freitas Netto Diretor Financeiro</p> <hr/> <p>Jorge Narciso Pires Diretor Industrial</p>	<p align="center">DIÁRIO OFICIAL PARTE V - PUBLICAÇÕES A PEDIDO</p> <p align="center">PUBLICAÇÕES</p> <p>Toda publicação deverá ser enviada pelo interessado em nome das Agências Rio de Janeiro, com o teor e as especificações sobre publicações de materiais deverão ser encaminhados à Assessoria para Preparação dos Atos Oficiais, à Rua Pinheiro Machado, s/nº (Palácio Guanabara Casa Civil), Brás de Paves, Rio de Janeiro RJ, Brasil - CEP 22.311-901 Tel.: (0xx21) 271-2689 e 271-2685 ou Fax: (0xx21) 271-2689 e 271-2685.</p> <p>IMPRESSÃO OFFICIAL - RJ Atendimento das 09:00 às 17:00 horas</p> <p>INTERIO: Av. Visconde do Rio Branco, nº 11, Jipão, Lj. 312, Shopping Market, Centro, Niterói, RJ. Tel.: (0xx21) 2719 2689, 2719 2685 e 2719 2705</p> <p>CÓPIAS PARA PRODUÇÃO: simples = R\$ 132,00 / coloridas = R\$ 52,40 por exemplares e modalidades.</p> <p>RECLAMAÇÕES SOBRE PUBLICAÇÕES DE MATERIAIS: Deverão ser dirigidas, por escrito, ao Diretor Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no máximo até 10 (dez) dias após a data de sua publicação.</p>	<p align="center">ASSINATURAS SEMESTRAIS DO DIÁRIO OFICIAL</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>ASSINATURA NORMAL</th> <th>R\$ 284,00</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>ADVOGADOS E ESTAGIÁRIOS</td> <td>R\$ 194,13 (+)</td> </tr> <tr> <td>ÓRGÃOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)</td> <td>R\$ 191,00 (+)</td> </tr> <tr> <td>FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)</td> <td>R\$ 274,00 (+)</td> </tr> </tbody> </table> <p>(*) SOMENTE PARA OS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO E NITERÓI</p> <p>OBS: As assinaturas com desconto somente se aplicam para os funcionários públicos (Federal, Estadual e Municipal).</p> <p>A Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro não se responsabiliza pelo último cancelamento pago pelos assinantes que não comparecerem às sessões autorizadas.</p> <p>A Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro não poderá ser adquirida a preço de atacado.</p> <p>ATENÇÃO: Entenda-se despendido apenas pelas assinaturas do D.O.</p> <p>IMPRESSÃO OFICIAL - ESTADO DO RIO DE JANEIRO Rua Pinheiro Machado, Cardim nº 1, Centro - Niterói, RJ, CEP 24.030-230. Tel.: (0xx21) 271-4348 e 271-4349 Fax: (0xx21) 271-4348</p> <p align="right">www.imprensaoficial.rj.gov.br</p>	ASSINATURA NORMAL	R\$ 284,00	ADVOGADOS E ESTAGIÁRIOS	R\$ 194,13 (+)	ÓRGÃOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 191,00 (+)	FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 274,00 (+)
	ASSINATURA NORMAL	R\$ 284,00								
ADVOGADOS E ESTAGIÁRIOS	R\$ 194,13 (+)									
ÓRGÃOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 191,00 (+)									
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 274,00 (+)									
<p align="center">DOAÇÃO</p>										

17º Ofício de Notas
BACAPITAL

Certifico e dou fé que a original que foi apresentado, foi autêntica e fiel reprodução do original, em 13 de junho de 2016.

PAULA CRISTINA A.D. GASPAL
Rio de Janeiro, RJ

PAULA CRISTINA A.D. GASPAL
Rio de Janeiro, RJ - Tel: 2107-8800

026574
A151505

Reprodução fiel do
serviço
Total : 5,09
: 1,81
: 6,90

ERF0-46361 LIT Consulte em <https://www3.tirj.jus.br/sitrepublco>



[illegible][illegible]

Id: 1851443

SÉCRETARIA DE ESTADO DE OBRAS
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
CNPJ N° 33 352 394/0001-04
JUCERJANIRE N° 33 3 000 8797-4

ATA DA 605ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA
CEDAE
(REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA)[illegible][illegible]

- 1 Leonardo da Cunha e Silva Espindola Dias - Presidente
- 2 Jorge Luiz Ferreira Brand - Vice-Presidente
- 3 Renato Prates Rodrigues - Membro
- 4 Aristides Maria Ricci Corbellini - Membro
- 5 Rodrigo Tostes Salton de Pontes - Membro
- 6 Icaro Moreno Junior - Membro
- 7 Paulo Cezar Saldanha da Gama Ripper Nogueira - Membro
- 8 Cristiane Batista de Souza - Secretária

Id: 185346

[illegible]

id. 1853442

**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO DPVAT S/A**
CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04 - NIRE 33.002.847.9-6
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2015. Data e Hora e Local: Aos
25 (vinte e cinco) dias do mês de março de 2015, às 16h, na sede
da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, situada
em São Paulo, Estado do Rio de Janeiro.
Convocação: Os membros do Conselho de Administração fo-
ram convocados por correio eletrônico enviado em 19 de março de
2015. Presenças: Presentes os Conselheiros Luiz Tavares Pereira Fir-
meiro, Bernardo Dieckmann, Cezar Damiani, Jabo de Mendonça Alexan-
dre, José Carlos de Almeida, José Jorge de Souza Andrade, Marco Gold-
mann, Mucio Novais de Brito, Paulo de Oliveira Medeiros, e
Tereza Rosana Teclma Salasão e Wady Jesus Moura.
Ausente ainda o conselheiro suplente Paulo de Oliveira Medeiros, que
por força da presença do respectivo conselheiro titular, ajudou à reu-

[illegible]

id 1853418

EDIFÍCIO ODEBRECHT RJ 3 A
CNPJ-MF nº 19 432 176 0001-0 - NIRE 33.00331007-0

Ata de Assembleia Geral Ordinária

Realizada em 17 de dezembro de 2014, às 16:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Cidade de Ipanema, nº 86, Santo Cristo, Rio de Janeiro, RJ, CEP 220-720-710. Convocação: Dispensada e publicação de Edital de Convocação, na forma do art. 1.º, § 4º, da Lei nº 6.404/76. Publicações: A Companhia está em processo de publicação no Diário Oficial da União, sob o nº 117, das atas das reuniões financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, de acordo com o artigo 294, II, da Lei 6.404/76.

Presenças: Acionistas representando a totalidade do capital votante, em sessões assíduas constantes no Livro de Presença de Ações, e, **Mex. José Carlos de Almeida**, Diretor Presidente, **Adalberto de Godoy**, Secretário. **Deliberações:** 1) Autorizada a lavratura de prestação de contas em forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta a artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404/76. 2) Aprovado o Balanço Patrimonial e os demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, de acordo com o artigo 294, II, da Lei nº 6.404/76. 3) Aprovada a destinação da totalidade do saldo do prejuízo líquido e ajustado, após o pagamento de 2014, no valor de R\$ 373.713, (três mil, setecentos e trinta e três reais e dezessete centavos), para a conta de prejuízos acumulados. 4) Aprovada reeleição das seguintes pessoas como membros do Conselho de Administração para o novo mandato de 2 (dois) anos iniciado nesta data, com término em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2017: **A) Presidente - Carlos Gouveia Rêgo**, brasileiro, casado, administrador de empresas, inscrito no CPF/MF sob nº 162.162-195-15, portadora da carteira de identidade RG nº 1.162.833-3, residente e domiciliado na Avenida da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lusitano, nº 120, 14º andar, parte B, Butantã, São Paulo-SP, CEP 05.501-050. **B) Diretor Presidente da Companhia (B) Amândio Vinícius Flores Fagundes**, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF/MF sob nº 224.303.688-75, portador da carteira de identidade RG nº 30.012.599-2, residente e domiciliado na Rua Lusitano, nº 120, 14º andar, parte B, Butantã, São Paulo, RJ, CEP 22.250-041, com Diretor sem designação específica da Companhia. **C) Otávio Tavares da Silva**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, inscrito no CPF/MF sob nº 324.928.168-86, residente e domiciliado na Rua Lusitano, nº 120, 14º andar, parte B, Butantã, São Paulo, RJ, CEP 22.250-041, com Diretor sem designação específica da Companhia. **D) Carlos Roberto de Almeida**, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF/MF sob nº 324.928.168-86, residente e domiciliado na Rua Lusitano, nº 120, 14º andar, parte B, Butantã, São Paulo - SP, CEP 05.501-050, como Diretor sem designação específica da Companhia. 5) Aprovada a eleição da seguinte pessoa como membro da Diretoria de Administração: **Adalberto de Godoy**, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF/MF sob nº 224.303.688-75, residente e domiciliado na Rua Lusitano, nº 120, 14º andar, parte B, Butantã, São Paulo - SP, CEP 05.501-050, como Diretor sem designação específica da Companhia. 6) A composição da Comissão de Administração da Companhia, na composição da Comissão de Administração da Companhia, na Assembleia Geral Ordinária, para o exercício de 2015, passou a ser a seguinte: **A) Diretora Presidente - Carlos Gouveia Rêgo**, brasileiro, casado, administrador de empresas, inscrito no CPF/MF sob nº 162.162.195-15, portadora da carteira de identidade RG nº 1.162.833-3, residente e domiciliado na Avenida da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lusitano, nº 120, 14º andar, parte B, Butantã, São Paulo, RJ, CEP 22.250-041, com Diretor sem designação específica da Companhia.

retto Diretores sem designação específica B) Arnaldo Vinícius



**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2015**

DATA, HORA E LOCAL: Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de setembro de 2015, às 16:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado Rio de Janeiro.

CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 14 de setembro de 2015.

PRESENÇA: Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Rosana Techima Salsano, Bernardo Dieckmann, Celso Damadi, Francisco Alves de Souza, Hélio Hiroshi Kinoshita, Jabis de Mendonça Alexandre, João Gilberto Possiede, Jorge de Souza Andrade, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Ricardo José Iglesias Teixeira, Roberto Barroso e Valeria Camacho Martins Schmitke. Presentes ainda os conselheiros Antonio Carlos de Oliveira Carneiro, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Jorge Carvalho e Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da presença dos respectivos conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias constantes da ordem do dia. Presentes, na condição de convidados, Ricardo de Sá Acatauassú Xavier, Marcelo Davoli Lopes, Carlos André Guerra Barreiros, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinícius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente, Diretor Jurídico, Diretor de Relações Institucionais, Diretor de Operações e Diretor de Infraestrutura da Companhia.

MESA DE TRABALHO: Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faoro.

ORDEM DO DIA: (i) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (ii) Rerratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (iii) Assuntos Gerais.

DELIBERAÇÕES TOMADAS: Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade: (i) Reeleger **RICARDO DE SÁ ACATAUASSÚ XAVIER**, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade nº: 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como Diretor-Presidente da Companhia; **CARLOS ANDRÉ GUERRA BARREIROS**, brasileiro, casado, securitário, titular do documento de identidade nº 55.625.648-7, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 832.349.187-91, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como Diretor sem designação específica da Companhia, como Diretor sem designação específica; **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº. 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, titular do documento de identidade nº 06766244-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.422.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e **MARCUS VINÍCIUS CATALDO DE FELIPPE**, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade nº. M-1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº. 521.462.436-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2015 até o dia 11 de outubro de 2016, permanecendo no cargo até a investidura dos seus sucessores. Os

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas

Página 1 de 3



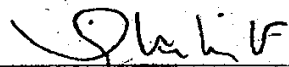
Diretores ora eleitos declaram que não estão incursos em nenhum crime que o impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inabilitados para tanto, nos termos da lei. Os Diretores eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes da Resolução no. 136/2005 do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP. A remuneração dos membros da Diretoria Executiva observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 25 de março de 2015; (ii) Reratificar as designações específicas atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, da seguinte forma: (a) Marcus Vinicius Cataldo de Felipe: diretor responsável administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) Carlos André Guerra Barreiros: diretor responsável pelas relações com a SUSEP; (c) Marcelo Davoli Lopes: diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12), e diretor responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 311/14) e diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes. Os membros do Conselho de Administração não atribuíram a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP nº 143/05 uma vez que a Companhia não emite apólices, endossos e/ou realiza operações de cosseguro. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos gerais.

VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES: Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria Executiva ora reeleitos declaram estar cientes de que as deliberações havidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2015

MESA DE TRABALHO:




Luiz Tavares Pereira Filho
Presidente




André Leal Faoro
Secretário

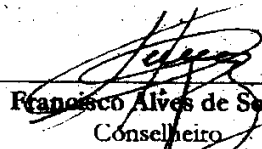
Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas
Página 2 de 3

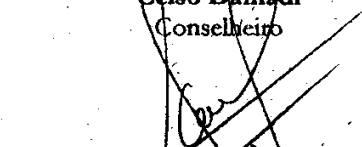


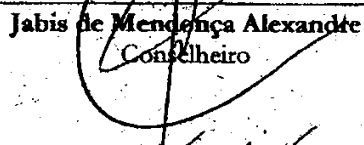

Rosana Techima Salsano
Conselheira Vice-Presidente

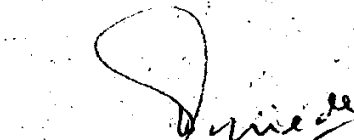

Bernardo Dieckmann
Conselheiro


Celso Damadi
Conselheiro



Francisco Alves de Souza
Conselheiro

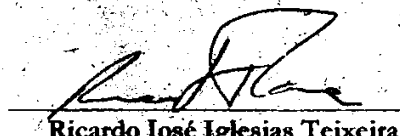

Hélio Hiroshi Kinoshita
Conselheiro



Jabis de Mendonça Alexandre
Conselheiro

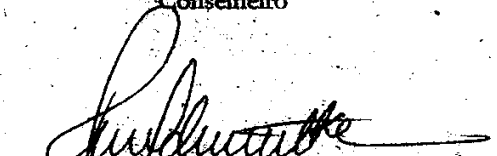

João Gilberto Possiede
Conselheiro


Jorge de Souza Andrade
Conselheiro

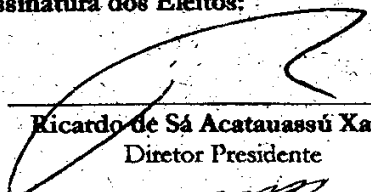

Múcio Novaes de Albuquerque
Cavalcanti
Conselheiro


Ricardo José Iglesias Teixeira
Conselheiro


Roberto Barroso
Conselheiro

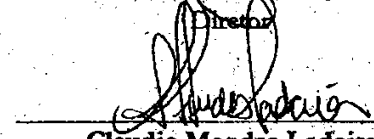

Valeria Camacho Martins Schmitke
Conselheira

Assinatura dos Eleitos:


Ricardo de Sá Acatauassú Xavier
Diretor Presidente


Carlos André Guerra Barreiros
Diretor

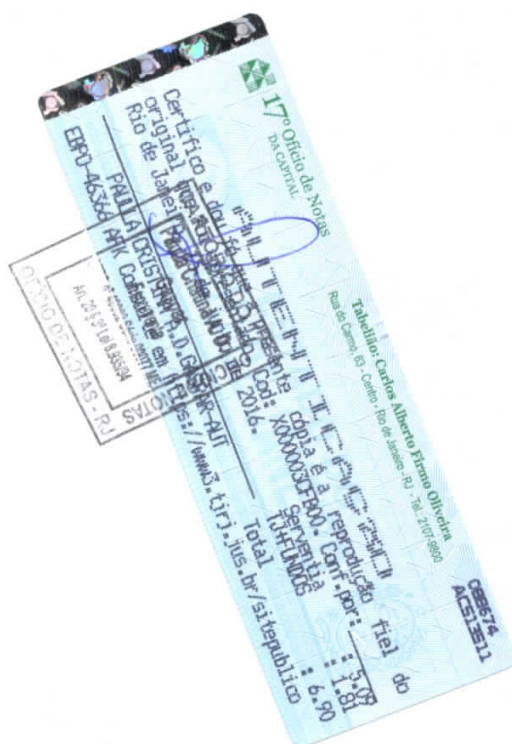

Marcelo Davoli Lopes
Diretor


Claudio Mendes Ladeira
Diretor


Marcus Vinicius Cataldo de Felipe
Diretor

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas
Página 3 de 3





[illegible]

ASSINATURAS SEMESTRAIS DO DIÁRIO OFICIAL

17) SOMENTE PARA OS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO E NITÓIDA
OBS: As assinaturas com desconto somente serão concedidas para o setor público (Federal, Estadual, Municipal), mediante a apresentação do último comprovante de pagamento.
A Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro não dispõe de pessoas autorizadas para vender assinaturas. Essas assinaturas poderão ser efetuadas em nossas distribuidoras e agências credenciadas do Banco ITAU. Cópias de exemplares assinados poderão ser adquiridas a um Professor Nelson Carvalho nº 81, Centro, Niterói, RJ.

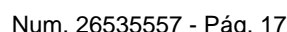
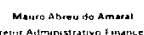
ATENÇÃO: É vedada a devolução de valores pelas assinaturas do D.O.

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO • Rua 1.ª de Junho, 110
Carmo nº 81, Centro - Niterói, RJ CEP 24.030-730. Tel. (0xx21) 272-4151 FAX
• Fax (0xx21) 272-4248

www.imprensaoficial.rj.gov.br

Estado do Rio de Janeiro: Tel.: 0800-2844675 das 9h às 18h.

Serviço de Atendimento ao Cliente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro: Tel.: 0800-2844675 das 20h às 12h





Número do documento: 19112614180039100000025625521

Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A (e Consórcios de Seguros de Vida e Acidentes Pessoais) e do Consórcio do Seguro Estácio Social e para disposições legais que lhe forem aplicáveis. Artigo 2º - A Companhia tem por objeto social, nos limites de sua quota de danos e de prêmios, podendo participar de riscos e de seguros de terceiros, a administração e a gestão dos negócios de seguros Privados. CNISJ Artigo 3º - A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Smoak Durston nº 14, nº 25, nº 35, nº 44 e nº 45, podendo criar, modificar e extinguir filiais e sucursais em qualquer localidade do Brasil, podendo, ainda, representar em qualquer localidade do País. Artigo 4º - A Companhia tem para indeterninados de atuação: Capítulo III - Capital Social e Ações - Artigo 5º - O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominais, cada uma com valor nominal de R\$ 1,00 (um real). Parágrafo Primeiro - Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral e a participação proporcional nos lucros e resultados da operação. Capítulo III - Assembleia Geral - Artigo 7º - A Assembleia Geral tem poderes para decidir todas as questões relativas à administração e ao funcionamento da Companhia, inclusive, mas não se limitando, a sua alteração e desenvolvimento, sempre que maxima absoluta dos estatutos, estatutos ou estatutos expressos em seu Artigo 8º - A Assembleia Geral reune-se a, normalmente, dentro dos 3 (três) primeiros meses do exercício social, para aprovar o balanço e o relatório da administração, sempre que os interesses da Companhia assim o exigirem. Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei, independentemente das formalidades de convocação, também sem a convocação prévia dos acionistas, para aprovar o balanço e o relatório da administração. Parágrafo Segundo - A mesa da Assembleia Geral constituída por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear e substituir outros membros para a mesma função, não poderá exercer a função de dirigir os trabalhos, manter a ordem, supervisionar, julgar ou encerrar as reuniões e faturear a termo o que lhe deliberado, podendo a assembleia, a qualquer tempo, suspender a reunião e prorrogá-la para completar a ata. Parágrafo Terceiro - Os representantes dos acionistas, quando presentes, terão direito de voto, e os representantes das Assembleias deverão fazer a entrega dos respectivos documentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião convocada. Parágrafo Quarto - Quando a Assembleia Geral não puder ser realizada, a Assembleia Geral poderá ser realizada em primeira convocação, com a presença de acionistas, que representem, no mínimo, 25 (vinte e cinco) por cento do capital social, com quórum mínimo de 25% (vinte e cinco) por cento do capital social, e em segunda convocação, com quórum mínimo de 10% (dez) por cento do capital social. Parágrafo Quinto - As decisões da Assembleia Geral, quando tomadas por maioria de votos, que leveira conta a transcrição das deliberações na ata, da data da reunião, os credores ou credoras autorizados para intervir no registro social da Companhia, como sempre aprovada a maioria de 2/3 (dois terços) dos votos dos acionistas presentes. Capítulo IV - Administração na Companhia - Artigo 6º - A Companhia terá um Conselho de Administração, composto por 12 (doze) membros, sendo 4 (quatro) membros representantes dos acionistas, após a aprovação do seu estatuto pela Assembleia Geral de Seguros Privados - SUSPEP e 8 (oito) membros representantes dos Seguros Privados - SUSPEP, sendo 4 (quatro) membros representantes dos Seguros Privados - SUSPEP e 4 (quatro) membros representantes dos Seguros Privados - SUSPEP. Parágrafo Primeiro - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores entender-se-á a partir da investidura dos respectivos titulares. Parágrafo Segundo - As atas das reuniões do Conselho de Administração e do Conselho de Diretores serão aprovadas por maioria de 2/3 (dois terços) dos votos dos membros presentes. Parágrafo Terceiro - Os membros do Conselho de Administração e do Conselho de Diretores farão dispensa de prestar contas ao Conselho de Administração e ao Conselho de Diretores, respectivamente, quando a remuneração dos Administradores, a qual será discutida e aprovada conforme deliberação do Conselho de Administração, for superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por ano. Parágrafo Quarto - A Companhia terá uma administração independente, composta por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 12 (doze) membros, e um número de suplentes, todos os quais deverão ser aprovados pelo Conselho de Administração, sendo 4 (quatro) membros representantes dos acionistas, com mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos. Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselho Presidente, Conselho Vice-Presidente, Conselho de Administração, Conselho de Diretores, Conselho de Supervisores, Conselho de Auditoria, Conselho de Controle, Conselho de Recursos Humanos, Conselho de Relações Públicas, Conselho de Marketing, Conselho de Planejamento, Conselho de Desenvolvimento, Conselho de Tecnologia da Informação, Conselho de Meio Ambiente, Conselho de Segurança, Conselho de Compliance, Conselho de Governança, Conselho de Sustentabilidade, Conselho de Inovação, Conselho de Pesquisa e Desenvolvimento, Conselho de Operações, Conselho de Logística, Conselho de Distribuição, Conselho de Atendimento ao Cliente, Conselho de Relações com a Comunidade, Conselho de Assuntos Jurídicos, Conselho de Assuntos Regulatórios, Conselho de Assuntos Fiscais, Conselho de Assuntos Contábeis, Conselho de Assuntos de Recursos Humanos, Conselho de Assuntos de Relações Públicas, Conselho de Assuntos de Marketing, Conselho de Assuntos de Comunicação, Conselho de Assuntos de Tecnologia da Informação, Conselho de Assuntos de Meio Ambiente, Conselho de Assuntos de Segurança, Conselho de Assuntos de Compliance, Conselho de Assuntos de Governança, Conselho de Assuntos de Sustentabilidade, Conselho de Assuntos de Inovação, Conselho de Assuntos de Pesquisa e Desenvolvimento, Conselho de Assuntos de Operações, Conselho de Assuntos de Logística, Conselho de Assuntos de Distribuição, Conselho de Assuntos de Atendimento ao Cliente, Conselho de Assuntos de Relações com a Comunidade, Conselho de Assuntos de Assuntos Jurídicos, Conselho de Assuntos de Assuntos Regulatórios, Conselho de Assuntos de Assuntos Fiscais, Conselho de Assuntos de Assuntos Contábeis, Conselho de Assuntos de Assuntos de Recursos Humanos, Conselho de Assuntos de Assuntos de Relações Públicas, Conselho de Assuntos de Assuntos de Marketing, Conselho de Assuntos de Assuntos de Comunicação, Conselho de Assuntos de Assuntos de Tecnologia da Informação, Conselho de Assuntos de Assuntos de Meio Ambiente, Conselho de Assuntos de Assuntos de Segurança, Conselho de Assuntos de Assuntos de Compliance, Conselho de Assuntos de Assuntos de Governança, Conselho de Assuntos de Assuntos de Sustentabilidade, Conselho de Assuntos de Assuntos de Inovação, Conselho de Assuntos de Assuntos de Pesquisa e Desenvolvimento, Conselho de Assuntos de Assuntos de Operações, Conselho de Assuntos de Assuntos de Logística, Conselho de Assuntos de Assuntos de Distribuição, Conselho de Assuntos de Assuntos de Atendimento ao Cliente, Conselho de Assuntos de Assuntos de Relações com a Comunidade, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos Jurídicos, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos Regulatórios, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos Fiscais, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos Contábeis, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Recursos Humanos, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Relações Públicas, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Marketing, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Comunicação, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Tecnologia da Informação, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Meio Ambiente, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Segurança, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Compliance, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Governança, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Sustentabilidade, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Inovação, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Pesquisa e Desenvolvimento, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Operações, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Logística, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Distribuição, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Atendimento ao Cliente, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Relações com a Comunidade, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Assuntos Jurídicos, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos Regulatórios, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos Fiscais, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos Contábeis, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Recursos Humanos, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Relações Públicas, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Marketing, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Comunicação, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Tecnologia da Informação, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Meio Ambiente, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Segurança, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Compliance, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Governança, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Sustentabilidade, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Inovação, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Pesquisa e Desenvolvimento, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Operações, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Logística, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Distribuição, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Atendimento ao Cliente, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Relações com a Comunidade, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Assuntos Jurídicos, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos Regulatórios, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos Fiscais, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos Contábeis, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Recursos Humanos, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Relações Públicas, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Marketing, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Comunicação, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Tecnologia da Informação, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Meio Ambiente, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Segurança, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Compliance, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Governança, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Sustentabilidade, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Inovação, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Pesquisa e Desenvolvimento, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Operações, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Logística, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Distribuição, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Atendimento ao Cliente, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Relações com a Comunidade, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Assuntos Jurídicos, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos Regulatórios, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos Fiscais, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos Contábeis, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Recursos Humanos, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Relações Públicas, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Marketing, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Comunicação, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Tecnologia da Informação, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Meio Ambiente, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Segurança, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Compliance, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Governança, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Sustentabilidade, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Inovação, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Pesquisa e Desenvolvimento, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Operações, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Logística, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Distribuição, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Atendimento ao Cliente, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Relações com a Comunidade, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Assuntos Jurídicos, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos Regulatórios, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos Fiscais, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos Contábeis, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Recursos Humanos, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Relações Públicas, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Marketing, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Comunicação, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Tecnologia da Informação, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Meio Ambiente, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Segurança, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Compliance, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Governança, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Sustentabilidade, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Inovação, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Pesquisa e Desenvolvimento, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Operações, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Logística, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Distribuição, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Atendimento ao Cliente, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Relações com a Comunidade, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Assuntos Jurídicos, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos Regulatórios, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos Fiscais, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos Contábeis, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Recursos Humanos, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Relações Públicas, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Marketing, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Comunicação, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Tecnologia da Informação, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Meio Ambiente, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Segurança, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Compliance, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Governança, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Sustentabilidade, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Inovação, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Pesquisa e Desenvolvimento, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Operações, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Logística, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Distribuição, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Atendimento ao Cliente, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Relações com a Comunidade, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Assuntos Jurídicos, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos Regulatórios, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos Fiscais, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos Contábeis, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Recursos Humanos, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Relações Públicas, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Marketing, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Comunicação, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Tecnologia da Informação, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Meio Ambiente, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Segurança, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Compliance, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Governança, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Sustentabilidade, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Inovação, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Pesquisa e Desenvolvimento, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Operações, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Logística, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Distribuição, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Atendimento ao Cliente, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Relações com a Comunidade, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Assuntos Jurídicos, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos Regulatórios, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos Fiscais, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos Contábeis, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Recursos Humanos, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Relações Públicas, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Marketing, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Comunicação, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Tecnologia da Informação, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Meio Ambiente, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Segurança, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Compliance, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Governança, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Sustentabilidade, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Inovação, Conselho de Assuntos de Assuntos de Assuntos de Pesquisa e Desenvolvimento, Conselho

17º Ofício de Notas
DIA CAPITAL

Taboalão Carlos Alberto Fiano Oliveira
Rua do Comércio, 100 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2107-8833

Paula Cristina

Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução fiel do original que foi apresentado para fins de autenticação.

Rio de Janeiro, 23 de Junho de 2019.

PAULA CRISTINA A.D. EXPEDIENTE DE NOTAS - Total

ERQ-46364 Foi consultada em <https://www3.tjri.jus.br/sitpublico>

088674
AC51809

reprodução fiel do
original : 5,07
reprodução : 1,81
Total : 6,90



[illegible][illegible]

CIA MENTAL E DEPENDÊNCIA QUÍMICA. ATENDIMENTO ESPECIALIZADO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU DÚBIDA MENTAL, DISTÚRBIOS PSIQUICOS E PROBLEMAS CAUSADOS POR USO DE DROGAS. ALÉM DE INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE 100 LITROS DE INSTALAÇÃO, INCLUINDO ALIMENTAÇÃO, SUPRIMENTOS, ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO E CURADOS MEDICINAIS. CAPITAL SOCIAL: R\$ 450.000,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA MIL REAIS). END. ESTRADA UNIV. 14.740, POSESSA, PIETROPOLIS - RJ. CEP. 25.770-480. Pietropolis-RJ, 02/21/2001.

HYDRATEC COMÉRCIO E TECNOLOGIA LTDA EPP
CNPJ Nº 04.209.430/0001-26

CONVOCAÇÃO (ART. 1152 E 1º E 3º DO COD. CIVIL) Nesto ato fica convocado o Sr. Raul Carlos Rodrigues de Oliveira, para comparecer no dia 27/01/2012 e no dia 27/01/2012, às 19h ou 2ª convocação, para formalização de alteração do nome mercantil **da Hydratec Comércio e Tecnologia Ltda** inscrita no CNPJ nº 04.209.430/0001-26, para **Hydratec Comércio e Tecnologia Ltda EPP**, com sede na Rua: 275, nº 50, bairro: **Meimêziz**, CEP nº 22.775-050, por motivo de saúde, pois o sócio se encontra em tratamento médico. Nos, 10/01/2012, Angélio Pereira da G. G. CRC/PA 018.880/0-7. CPM nº 32, 445.635-77.

CASTELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.
CNPJ: 33.221.649/0001-91
AVISO - Arham se a disposição dos Senhores Acadêmicos, no sentido social, na Avenida Nelo Peçanha 50 sala 1417, um documento, a qual se refere o artigo 133 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Rua de Janeiro, 11 de janeiro de 2012. A Diretoria

Companhia Aberta
CNPJ nº 33.992.515/0001-54

FATO RELEVANTE: A Vale S.A. (Vale) informou que está dedicando toda a força (FM) em uma série de contratos de minério de ferro a partir de hoje, 11 de janeiro de 2012. Estávamos atuando em reuniões com os clientes conforme os termos dos respectivos contratos. Em acordo com o artigo 3º, § 4º, da Instrução CVM nº 350, não há necessidade de encerrar a divulgação em sua versão preliminar, em razão de não se tratar de fato relevante da Vale. Os seguintes fatos não são relevantes para a Vale S.A. de janeiro de 2012, até 10 de janeiro de 2012.

Martins - Diretor Executivo de Relações com Investidores.

PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO
REQUERIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO
02.709.449/0011-20

PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO inicia pública que-
rrela para o Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a Empresa de
Operação para operar o Duto de Transferência de Água (DTA) en-
tre o Terminal de Cabunas e a Estação de Barra da Lagoa, pa-
sando aproximadamente 70 km de extensão, capacidade de transpor-
te com uma vazão de 150m³/h, com diâmetro de 8" em 29 de De-
zembro de 2011 Rodovia Amaral Peixoto km 188 - Macaé/RJ. Pre-
ço R\$ 075124612011

PETROLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
CNPJ 33.000.167/0001-01
OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS

PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS torna público que recebeu do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a Cópia do Ato de INFLUÊNCIA DO USO DE RECURSOS HÍDRICOS OUTRORA, datado e assinado em validade até 28 de março de 2013, que a Autorização de Uso de Água de Água Bruta em 4 (quatro) pontos do Rio Caruru com a Área de 1.000.000,00 m², para outros usos (compactação e umedecimento do solo) em Reserva Florestal Gráfica RM V. Baía de Grammaiba, na Fazenda Maucatu, entre os Rios Maucatu e Caruru, Posto das Caixas, município de Itaipava.

CAPTAÇÃO: Tetraplanagem COMPERJ, Corpo Hódor, Rio Carabira. Vazão máxima us: 350 m³/m²; Vazão mínima instalada: 300 m³/m²; Tempo: 16,00 min; Período de captação: 30 dias/mês; Vazão mensal: 24.000 m³/m². Coordenadas geográficas: Lat: 22° 43' 21,285" e Long: 42° 50' 36,705".

CAPTAÇÃO: EAF, Costa Verde, Rio Carabira. Vazão máxima us: 350 m³/m²; Vazão mínima instalada: 300 m³/m²; Tempo: 16,00 min; Período de captação: 30 dias/mês; Vazão mensal: 14.400 m³/m². Coordenadas geográficas: Lat: 22° 40' 49,765" e Long: 42° 51' 51,438".

CAPTAÇÃO: EAF, Costa Verde, Rio Carabira. Vazão máxima us: 350 m³/m²; Vazão mínima instalada: 300 m³/m²; Tempo: 16,00 min; Período de captação: 30 dias/mês; Vazão mensal: 14.400 m³/m². Coordenadas geográficas: Lat: 22° 42' 46,126" e Long: 42° 52' 11,831".

CAPTAÇÃO: EAF, Corpo Hódor, Rio Carabira. Vazão máxima us: 350 m³/m²; Vazão mínima instalada: 300 m³/m²; Tempo: 16,00 min; Período de captação: 30 dias/mês; Vazão mensal: 14.400 m³/m². Coordenadas geográficas: Lat: 22° 41' 20,899" e Long: 42° 55' 24,819".

LANÇAMENTO: Vazão máxima: duas vezes/dia; prático e de 300 m³/m²; Vazão mínima: duas vezes/dia; prático e de 300 m³/m².

Processo nº E-07/10-203/2008

BR PETROBRAS
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 33.000.167/0001-01
NIRE nº 13300032061

[illegible]

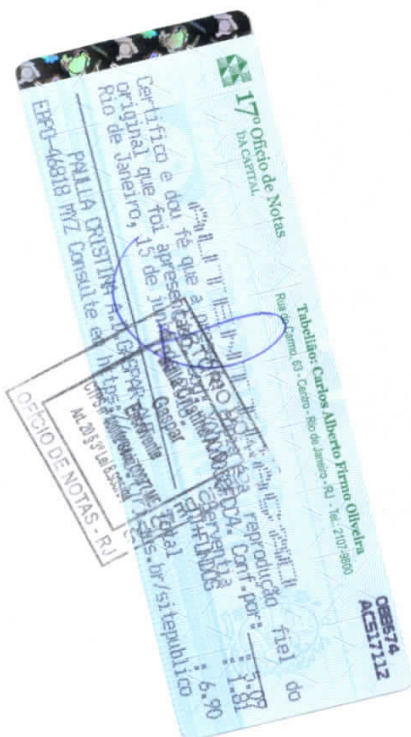
Avisos, Editais e Termos

Associações, Sociedades e Firmas

CLÍNICA ESTRELLA LTDA
SOCIEDADE SIMPLES EM CONSTITUIÇÃO

1. NOME: JONHATO SOCIAL SOUTHS JOAO GUILHERME FIUSA
2. ENDEREÇO: ESTRELA (C/P 174 737 987 72), LYNHA SOUZA
3. CIDADE: (C/P 514 535 217) M. JUA PAULO LRYA DA SILVA
4. FONE: (127 537 91) E FLAVIO GOMES FILHO (C/P 407 776 867)
5. OBJETIVO: ATIVIDADES DE ASSISTENCIA PSICOSSOCIAL E A
6. NOME: PORTADORES DE DISTURBIOS PSORIS OFFICIN







SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PB 4246-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na 15477-OAB/PB, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

Rio de Janeiro, 08 de outubro de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90 Grupos 810/812, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br





PODER JUDICIÁRIO

ESTADO DA PARAÍBA

4ª VARA DA COMARCA DE PATOS

PROCESSO N. 0800944-37.2019.8.15.0251

DESPACHO

Vistos etc.

Intime-se o demandado para em 10 dias se manifestar acerca do laudo pericial.

Quando da intimação observe-se a última petição junta aos autos.

Patos/PB, data e assinatura eletrônicas.

Vanessa Moura Pereira de Cavalcante

Juíza de Direito



EM ANEXO



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3180484183 **Cidade:** Patos **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA **Data do acidente:** 12/06/2018 **Seguradora:** CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 30/10/2018

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: FRATURA DA CLAVÍCULA ESQUERDA
FRATURAS DO 2º 3º E 4º METATARSO DO PÉ ESQUERDO.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CONSERVADOR E ALTA MÉDICA.

Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO DO ARCO DOS MOVIMENTOS DO OMBRO ESQUERDO.

Sequelas: Com seqüela

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas: APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DEBILIDADE FUNCIONAL LEVE DO OMBRO ESQUERDO.

Documentos complementares:

Observações:

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um dos ombros	25 %	Em grau leve - 25 %	6,25%	R\$ 843,75
Total			6,25 %	R\$ 843,75



PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS



IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0375675/18

Número do Sinistro: 3180484183

Vítima: RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA

CPF: 927.440.104-30

Seguradora: CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A

Data do acidente: 12/06/2018

CPF de: Próprio

Titular do CPF: RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Documentação médico-hospitalar

ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação entregue

Data da entrega: 26/10/2018

Nome: EMMANOELA SATURNINA PEREIRA VASCONCELOS DE SOUZA ARAU

CPF: 029.848.084-01

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 26/10/2018

Nome: ADAILTON SANTOS DE OLIVEIRA

CPF: 109.758.064-40

A SATURNINA PEREIRA VASCONCELOS DE SOU

ADAILTON SANTOS DE OLIVEIRA



Rio de Janeiro, 18 de Outubro de 2018

Aos Cuidados de: RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA

Nº Sinistro: 3180484183

Vítima: RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA

Data do Acidente: 12/06/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: EMMANOELA SATURNINA PEREIRA VASCONCELOS DE SOUZA

Assunto: AVISO DE SINISTRO

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o **número de sinistro 3180484183**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Invalidez Permanente é de **ATÉ R\$ 13.500,00**, apurado com base no grau da lesão permanente sofrida, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária**.

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 13486961

Pag. 00327/00328 - carta_01 - INVALIDEZ



Rio de Janeiro, 19 de Outubro de 2018

Aos Cuidados de: RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA

Nº Sinistro: 3180484183

Vítima: RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA

Data do Acidente: 12/06/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: EMMANOELA SATURNINA PEREIRA VASCONCELOS DE SOUZA

Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o **número 3180484183**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Documentação médico-hospitalar não conclusivo

A documentação deve ser entregue na **COMPREV SEGURADORA S/A**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01651/01652 - carta_03 - INVALIDEZ



Carta nº 13495042





AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE SINISTRO - CRÉDITO EM CONTA E REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS PESSOA FÍSICA - CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva)

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados do BENEFICIÁRIO ou do REPRESENTANTE LEGAL, sem rasuras, para correta análise do seu pedido de indenização. Dados incompletos ou incorretos impedem o banco de creditar o pagamento.

A conta informada precisa ser de titularidade do BENEFICIÁRIO ou do REPRESENTANTE LEGAL e deve estar regularizada, ativa, desbloqueada e sem impedimento para o crédito de indenização/reembolso.

É obrigatório Representante Legal para:

Beneficiário entre 0 a 15 anos (pai, mãe, tutor) ou o Incapaz com curador. O formulário deverá ser preenchido com os dados do Representante Legal (Pai, Mãe, Tutor ou Curador). Apenas o Representante Legal precisará assinar o formulário (no campo 2 - "Assinatura do Representante Legal").

Beneficiário entre 16 e 17 anos - Necessário que o Beneficiário seja assistido por seu "Representante Legal" (Pai, Mãe, Tutor). O formulário deverá ser preenchido com os dados do beneficiário. Necessário que o formulário seja assinado pelo menor de idade (no campo 1 "Assinatura do Beneficiário") e seu Representante Legal (campo 2 "Assinatura do Representante legal").

Número do Sinistro ou ASL: _____ CPF da Vítima: 927.440.104 - 30 Nome completo da vítima: Richard Nixon Cabral de Moura

DADOS DO RECEBEDOR DA INDENIZAÇÃO: BENEFICIÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL

Nome completo <u>Richard Nixon Cabral de Moura</u>		CPF titular da conta <u>927.440.104 - 30</u>	Profissão <u>Comerciante</u>
Endereço <u>Rua Alti Castilhana</u>		Número <u>761</u>	Complemento <u>Casa</u>
Bairro <u>Santo Antonio</u>	Cidade <u>Patos</u>	Estado <u>PB</u>	CEP <u>58701-348</u>
Email <u>emmanoela@hotmail.com.br</u>		Telefone (DDD) (83) 3421-8003 (83) 9 9630-1658 (83) 9 9655-9484 (87) 9 9999-9976	

Declaro, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto à Seguradora Líder - DPVAT, residir no endereço acima. Segue, em anexo, cópia do comprovante de residência do endereço informado.

FAIXA DE RENDA MENSAL E DADOS BANCÁRIOS

☒ RECUSO INFORMAR ☐ SEM RENDA ☐ ATÉ R\$ 1.000,00 ☐ R\$ 1.001,00 ATÉ R\$ 3.000,00
☐ R\$ 3.001,00 ATÉ R\$ 5.000,00 ☐ R\$ 5.001,00 ATÉ R\$ 7.000,00 ☐ ACIMA DE R\$ 10.000,00

CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)

☐ BRADESCO (237) ☒ BANCO DO BRASIL (001) ☐ ITAÚ (341)
☐ CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (104)

AGÊNCIA

Nº. 0151

D/V 1

CONTA

Nº. 141000

D/V 8

(Informar dígito se existir)

(Informar dígito se existir)

AGÊNCIA

Nº. _____

D/V _____

CONTA

Nº. _____

D/V _____

(Informar dígito se existir)

(Informar dígito se existir)

Declaro que os dados bancários são de minha titularidade e, comprovada a cobertura securitária para o sinistro, autorizo a Seguradora Líder a efetuar o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, mediante o crédito na referida agência e conta. Após efetivado o crédito, reconheço e dou plena quitação do valor indenizado.

Patos - PB, 05 de Outubro de 2018
Local e Data

Richard Nixon Cabral de Moura
Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

FAPPF.001 V001/2017





BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 4066/2018

Aos VINTE (20) dias do mês de SETEMBRO do ano de DOIS MIL E DEZOITO (2018), nesta cidade de Patos/PB, no Cartório desta Delegacia de Polícia, sob a responsabilidade do Excelentíssimo Senhor Delegado da Polícia Civil, **MANOEL MARTINS FERNANDES**, Delegado (a) de Polícia Civil, comigo Escrivão de Polícia Ad-Hoc, ao final assinado. Ai, por volta das 10h32min compareceu: **RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA**, brasileiro (a), solteiro (a), comerciante, com 45 anos, data de nascimento 08/03/1973, RG. 1142357325 SSP/BA, CPF: 927.440.104 30, natural de Patos - PB, filho (a) de Manuel de Moura Alves e de Maria Lúcia Cabral de Moura, residente na Rua Alto Casteliano, nº 761, bairro Santo Antônio, Patos/PB, Fone: (83) 9.86151055, A fim de prestar a seguinte queixa:

=====

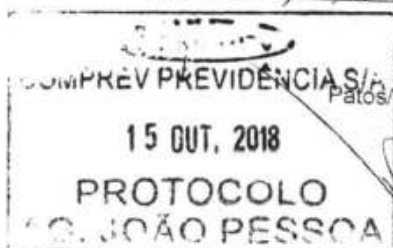
QUE, o (a) notificante afirma que no dia (12/06/18) por volta 11h30min estava trafegando em uma motocicleta, HONDA/BIZ 125 ES, PLACA: QFE 9696/PB, CHASSI: 9C2JC4820CR038298, RENAVAL: 01245121518, ANO: 2012/12, COR PRETA, Licenciada em nome de Maria Tomas dos Santos; Que o notificante afirma que quando estava conduzindo sua motocicleta ao lado do banco do nordeste, na Rua Felizardo Leite, centro, Patos/PB, um veículo FORD/KA, que vinha na Rua Pedro Caetano, não parou no cruzamento, com isso ocorreu uma colisão entre sua moto e o carro; Que o notificante diz que com o impacto da batida veio a cair ao chão onde ficou até a chegada do SAMU que prestou os primeiros socorros e o encaminhou para o HRP da cidade de Patos/PB; Que ao chegar ao hospital e passar por exames, foi diagnosticado uma fratura no pé esquerdo e a quebra da clavícula do lado esquerdo.

=====

Nada mais havendo a constar, encerro a presente certidão que, lida e achada conforme, vai devidamente datada e assinada por mim, Eu, escrivão de Polícia, que o digitei. O referido é verdade. Dou fé.

TERMO DE RESPONSABILIDADE: Declaro assumir inteira responsabilidade civil e criminal, referente ao Registro da Ocorrência supra que deu origem a presente Certidão. (Artigo 299, do C.P.B. - Falsidade Ideológica - Pena: Reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos.

Notificante: *Richard Nixon Cabral de Moura*



Patos/PB, 20 de Setembro de 2018.

Hermendo Barbosa Roc
Policial Civil
Mat.: 168.548-1

Autentico a presente cópia, reprodução fiel do original apresentado. Em testemunho da verdade.
Patos-PB 09/10/2018 10:52:11
MANUELA SOUZA DE ANDRADE XAVIER - Escriuturária
[2018-015194] ENCL:R\$ 2,37 FAPEN:R\$ 0,28 FEPJ:R\$ 0,47 IRS:R\$ 0,12
SELO DIGITAL: A#F35972-4RWX
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>



Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados da VÍTIMA e do seu REPRESENTANTE LEGAL* (caso seja aplicável) sem rasuras. O Representante Legal* é obrigatório para os seguintes casos:

Casos com vítima entre 0 a 15 anos – O Representante Legal é representado pelo pai, mãe ou tutor. Apenas o Representante deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal");

Casos com vítima entre 16 e 17 anos - Neste caso, é necessário que a vítima seja assistida por um Representante Legal (pai, mãe ou tutor). O formulário deverá ser assinado pela vítima menor de idade no campo 1 ("Assinatura da Vítima") e também por seu Representante Legal no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Casos com vítima interditada com curador – Neste caso em específico, apenas o Representante Legal deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Nome Completo da Vítima <i>Richard Nixon Cabral de Moura</i>	CPF de Vítima <i>927.440.104-30</i>	Data do Acidente <i>12/06/2018</i>
---	--	---------------------------------------

REPRESENTANTE LEGAL DA VÍTIMA

Nome completo do Representante Legal	CPF do Representante legal
Email <i>emmanoela@hotmail.com.br</i>	Telefone (DDD) (83) 3421-8003 (83) 9 9655-9484 (87) 9 9999-9976

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

Assinalar uma das opções abaixo:

- ☐ Não há estabelecimento do IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
- ☐ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- ☒ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido.

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento da análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

COMPREV PREVIDÊNCIA S/A

15 OUT. 2018

PROTOCOLO
JOÃO PESSOA

Patos-PB, 05 de Outubro de 2018
Local e Data

Richard Nixon Cabral de Moura

Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

DALI.001 V001/2017



BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA POUPANCA

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 09/11/2018

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 843,75

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA

BANCO: 001

AGÊNCIA: 00151-1

CONTA: 000010141000-X

Nr. da Autenticação B02B42C44DDCBA5B





**SAMU
192**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SERVIÇO DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA - SAMU 192



IDENTIFICAÇÃO / OCORRÊNCIA:

DATA 12.06.18 OCORRÊNCIA R. RUI BARBOSA PACIENTE / USUÁRIO Richard M. Costa IDADE 45 SEXO ☐ MASO ☐ FEM
LOCAL DE OCORRÊNCIA R. RUI BARBOSA BAIRRO Centro MÉDICO REGULADOR
APOIO NO LOCAL: ☐ PM ☐ RESGATE / BOMBEIROS ☐ RESGATE PRF ☐ CPTRAN ☐ STTRANS ☐ OUTRO:
QTA: ☐ SOCORRIDO POR TERCEIROS ☐ RECUSOU ATENDIMENTO ☐ SOCORRIDO PELO BOMBEIRO ☐ LOCAL NÃO ENCONTRADO ☐ OUTRO

TIPO DE AGRAVO:

<input checked="" type="checkbox"/> ACIDENTE DE TRÂNSITO	<input type="checkbox"/> PEDIÁTRICO
<input type="checkbox"/> AGRESSÃO	<input type="checkbox"/> PSIQUIÁTRICO
<input type="checkbox"/> CLÍNICO	<input type="checkbox"/> QUASE AFOGAMENTO/AFOGAMENTO
<input type="checkbox"/> DESABAMENTO/SOTERRAMENTO	<input type="checkbox"/> QUEDA METROS
<input type="checkbox"/> ELETROCUSSÃO	<input type="checkbox"/> QUEIMADURAS
<input type="checkbox"/> F.A.B.	<input type="checkbox"/> OUTROS
<input type="checkbox"/> F.A.F. (P.A.F.)	
<input type="checkbox"/> GINECO-OBSTÉTRICO	
<input type="checkbox"/> LESÕES TÉRMICAS	

TIPO DE AGRAVO:

<input type="checkbox"/> AIDS	<input type="checkbox"/> DOENÇA MENTAL
<input type="checkbox"/> ALCOOLISMO	<input type="checkbox"/> DOENÇA RENAL
<input type="checkbox"/> AVC	<input type="checkbox"/> DROGA
<input type="checkbox"/> CIRURGIAS REALIZADAS	<input type="checkbox"/> HIPERTENSÃO ARTERIAL
<input type="checkbox"/> CONVULSÕES	<input type="checkbox"/> INTERNAMENTOS ANTERIORES
<input type="checkbox"/> DIABETES	<input type="checkbox"/> MEDICAMENTOS
<input type="checkbox"/> DOENÇA CARDÍACA	<input type="checkbox"/> PROBLEMAS RESPIRATÓRIOS
<input type="checkbox"/> DOENÇA INFECTO-CONTAGIOSA	<input type="checkbox"/> OUTROS

DESTINO DO PACIENTE:

SERVIÇO: _____ RESPONSÁVEL: R. R. Costa FUNÇÃO: _____

MOTIVO DE TRANSPORTE:

☐ APOIO DIAGNÓSTICO ☐ SERVIÇO DE MAIOR COMPLEXIDADE ☐ TRANSFERÊNCIA SIMPLES
☐ OUTRO: _____

TRANSPORTE SECUNDÁRIO - DESTINO

LOCAL: _____ RESPONSÁVEL: _____ FUNÇÃO: _____

EXAME CLÍNICO (PRINCIPAIS SINTOMAS / QUEIXAS):

DADOS VITAIS:

VAA: ☐ LIVRE ☐ OBSTRUÍDA / RESPIRAÇÃO: ☐ >30rpm ☐ <30rpm / PULSO RADIAL: ☐ Presente ☐ Ausente / PAS: ☐ >90mm Hg ☐ <90mm Hg
P.A.: 120 x 80 FC: FR: 80 TEMP: - °C - GLICEMIA: - mg/dl - E. Com a: - SpO2a/O2: 97 SpO2c/O2: -

SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM:

DIAGNÓSTICO DE ENFERMAGEM:

☐ Ansiedade ☐ Capacidade Adaptativa Intracraniana Diminuída ☐ Comunicação verbal Prejudicada ☐ Confusão Aguda ☐ Deambulação Prejudicada ☐ Débito Cardíaco Diminuído ☐ Desobstrução Ineficaz das VAA ☐ Disreflexia Autônoma ☐ Dor Aguda ☐ Hipertermia ☐ Hipotermia ☐ Integridade da Pele Prejudicada ☐ Integridade Tissular Prejudicada ☐ Medo ☐ Intolerância à Atividade ☐ Mucosa Oral Prejudicada ☐ Padrão Respiratório Ineficaz ☐ Perfusão Tissular Cerebral Ineficaz ☐ Perfusão Tissular Cardiopulmonar Ineficaz ☐ Perfusão Tissular Gastrointestinal Ineficaz ☐ Perfusão Tissular Renal Ineficaz ☐ Termorregulação Ineficaz ☐ Troca de Gases Prejudicada ☐ Ventilação Espontânea Prejudicada ☐ Volume de Líquidos Deviantes ☐ Volume Excessivo de Líquidos ☐ Retenção Urinária ☐ Percepção Sensorial Perturbada ☐ Interação Social Prejudicada ☐ Incontinência Intestinal ☐ Eliminação Urinária Prejudicada ☐ Constipação
Outros: _____

INTERVENÇÕES:

Aplicação de V1, Imobilização em prancha 15 OUT. 2018

EVOLUÇÃO DO ENFERMEIRO:

pt sexo masculino, 45 anos, consciente, orientado, vítima de queda de moto, apresentando dor em clavícula direita, e pé direito, realizadas imobilizações, limpeza das ferimentos, por requisição e administrado medicação prescrita. Encaminhado ao HPT.



MATERIAL UTILIZADO (ENFERMAGEM)

1 dipirona
1 água
1 equipo
1 SF

E.C.G.:

☐ NORMAL ☐ ALTERADO ☐ NÃO REALIZADO

EXAME NEUROLÓGICO:

☐ AGITAÇÃO ☐ SONOLÊNCIA ☐ COMA ☐ CONVULSÃO ☐ OTORRAGIA ☐ RIGIDEZ ☐ MADRIASE

EXAME GINECO-OBSTÉTRICO:

☐ ABORTAMENTO ☐ HEMORRAGIA VAGINAL ☐ NORMAL _____ SEMANAS ☐ TRABALHO DE PARTO

OUTROS: _____

DIAGNÓSTICOS E PROCEDIMENTOS:

DIAGNÓSTICOS:

PROCEDIMENTOS:

☐ DESOBSTRUÇÃO VIAS AÉREAS ☐ INTUBAÇÃO NASO/OROTRAQUEAL ☐ CÂNULA OROFARÍNGEA ☐ CRICOTIREIDOSTOMIA
☐ VENTILAÇÃO MECÂNICA (MANUAL - "AMBU") ☐ RESPIRADOR ☐ INALAÇÃO DE OXIGÊNIO (O2) ☐ DRENAGEM TORÁCICA
☐ MASSAGEM CARDÍACA EXTERNA ☐ DESFIBRILAÇÃO/CARDIOVERSÃO ☐ CONTROLE DE HEMORRAGIA ☐ CURATIVO
☐ FUNÇÃO VENOSA ☐ Sonda GÁSTRICA ☐ SEDUÇÃO ☐ IMOBILIZAÇÃO DE MEMBROS ☐ COLAR CERVICAL
☐ TALAS/TRAÇÃO ☐ OROTRAQUEAL ☐ OUTROS: _____

TERAPÉUTICA / MEDICAMENTOS (PRESCRIÇÃO DIRETA OU POR TELEMEDICINA):

1 Dipirona + A.D.E.V. 1 SF EV

EVOLUÇÃO CLÍNICA / INTERCORRÊNCIA (MÉDICOS):

SEMPREV PREVIDENCIA SA

15 OUT. 2018

PROTOCOLO
ENCAMINHAMENTO:
Pessoa

☐ LIBERADO APÓS O ATENDIMENTO ☐ RECUSA O ATENDIMENTO ☐ ÓBITO NO LOCAL ☐ ÓBITO DURANTE O ATENDIMENTO
☐ ÓBITO DURANTE O TRANSPORTE

RECUSA:

NOME: _____

RG: _____

ASSINATURA: _____

IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE::

MÉDICO: _____ CRM: _____ MAT: _____

ENFERMEIRO(A): Gilvanna COREN: _____ MAT: _____

AYX. TÉCNICO DE ENFERM.: _____ COREN: _____ MAT: _____

CONDUTOR: Suelio MAT: _____





CAGEPA
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA
Rua Feliciano Cirne, 220 - Jaguaribe João Pessoa - PB
CEP: 58.015-570 - CNPJ: 09.123.654/0001-67

PARA CONTATO COM A CAGEPA,
INFORME ESTE NÚMERO

MATRÍCULA

28811720

REFERÊNCIA

ADR/2018

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA/ESGOTO E SERVIÇOS

MANOEL DE AIOURA ALVES
RUA ALTO CASTELHANO, 761 - SANTO ANTONIO PATOS PB
58701-398

Inscrição	SMI	Quantidade de Economias				Responsável
		Residencial	Comercial	Industrial	Outros	
075.002.130.0285.000	000	1	0	0	0	
Hidrômetro	Data de Instalação	Localização	Situação Água	Situação Esgoto		
V10X321031	20/05/2011	LADE LAC	LIGADO	POTENCIAL		
ANTERIOR ATUAL CONSUMO (M3) NÚM DE DIAS PRÓXIMA LEITURA						
2114	2123	14	32	02/05/2018		
HIST. DE CONS./ANOS. LEIT. QUALID. DA ÁGUA-DECRETO 2.914/2011-M5						
MAR/2018	13	0	PARÂMETROS DA LG. ANALIS. CONFORMES			
FEV/2018	14	0	TURBIDEZ	0	0	0
JAN/2018	22	0	CLORO	0	0	0
DEZ/2017	19	0	COL. TERMOT	0	0	0
NOV/2017	17	0	COR	0	0	0
OUT/2017	16	0	COL. TOTAIS	0	0	0
MEDIA(M)	18	DADOS REFERENTES A: FEV/2018				

DATA DA IMPRESSÃO: 02/04/2018

HORA DA IMPRESSÃO: 10:57:22

DESCRIÇÃO	CONSUMO	TOTAL(R\$)
ÁGUA		
RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)		
ATE 10 M3 - 36,84 POR UNIDADE	10 M3	36,84
11 M3 A 20 M3 - R\$ 4,75 POR M3	4 M3	19,00
ESGOTO		

VALOR APROXIMADO DE TRIBUTOS: R\$ 5,17 PIS E CONFINS. LEI 12.741/12

VENCIMENTO: 16/04/2018 Total a Pagar: R\$ 55,84



CONDIÇÃO DE LEITURA: REALIZADA

TIPO DE TARIFA: 1

CONDIÇÃO DO PAGAMENTO: RIAL

INFORMAÇÕES GERAIS:

*** ACOMPANHE COMO ESTÁ SENDO APLICADO SEU DIREITO ***

WWW.TRANSPARENCIA.PB.GOV.BR

COMPREV PREVIDÊNCIA S/A

15 OUT. 2018

PROTOCOLO
DE JOÃO PESSOA



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 01/04/2020 11:25:30

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20040111252993500000028471475

Número do documento: 20040111252993500000028471475



CAGEPA

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DA PARAÍBA
AVENIDA FELICIANO CIRNE - CAGEPA - 220 - JAGUARIBE JOÃO PESSOA PB 58015-570
CNPJ: 09.123.654/0001-87 - INSC. ESTADUAL N° 160572029
Informações e/ou Reclamações - Ligue 115

SEGUNDA VIA

N° Documento: 20180928928857

ESCRITÓRIO PATOS

CÓDIGO PARA
DÉBITO AUTOMÁTICO
02892885.7

MATRÍCULA
02892885.7

CLIENTE
DEJAIR QUEIROZ DE ARAUJO

CPF/CNPJ:
041.XXX.XXX-XX

VENCIMENTO
19/09/2018

INSCRIÇÃO
075.005.420.0056.000

ENDEREÇO DO IMÓVEL
RUA TITICO GOMES, 405 - BELO HORIZONTE PATOS PB 58704-380

FATURA
09/2018

RESPONSÁVEL ENDEREÇO PARA ENTREGA

ÁGUA ESGOTO
LIGADO POTENCIAL

ÚLTIMOS CONSUMOS

08/2018 -	17	07/2018 -	14
06/2018 -	22-FF	05/2018 -	10
04/2018 -	8	03/2018 -	8
ECONOMIAS	CONS. POR ECONOMIA	COD. AUXILIAR	
1	14	R	53013

LEITURA		CONSUMO		CONSUMO/DIA
ANTERIOR	ATUAL	(M³)	DIAS	(M³)
710	724	14	30	0,47
07/08/2018	06/09/2018	N°Hm: Y13N713469		

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E TARIFAS

CONSUMO POR FAIXA

VALOR R\$

ÁGUA

RESIDENCIAL 001 UNIDADE
ATE 10 M3 - R\$ 37,91 (POR UNIDADE)
11 M3 A 20 M3 - R\$ 4,89 POR M3

10 M3
4 M3

37,91
19,56

Valor aproximado dos tributos PIS e COFINS, Lei 12.741 de 2012, R\$ 5,32

TOTAL R\$ 57,47

"QUANDO A INFANCIA E PERDIDA, NAO TEM JOGO GANHO"

INFORMAÇÕES SOBRE O CONTROLE DE QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO 08/2018
Anexo 20 Portaria 05/2017 MS

Parâmetro	Vl. Médio	Parâmetro	Vl. Médio	Parâmetro	Vl. Médio	Parâmetro	Vl. Médio
Turbidez		Cor Aparente		Bact. Heterotróficas		Colif. Totais	
Cloro (mg/L)		P.H.		Colif. Termotolerantes			

VIA CLIENTE

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

COMPREV PREVIDENCIA S/A

Emitido por: INTERNET

15 OUT. 2018

Emitido em: 14/09/2018



CAGEPA

MATRÍCULA
02892885.7

INSCRIÇÃO
075.005.420.0056.000

PROTOCOLO

FATURA 09/2018 NÃO RECEBER APÓS 30/09/2019

VENCIMENTO 19/09/2018

VALOR R\$ 57,47

GRUPO: 525

FIRMA: 2

82670000000-1 57470010075-7 02892885701-1 09201810003-9

VIA CAGEPA



AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



DECLARAÇÃO DE PREVENÇÃO A LAVAGEM DE DINHEIRO
CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva)

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

O preenchimento deste Formulário é parte integrante do processo de liquidação de sinistro, conforme estabelece a Circular número 445/12, disponível no endereço eletrônico:

<http://www2.SUSEP.GOV.BR/BIBLIOTECABWEB/DOCORIGINAL.ASPX?TIPO=1&CODIGO=29636>

A Circular SUSEP¹ nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as Seguradoras são obrigadas a constituir cadastro das pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações de **profissão e renda**, neste formulário, não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, contudo, por determinação da referida Circular, **esta recusa é passível de comunicação ao COAF**².

¹ Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

² Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº9.613/98.

Pelo exposto, eu EMMANOELA S. P. V. DE SOUZA ARAÚJO inscrito (a) no CPF 029.848.084 / 01 na qualidade de Procurador (a) / Intermediário (a) do Beneficiário Richard Nixon Cabral de Moura inscrito (a) no CPF sob o Nº 927.440.104/30 do sinistro de DPVAT cobertura Invalidez da Vítima Richard Nixon Cabral de Moura, inscrito (a) no CPF sob o Nº 927.440.104/30, conforme determinação da Circular Susep 445/12:

☐ Declaro Profissão: RECUSO-ME Renda: RECUSO-ME e apresento os documentos comprobatórios: RG, CPF, TÍTULO ELEITORAL, CERTIDÃO DE CASAMENTO, CARTEIRA DE TRABALHO.

☒ Recuso informar

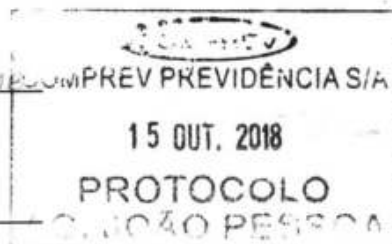
Declaro ainda, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder-DPVAT, residir no endereço abaixo, anexando a cópia do comprovante de residência do endereço informado.

Estou ciente de que a falsidade da presente declaração implicará na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

Endereço RUA TITICO GOMES		Número 405	Complemento Casa
Bairro BELO HORIZONTE	Cidade PATOS	Estado PARAIBA	CEP 58700-000
Email emmanoela@hotmail.com.br		Telefone comercial(DDD) (83) 3421-8003	Telefone celular (DDD) (83) 9 9655-9484 (87) 9. 9999-9976

Patos-PB, 05 de Outubro de 2018
Local e Data

[Assinatura]
Assinatura do Declarante




DLRL001 V001/2017



Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, Maricelia Tomaz de Araujo,
RG nº 3.097.218, data de expedição 11/08/2007
Órgão SSDS-PB, portador do CPF nº 060568454-51, com
domicílio na cidade de Patos, no Estado de
Paraíba, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)
Rua José Jorge - Santo Antonio, nº 176,
complemento Casa, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo
mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a
vítima Richard Nixon Cabral de Moura, cujo o condutor era
Richard Nixon Cabral de Moura.

Veículo: MOTO
Modelo: HONDA / BIZ 125 ES
Ano: 2012 / 2012
Placa: QEE9696 / PB
Chassi: 9C2JC4P20CR038298
Data do Acidente: 12/06/2018
Local e Data: Patos - PB, 01/Outubro/2018

 Maricelia Tomaz de Araujo
Assinatura do Declarante
(Com reconhecimento de firma por autenticidade ou verdadeira)

Assinatura do Condutor (caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro)
(Sem reconhecimento de firma)

DINAMÉRICO WANDERLEY
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAR
Rua Natalino Rodrigues Wanderley, 20 - Jd. Santa Helena - Patos - PB
Fone: (33) 3421-2735 Fax: (33) 3421-6030
E-mail: dinamico@dinamico.com.br

Reconheço, como autêntica e verdadeira, a(s) firma(s) de MARICELIA TOMAZ DE ARAUJO
Em test. da verdade, Patos-PB 01/10/2018 16:36:30
ZULETANIA MEDEIROS DE LUCENA - ESCRIVENTE
(2018-021434)EIMOL:R\$ 49,48 FAPEN:R\$ 6,26 FEPJ:R\$ 90 ISS:R\$ 1,00
SELDO DIGITAL: A9085640-HDX2
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAR
DINAMÉRICO WANDERLEY - OFÍCIO DE NOTAS
Fone: (33) 3421-2735 Fax: (33) 3421-6030
Patos - PB

COMPREV PREVIDENCIA S/A
15 OUT. 2018
PROTOCOLO
JULIANO PESSOA



ESTADO DA PARAIBA - SECRETARIA DE SAÚDE
FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

USUS **H.P**
UNIDADE REGIONAL DE SAÚDE

CNES: 2505473 CNPJ: 06.778.258/0023/76 UF: 25
NOME: HOSPITAL REGIONAL DEP JANDUHY CARNEIRO
ENDEREÇO: RUA HORACIO NOBREGA, SN
CIDADE: PATOS ESTADO: PARAIBA

Atendimento: ACIDENTE DE TRANSITO (MOTOCICLETA)
Class. Risco: VERDE Transporte: SAMU 192
Origem: VIA PUBLICA
Paciente: RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA

Nome Social:
Filiação I: MARIA LUCIA CABRAL DE MOURA Filiação II: MANOEL DE MOURA ALVES
Nascimento: 8/21/1973 Idade: 45 Cor: PARDA Gênero: HOMEM CIS

Profissão: COMERCIANTE
Endereço: ALTO CASTELANO
Bairro: SANTO ANTONIO
Cidade: PATOS - PB - 58700-000 - 2510808
CNS: Ident:
CPF: Recep Norma Reg. Nasc.:
5241900

Data / Hora: 12/6/2018 12:57:43 Ficha: 257249
ASS. PACIENTE / ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL:
X Lucas E. Silva

PESO: PA: TEMP.:
ANAMNESE EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)

*Paciente vítima de acidente de moto,
apresentando dor e limitação de movimento
no do braço (E).*

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE (TIPOS)
Rx tórax fratura da clavícula (E)
Rx do pé (E): fratura do 2º metatarsiano.

SOLICITAÇÃO DE PARECER
H 14 Min 10
Parceiro da Ortopedia.





CLÍNICA RADIOLOGICA DE PATOS

Nome: RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA
Prontuário: 48659
Idade: 45 Anos
Solicitante Dr(a): NAO INFORMADO

Data: 14/06/2018

Relatório.

CLAVÍCULA ESQUERDA.

1. Fratura do terço médio-distal da diáfise da clavícula esquerda.

CONCLUSÃO: fratura óssea.

PÉ ESQUERDO.

1. Traço simples de fratura transversal, sem diastase ou cavalgamento dos fragmentos, ao nível do terço médio do 2º metatarsiano.
2. Fratura longitudinal (seguindo o grande eixo) do 4º metatarsiano.

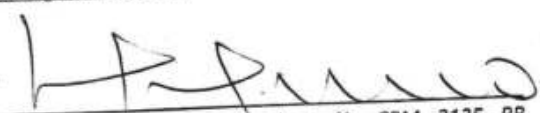
CONCLUSÃO: controle de tratamento de fratura do 2º e 4º metatarsianos, com bota gessada.

NOTA: As informações contidas neste resultado representam a impressão diagnóstica através da interpretação realizada pelo médico radiologista do exame atual. Este laudo não deve ser considerado como absoluto e definitivo, já que as patologias são evolutivas e a identificação das mesmas pode se modificar de acordo com a história natural da doença ou investigação mais profunda.

Importante: voltando a esta clínica, para realizar controle, queira trazer este exame.

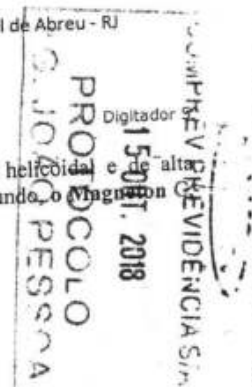
OBS: a direção da clínica recomenda o devido acondicionamento das películas e do relatório, para que os mesmos mantenham a qualidade original, não se responsabilizando por possíveis danos ou perdas que venham a ocorrer posteriormente à entrega das mesmas.

1 película

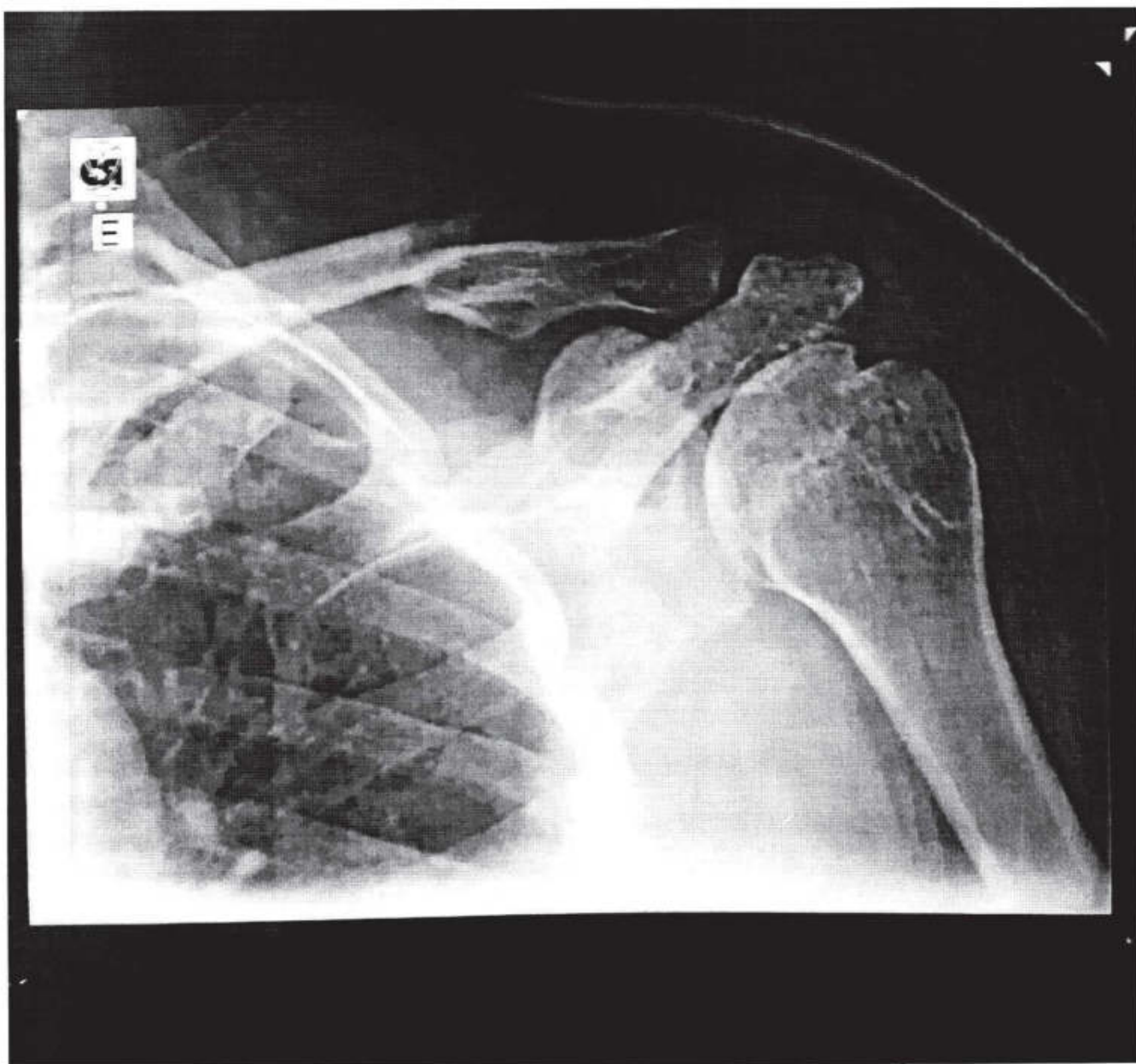

Dr. José Cadmo Wanderley P. de Araújo - CRM - 2125 - PB
Membro Titular do Colégio Brasileiro de Radiologia - 3.801

Certificado de Residência no Instituto Estadual de Radiologia e Medicina Nuclear - Manoel de Abreu - RJ

Obs: Aos colegas e pacientes, avisamos que disponibilizamos, além da tomografia helicoidal e de alta resolução, do mais avançado modelo de **ressonância magnética** de baixo campo do mundo, o Vingdon da empresa alemã SIEMENS, o primeiro do sertão.



RUA BOSSUET WANDERLEY, 449 - CENTRO
TELEFAX: (83) 3421.2985
PATOS - PARAÍBA
cadmowanderley@hotmail.com
severinoaires@hotmail.com
dr.marcos@bol.com.br



COMPREV PREVIDÊNCIA Sim
15 OUT. 2018
PROTOCOLO
AC. JOÃO PESSOA

Scanned by CamScanner





Receituário Médico

COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A.

26 OUT. 2018

PROTÓCOLO

AG. JOÃO PESSOA

Declaro para o médico
Sr. Richard Nixon Cabral de Moura deu
entrada no Hospital Regional de Pta
em 12 de junho de 2018 vítima de au-
to de mão apresentando fratura da
clavícula esquerda e fraturas 2, 3 e
4 metacarsais da esquerda. Foi tratado
conservadoramente com imobilização gessada
em 8 e está gessada. Atualmente
apresenta fraturas consolidadas para
com perda da força no membro
superior esquerdo em 30%. com a sequelha
da fratura da clavícula esquerda.

CID: S42.0

T92.8

Pta, 26 de outubro de 2018

Dr. Fábio de Moura Spá
Ortopedia e Traumatologia
CRM 15.813

Dr. João M. Cadete - CRM 4844 PB
MASTOLOGISTA - ONCOLOGISTA
(Médico do Hospital do Câncer de Recife e J. Pessoa)
Cirurgia de Câncer de Mama, Ovario, Útero, Vagina e Vulva

Dr. Orlando A. Damascena - CRM 1501 PB
GINECOLOGISTA - MASTOLOGISTA - OBSTETRA

Tim 99615.9333

Av. Pedro Firmino, 256 - Centro - Patos-PB
Fones: (83) 3421.3827
Oi 9.8766.3827 | Claro 9.9186.6681 | Vivo 9.8137.0673





COMPREVE
25 MIT
PROTOCOLO
20040111252993500000028471475



CLINICA NUCLEONICA DE PATOS
RUA DO COMENDADOR JOSE DE SOUZA
141 FANTASIA - JARDIM ALVARES
13050-000 - JARDIM ALVARES - SP



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA TRANSPORTAÇÃO
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTAÇÃO
ARBITRAGEM NACIONAL DE HABILITAÇÃO

P B

RICHARD NILSON CAVALAL DE MOURA

DOC. EXISTENTE / ORGANIZAÇÃO
1442357325 / SSB

CPF
927.480.104-30 / 08/03/1973

RENÇÃO
MARCELO DE MOURA NEVES
MARIA DOCTA CAVALAL DE MOURA

VALORES
03016110127

VALIDADEZ
28/07/2022

1ª EMISSÃO
11/09/2003

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1489091203

PROIBIDO PLASTIFICAR
1489091203

ASSINATURA DO PORTADOR
RICHARD NILSON CAVALAL DE MOURA

LOCAL
PATOS, PB

DATA EMISSÃO
28/07/2017

ASSINATURA DO TITULAR
RICHARD NILSON CAVALAL DE MOURA

PARAÍBA

0546605490
E9035085134

COMPREV PREVIDÊNCIA S/A
15 OUT. 2018
PROTOCOLO
AC. JOÃO PESSOA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO TAVARES BURIL

02R44



Emanoela Saturnina P. Vasconcelos

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Ministério da Fazenda
Receita Federal

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF

Número
029.848.084-01

Nome
EMMANOELA SATURNINA PEREIRA VASCONCELOS
DE SOUZA ARAUJO

Nascimento
28/10/1975

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR
EMMANOELA SATURNINA PEREIRA VASCONCELOS
DE SOUZA

DATA DE NASCIMENTO
28/10/1975

INSCRIÇÃO
0481 3125 0833

ZONA
050

SEÇÃO
0030

MUNICÍPIO / UF
TABIRA/PE

DATA DE EMISSÃO
15/05/2013

SINIZ ELEITORAL

MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE POLÍTICA DE EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

106946 00005



Emanoela S. P. Vasconcelos

ASSINATURA DO PORTADOR DA CARTEIRA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAS E IM
INTERCOMUNICAÇÃO TUCULAS
PÚBLICA COM VISTAMENTO MENTIBRO
MEDICINO E COMARCA DE TABIRA
ESTADO DE PERNAMBUCO
GENILDA SOARES DE SOUZA LEMOS MACHADO - TITULAR
NATIELMA SOARES DO NASCIMENTO - SUBSTITUTA

CERTIDÃO DE CASAMENTO

CERTIDÃO que, sob o nº 1.734, de 13 de 1975, do Registro de Casamentos Civil, certifica o casamento que no dia 17 de dezembro de 1975, foi celebrado a
CARTÓRIO de TABIRA (CARTÓRIO DE ARAUJO) - EMMANOELA SATURNINA
PEREIRA VASCONCELOS DE SOUZA, Casado por o Dr. Carlos Duarte da Costa
Oliveira, Juiz de Direito, Substituto em exercício nesta Comarca e se legitimamente
constantes os fatos.

1.1.2.2. solteira, natural de Tabira - PE, nascida em 28 de outubro de 1975,
brasileira, residente nesta cidade, filha de JOÃO BATISTA DE ARAUJO, de
profissão ignorada e de EMMERALDA MAGALHÃES OLIVEIRA, residente nesta cidade.

1.1.2.3. solteiro, natural de Tabira - PE, nascido em 28 de outubro de 1975,
brasileiro, residente nesta cidade, filho de ANTONIO XAVIER DE SOUZA e
de MARIA ANIELA PEREIRA VASCONCELOS DE SOUZA, residentes nesta cidade.

Foram apresentados os documentos e que se refere a Art. 1.383, § 1º, III e IV, do
Código Civil Brasileiro.

A presente após a leitura e o conteúdo do mesmo: EMMANOELA SATURNINA
PEREIRA VASCONCELOS DE SOUZA ALADO.

OBSERVAÇÕES: Casamento feito sob a vigilância do Conselho Paroquial de São
JOSE DO ARAUJO.

VALIDO SOMENTE COM O SELLO DE AUTENTICIDADE E FISCALIZAÇÃO

TABIRA (PE), 17 DE DEZEMBRO DE 1975

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

VIA DO TRABALHADOR

1176-73206-43-B

Nome do titular
EMMANOELA SATURNINA PEREIRA
V. S. ARAUJO

Nome de mãe
EMMANOELA PEREIRA V. SOUZA

Cartão de identificação	Cartão de Trabalho	Série	UF	Código de identificação
28/10/1975	020694600005	PE	104-1433-B	

Endereço da agência
AV. MANUEL BOKRA 1475

CELECO
029848084/0001-00

Data de validade
17/03/1997

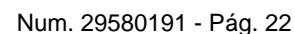
15 OUT. 2018

PROTOCOLO

02040 PESSOA



COMPREV PREVIDÊNCIA S/A
15 OUT. 2018
PROTOCOLO
JOÃO PESSOA



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3180484183 **Cidade:** Patos **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA **Data do acidente:** 12/06/2018 **Seguradora:** CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 30/10/2018

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: FRATURA DA CLAVÍCULA ESQUERDA
FRATURAS DO 2º 3º E 4º METATARSO DO PÉ ESQUERDO.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CONSERVADOR E ALTA MÉDICA.

Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO DO ARCO DOS MOVIMENTOS DO OMBRO ESQUERDO.

Sequelas: Com sequela

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas: APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DEBILIDADE FUNCIONAL LEVE DO OMBRO ESQUERDO.

Documentos complementares:

Observações:

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um dos ombros	25 %	Em grau leve - 25 %	6,25%	R\$ 843,75
Total			6,25 %	R\$ 843,75

ESPECIALISTA

Empresa: Líder- Serviços AMD

Grupo: EQ3

Nome: RICARDO DE OLIVEIRA BLANCO

CRM: 902330

UF do CRM: RJ

Assinatura:



PROCURAÇÃO PARTICULAR

OUTORGANTE:

Nome: Richard Nixon Cabral de Moura
Nacionalidade: Brasileiro Est. Civil: Solteiro
Profissão: Comerciante
Identidade: 1142357325 CPF: 927440.104-30
Endereço: Rua Alto Castelano, 761 - Santo Antônio
Patos - PB

OUTORGADO:

Nome: Emmanoela Saturnina Pereira Vasconcelos de Souza Araújo
Nacionalidade: Brasileira Est. Civil: Casada Profissão: Empresária Identidade: 4.672.305
CPF: 029.848.084-01 Endereço: Rua Titico Gomes, 405 - Bairro: Bela Vista - CEP:
58704-460 - Patos-PB.

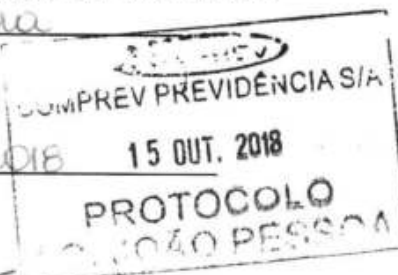
Pelo Presente Instrumento Particular de Procuração, nomeio e constituo meu bastante procurador o outorgado acima qualificado, a quem confio poderes especiais para representar-me perante a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT e suas respectivas consorciadas, a fim de encaminhar o pedido de indenização referente ao Seguro Obrigatório - DPVAT, a ser creditada em conta de minha titularidade conforme ficha de Autorização de Pagamento, concedendo ao outorgado poderes para assinar, enviar e/ou requerer quaisquer documentos necessários junto as seguradoras consorciadas, hospital, delegacia, samu, bombeiro, incluindo receber informações sobre perícia médica e solicitar reagendamento, podendo substabelecer e praticar, enfim, todos os atos de direito permitidos para o fiel e perfeito cumprimento deste mandato, afim de requerer a indenização do Seguro Obrigatório-DPVAT para a vítima

Richard Nixon Cabral de Moura

Patos - PB: 27 / Junho / 2018
Local e data

Richard Nixon Cabral de Moura
Assinatura do Outorgante

(reconhecer firma por autenticidade)



PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS



IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0375675/18

Vítima: RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA

CPF: 927.440.104-30

Seguradora: CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A

Data do acidente: 12/06/2018

CPF de: Próprio

Titular do CPF: RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Boletim de ocorrência
Comprovação de ato declaratório
Declaração de Inexistência de IML
Declaração do Proprietário do Veículo
Documentação médico-hospitalar
Documentos de identificação
DUT

EMMANOELA SATURNINA PEREIRA VASCONCELOS DE SOUZA ARAUJO : 029.848.084-01

Comprovante de residência
Declaração Circular SUSEP 445/12
Documentos de identificação
Procuração

RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA : 927.440.104-30

Autorização de pagamento
Comprovante de residência

ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação entregue

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data da entrega: 15/10/2018

Nome: EMMANOELA SATURNINA PEREIRA VASCONCELOS DE SOUZA ARAU
CPF: 029.848.084-01

Data do cadastramento: 15/10/2018

Nome: MARCELA DO CARMO DE LIMA
CPF: 708.601.964-02

A SATURNINA PEREIRA VASCONCELOS DE SOU

MARCELA DO CARMO DE LIMA





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PATOS/PB

Processo: 08009443720198150251

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^a, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DO LAUDO PERICIAL

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Sendo assim, na hipótese de condenação, o valor indenizatório deverá respeitar a tabela inserida na Lei 11.945/09, devendo ainda ser observado o pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos).

Destarte, requer a Ré que o N. Magistrado acolha o descrito no laudo apresentado pelo *expert*, tendo em vista que foram devidamente utilizados os critérios de fixação de indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

PATOS, 27 de março de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB



Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 01/04/2020 11:25:30
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20040111253051700000028471476>
Número do documento: 20040111253051700000028471476

OFICIO BB - 0800944-37.2019.815.0251





4ª VARA DA COMARCA DE PATOS

Recebido

13/04/2020

Assinado (Protocolo) Judicialmente

PATOS (PB), 06 de Abril de 2020 .

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a)

Informamos a V.Exa. que se encontra depositado valor neste Banco, à disposição desse Juízo, na conta judicial abaixo discriminada:

Processo n.º: 08009443720198150251
Reu: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO
CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04
Autor: RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA
CPF/CNPJ: 927.440.104-30
Valor original: R\$ 200,00
Agência depositária: 151 - 1 PATOS
N.º da conta judicial: 2600103916122
N.º da parcela: 1
Data do depósito: 03.04.2020
Depositante: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO

Respeitosamente,

Valmir Dantas Monteiro Júnior
Mat. F9445251-2
Escriturário

Banco do Brasil S.A.
PATOS
AV.EPITACIO PESSOA,76
PATOS - PB .

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) de Direito
4 VARA CIVEL/CRIMIN.
PATOS - PB .



EM ANEXO





N° DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	N° DA CONTA JUDICIAL
0		06/04/2020	151	2600103916122
DATA DA GUIA	N° DA GUIA	N° DO PROCESSO	TRIBUNAL	TIPO DE JUSTIÇA
03/04/2020	2580280	08009443720198150251	TRIBUNAL DE JUSTICA	ESTADUAL
COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
PATOS	4 VARA CIVEL/CRIMIN.	RÉU	200,00	
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
		Jurídico		
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA		Física	92744010430	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
40F4D0ADD7B0A3D3				
CÓDIGO DE BARRAS				





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PATOS/PB

Processo: 08009443720198150251

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,
Pede Juntada.

PATOS, 7 de abril de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB





PODER JUDICIÁRIO

ESTADO DA PARAÍBA

4ª VARA DA COMARCA DE PATOS

PROCESSO N. 0800944-37.2019.8.15.0251

AUTOR: RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

AÇÃO DE COBRANÇA. PAGAMENTO DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. DEBILIDADE PERMANENTE OCACIONADA POR ACIDENTE DE TRÂNSITO. DIREITO CERTO. CONFIGURAÇÃO. MÉRITO. COMPROVAÇÃO DA OCORRÊNCIA DO SINISTRO E DO DANO DECORRENTE, NOS TERMOS DA LEI N. 6.194/74. INCAPACIDADE PERMANENTE. UTILIZAÇÃO DA TABELA DE PERCENTUAIS. PERÍCIA REALIZADA. GRAU DE INCAPACIDADE APURADO. PROCEDÊNCIA EM PARTE DO PEDIDO.

Vistos etc.

RELATÓRIO

Trata-se de **ação de cobrança** movida por **RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA** contra a Seguradora Líder dos Consórcio DPVAT, ambos qualificados na exordial, sustentando que foi vítima de



acidente de trânsito em 16/06/2018, sofrendo sequelas permanentes que a incapacitaram para os atos da vida. Entendendo fazer jus ao recebimento da diferença do valor condizente ao seguro obrigatório DPVAT no montante de 13.500,00.

Juntou documentos e procuração.

Citada, a seguradora demandada apresentou contestação, alegando, em sede de questão preliminar, a ausência de documento imprescindível à propositura da ação, relativamente ao laudo do IML. No mérito, aduz a ausência de invalidez em grau máximo, o que não autoriza a condenação ao pagamento do valor integral do seguro. Ao final, pugna pela improcedência do pedido.

Perícia médica realizada (num. 24281888), no Mutirão, tendo as partes tomado conhecimento do laudo.

Autos conclusos.

É o relatório. DECIDO.

FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente

No que concerne à questão prejudicial de ausência de documentos essenciais, infere-se que houve uma mistura entre a preliminar suscitada e o mérito da causa pelo promovido em sua defesa, pois, dada a peculiaridade do caso concreto, a prova da incapacidade do requerente constitui o próprio *meritum causae*, razão por que tal matéria será apreciada em momento oportuno.

Mérito

De logo, urge frisar que a legislação pertinente determina que a indenização será paga mediante a simples prova do **acidente** e do **dano decorrente**, não exigindo a apresentação da prova do recolhimento do valor do prêmio do seguro obrigatório por parte da vítima ou seu beneficiário.

Neste sentido, eis o entendimento sumulado:

Súmula n. 257 do Superior Tribunal de Justiça: “a falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização”.

Analisando o acervo probatório, infere-se que o acidente automobilístico sofrido pelo promovente encontra-se demonstrado por meio do boletim de ocorrência confeccionado pela Polícia Civil ajuizado ao álbum processual (num. 19555953).



Bem assim, a lesão sofrida em virtude do acidente automobilístico restou devidamente comprovada pelo laudo pericial acostado aos autos, o qual atesta ser o(a) requerente portador de invalidez parcial incompleta, caracterizada por debilidade permanente do ombro esquerdo em 50% (num. 24281888).

No que tange ao valor da indenização, considerando que o acidente automobilístico ocorreu em 16/06/2018, deve ser observada a tabela de repercussão no patrimônio físico introduzida na Lei do DPVAT pela Medida Provisória n. 451/2008, publicada em 16 de dezembro de 2008 e retificada em 22 de dezembro de 2008, e depois convertida na Lei n. 11.945/2009, publicada em 24 de junho de 2009 e produzindo efeitos a partir de 16 de dezembro de 2009 (art. 33, IV, alínea “a”).

O valor de referência é R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), inserido na Lei do DPVAT (n. 6.194/1974), por meio da Medida Provisória n. 340/2006, em vigor desde a data de sua publicação, em 29 de dezembro de 2006, e, posteriormente, convertida na Lei n. 11.482/2007.

No caso concreto, a invalidez do segurado restou enquadrada nos quesitos “Perda completa da mobilidade de um dos ombros”, caracterizada por debilidade permanente do ombro esquerdo em 50%, que estabelecem indenização no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do valor máximo indenizatório, ou seja, R\$ 1.687,50.

Considerando que a parte promovente recebeu administrativamente a quantia de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), resta pendente o pagamento da diferença para o valor de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), conforme acima apontado.

A ilação é que deve ser julgado parcialmente procedente o pedido formulado na peça vestibular, condenando a demandada ao pagamento de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos).

DISPOSITIVO

Ante o exposto, com esteio no art. art. 487, I, do Código de Processo Civil, **julgo parcialmente procedente o pedido vestibular e condeno a promovida a pagar em favor do(a) autor(a) o importe de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**, referente à indenização do seguro obrigatório DPVAT em virtude de acidente automobilístico que o vitimou, corrigido monetariamente pelo INPC desde a data do sinistro e acrescido de juros de mora de 01% (um por cento) ao mês (art. 406 do Código Civil e art. 161, § 1º, do CTN), devidos desde a data da citação válida (arts. 396 e 405 do Código Civil c/c art. 240 do Código de Processo Civil).

Custas processuais e honorários de sucumbência pela promovida, estes no importe de 10% sobre o valor da condenação, com fulcro no art. 85, §2º do CPC.

P. R. I.



Decorrido o prazo recursal *in albis* ou mantida a condenação por instância superior, em caso de interposição de recurso, certificado o trânsito em julgado, intime-se o promovente, por meio do(a)(s) advogado(a)(s) habilitado(a)(s), para, em dez dias, requerer o que entender de direito, sob pena de arquivamento.

EXPEÇA-SE ALVARÁ DOS HONORÁRIOS PERICIAIS AO MÉDICO (num. 29822748).

Calculem-se as custas e intime-se o promovido para pagamento, em 10 dias, sob pena de bloqueio Bacenjud. Escoado o prazo sem pagamento, promova o sequestro e remeta a guia para compensação.

Depositado o valor nos autos (principal e honorários), expeçam-se alvarás e archive-se.

Patos/PB, data e assinatura eletrônicas.

Vanessa Moura Pereira de Cavalcante

Juíza de Direito



EM PDF.





GUEDES DE LIMA

• A D V O G A D O S •

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE PATOS - ESTADO DA PARAÍBA**

ACIDENTE DE TRÂNSITO

PROCESSO nº: 0800944-37.2019.8.15.0251

Autor: RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA

Réu: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S.A

RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA, já qualificado nos autos em evidência, na **AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DPVAT**, que move em face **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, amplamente qualificado, inconformado com a sentença proferida por este juízo *a quo*, vêm a presença de Vossa Excelência, tempestivamente, e com fulcro no que preceitua o **NCPC no artigo 1009 e seguintes**, em conformidade com entendimentos reiterados de nossos Tribunais e razões do recurso em apreço interpor

RECURSO DE APELAÇÃO

Considerando a **GRATUIDADE DA JUSTIÇA**, já deferida nos autos em favor do autor, em face de sua precariedade financeira, deixa-se de apresentar o comprovante do preparo, de logo **reiterando a manutenção da gratuidade da justiça**.

Após, com ou sem manifestação da parte adversa, **REQUER-SE** sejam encaminhadas as **RAZÕES RECURSAIS** para o Egrégio TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAIBA, para os fins de direito.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Patos/PB, 29 de maio de 2020.

ARTHUR ALVES DE MEDEIROS
OAB/PB 25.763

ALBERTO LEITE DE SOUSA PIRES
OAB/PB 17.997

.....
(83) 3421.7236 (83) 99604.1600

Rua Paulo Mendes 16, Centro – Patos – Paraíba Cep: 58.700-240

e-mail: guedesdelimaadv@gmail.com





GUEDES DE LIMA
• A D V O G A D O S •

EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

Processo Origem nº 0800944-37.2019.8.15.0251

4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PATOS - PB

Apelante: RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA

Apelado: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S.A

**Egrégio Tribunal,
Colenda Turma,
Eméritos Julgadores,**

RAZÕES DE APELAÇÃO

Em que pesem os argumentos expendidos pelo D. Juízo de Primeira Instância, merece reparo a decisão *a quo* no tocante ao valor fixado de **honorários advocatícios**.

I. DA JUSTIÇA GRATUITA

O recorrente, nesta oportunidade, declara seu estado de hipossuficiência e pobreza, tendo em vista que não dispõe de recursos financeiros suficientes para arcar com o pagamento das custas processuais e com os honorários advocatícios, na ação originária e neste recurso, sem prejuízo do seu sustento e de sua família, **fazendo jus à gratuidade judiciária reclamada**, já concedida no **despacho ID. 19559489**, dos autos de origem.

O pedido do recorrente tem amparo no teor do **art. 2º, § único da Lei nº. 1.060/50 e artigo 98 e ss. do CPC**.

Em assim o sendo, evidencia-se que o pleito de justiça gratuita encontra guarida na legislação e na jurisprudência aplicáveis à espécie, pelo que se requer a **dispensa do preparo para a interposição do presente recurso**.

II. BREVE RELATO

.....

(83) 3421.7236 (83) 99604.1600
Rua Paulo Mendes 16, Centro – Patos – Paraíba Cep: 58.700-240
e-mail: guedesdelimaadv@gmail.com





GUEDES DE LIMA

• A D V O G A D O S •

Em rápida síntese, trata-se de **AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DPVAT** movida pelo apelante contra a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIO - DPVAT**, este, foi vítima de acidente de trânsito em **16/06/2018**, **sofrendo sequelas permanentes que a incapacitaram para os atos da vida.**

Logo, sabido que nos processos administrativos realizados pela seguradora, **a mesma impõe óbices no pagamento administrativo, mesmo que a menor**, alegando causas banais ou já superadas pelo entendimento jurisprudencial, como por exemplo a exigência no pagamento do DUT.

No caso concreto, conforme **perícia médica judicial**, restou comprovado a invalidez do segurado, enquadrada nos quesitos, **“Perda completa da mobilidade de um dos ombros”, caracterizada por debilidade permanente do ombro esquerdo em 50%, que estabelecem indenização no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do valor máximo indenizatório, ou seja, R\$ 1.687,50.**

Considerando que a parte promovente recebeu administrativamente a quantia de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), **resta pendente o pagamento da diferença para o valor de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), conforme acima apontado.**

Diante dos fatos narrados e do direito invocado na petição inicial, a Juíza singular julgou parcialmente procedente o pedido do autor, **condenando a promovida a pagar em favor do autor o importe de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos).**

Vejamos o dispositivo da sentença:

DISPOSITIVO

Ante o exposto, com esteio no art. art. 487, I, do Código de Processo Civil, **julgo parcialmente procedente o pedido vestibular e condeno a promovida a pagar em favor do(a) autor(a) o importe de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e**

(83) 3421.7236 (83) 99604.1600

Rua Paulo Mendes 16, Centro – Patos – Paraíba Cep: 58.700-240

e-mail: guedesdelimaadv@gmail.com





GUEDES DE LIMA

• A D V O G A D O S •

três reais e setenta e cinco centavos), referente à indenização do seguro obrigatório DPVAT em virtude de acidente automobilístico que o vitimou, corrigido monetariamente pelo INPC desde a data do sinistro e acrescido de juros de mora de 01% (um por cento) ao mês (art. 406 do Código Civil e art. 161, § 1º, do CTN), devidos desde a data da citação válida (arts. 396 e 405 do Código Civil c/c art. 240 do Código de Processo Civil). Custas processuais e honorários de sucumbência pela promovida, estes no importe de **10% sobre o valor da condenação**, com fulcro no **art. 85, §2º do CPC**.

Ocorre, que a r. sentença de primeiro grau entendeu, que **o irrisório valor a título de honorários de sucumbência no importe de 10% sobre o valor da condenação**, é o suficiente para remunerar os advogados do apelante pela presente demanda.

Data máxima vênua, deverá ser reformada a veneranda sentença **no tocante ao valor de verbal sucumbencial, vez que, o proveito econômico se deu em valor irrisório**, deixando o juiz a quo de fixar o valor dos honorários **por apreciação equitativa**.

III. DOS HONORÁRIOS IRRISÓRIOS/AVILTANTES

Em que pese a Juíza a quo tenha proferida a **sentença id. 30969897** com o costumeiro brilhantismo, a mesma deve ser reformada por Vossas Excelências com relação ao **valor dos honorários advocatícios sucumbenciais**, vez que houve manifesta violação ao **Art. 85, §2º inciso I e IV, e §8º do CPC**. Vejamos:

Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.

(...)

§ 2º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:

.....
(83) 3421.7236 (83) 99604.1600

Rua Paulo Mendes 16, Centro – Patos – Paraíba Cep: 58.700-240

e-mail: guedesdelimaadv@gmail.com





GUEDES DE LIMA

• A D V O G A D O S •

- I - o grau de zelo do profissional;**
- II - o lugar de prestação do serviço;**
- III - a natureza e a importância da causa;**
- IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.**

O parágrafo 8º do art. 85 assim dispõe:

§ 8º. Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do § 2º.

Nesse sentido, é sabido que quanto à fixação dos honorários de sucumbência, **temos a seguinte ordem de preferência:**

- (I)** primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º);
- (II)** segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo:
 - (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou**
 - (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim,**
- (III)** havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável **ou irrisório o proveito econômico** ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, **ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).**

Como se observa, nas causas em que for inestimável ou **irrisório o proveito econômico** ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, **o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa**, observando o disposto nos **incisos do § 2º**.

.....
(83) 3421.7236 (83) 99604.1600

Rua Paulo Mendes 16, Centro – Patos – Paraíba Cep: 58.700-240

e-mail: guedesdelimaadv@gmail.com





GUEDES DE LIMA

• A D V O G A D O S •

Nesse sentido, a MM. Juíza, em sua sentença ora combatida fixou a verba honorária em **10% sobre o irrisório valor da condenação**, sendo o valor da condenação a quantia **de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**, **restando, portanto, insuficiente para remunerar os advogados do apelante** pela presente demanda, vez que, **R\$ 84,37 (oitenta e quatro reais e trinta e sete centavos)** seria o valor dos honorários sucumbenciais, portanto, deixando de utilizar o critério para fixação corretamente, tendo em vista que deixou o juízo a quo de utilizar o **§ 8º do Artigo 85 do NCPC como parâmetro para sua aplicação**, haja visto, **irrisório o proveito econômico**.

Portanto, se, na fixação dos honorários sucumbenciais, o percentual aplicado sobre o valor da condenação resultar em valor irrisório, não condizente com a remuneração da atividade advocatícia, é imperioso arbitrá-los de maneira equitativa, respeitando-se os parâmetros legais e os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, **art. 85, § 8º do CPC**.

No entanto, o valor atribuído de honorários advocatícios foi fixado em patamares reduzidos, o que não atende as imposições dos incisos do **§2º do Art. 85**.

Por sua vez, o **§2º inciso I e IV do Art. 85 do NCPC** dispõe, que:

“§ 2º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:

- I - o grau de zelo do profissional;**
- II - o lugar de prestação do serviço;**
- III - a natureza e a importância da causa;**
- IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço. ”**

Ora Nobres Desembargadores! O trabalho realizado na presente ação demandou horas de dedicação, o que exigindo trabalho singular e único, destaca-se,

.....
(83) 3421.7236 (83) 99604.1600

Rua Paulo Mendes 16, Centro – Patos – Paraíba Cep: 58.700-240

e-mail: guedesdelimaadv@gmail.com





GUEDES DE LIMA

• A D V O G A D O S •

também, a necessidade de realização de toda sorte de diligências, como comparecimento em cartório, realização de despacho com o juízo, realização de perícia médica, justificando a elevação do valor arbitrado de honorários para patamar superior, agora com fundamento no **inciso I e IV, do §2 do Art. 85 do NCPC**.

Em outras palavras, do exame dos autos, denota-se que os trabalhos profissionais apresentados pelos advogados **em nada foram insuficientes**, tendo os patronos do apelante exercido trabalho árduo e incisivo.

Logo, nada existe nos autos, tampouco na lei, **que pudesse ensejar a condenação de verba indenizatória irrisória, aviltante, em patamar inferior** ao estabelecido na tabela de honorários da Ordem dos Advogados do Brasil.

Sendo assim, em que pesem o brilho e o zelo da ilustre Julgadora "a quo", a r. sentença deve ser reformada, pois desconforme está com o ordenamento jurídico pátrio, vez que não houve o necessário "equilíbrio" que a palavra equidade, por sua derivação, deve ensejar. **O vencedor, neste caso, foi quem sofreu prejuízo!**

Somente com a propositura da presente demanda se fez possível a demonstração e discussão do direito do apelante, momento em que os patronos se revestiram de toda a matéria possível, vindo a desenvolver cada uma das argumentações com esmero e dedicação, a demonstrar o grau de profissionalismo aplicado aos serviços advocatícios prestados.

No presente caso, **indiscutível que o valor da condenação dos honorários advocatícios representa quantia irrisória**, meramente simbólica, ainda mais se considerarmos, como manda o ordenamento jurídico, o valor do bem jurídico buscado na tutela jurisdicional.

Ademais, tendo em vista que a **apreciação equitativa deve atender as circunstâncias peculiares de cada caso concreto**, como, aliás, é da essência da equidade, e considerando que não há no referido dispositivo da sentença nenhuma fundamentação sequer, impõe-se a reforma da sentença neste ponto, para o fim de **fixar os honorários em valor compatível com o zelo dos patronos e a dignidade da profissão**, sendo justo em razão do trabalho desenvolvido pelos patronos do apelante.

.....
(83) 3421.7236 (83) 99604.1600

Rua Paulo Mendes 16, Centro – Patos – Paraíba Cep: 58.700-240

e-mail: guedesdelimaadv@gmail.com





GUEDES DE LIMA

• A D V O G A D O S •

Neste sentido, **segue entendimentos deste tribunal**, onde foi decretada a fixação do valor das verbas honorárias por apreciação equitativa nas causas em que o proveito econômico for irrisório, vejamos:

APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADESIVO. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO. ACRÉSCIMOS REFERENTES AO JUROS INCIDENTE SOBRE TAXAS JÁ DECLARADAS ILEGAIS EM PROCESSO DIVERSO. VEDAÇÃO DO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. MÁ-FÉ NÃO COMPROVADA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO DE FORMA SIMPLES. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS FIXADOS SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. PROVEITO ECONÔMICO IRRISÓRIO. FIXAÇÃO POR APRECIAÇÃO EQUITATIVA. DESPROVIMENTO DO APELO. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO ADESIVO. - Uma vez reconhecido que a cobrança de tal tarifa foi efetuada indevidamente, para que se restitua às partes ao status quo ante, mostra-se necessária a devolução da quantia referente àquela taxa, além dos acréscimos a ela incididos pelo banco, sob pena de ocorrência do enriquecimento ilícito do banco, fato este rechaçado pelo ordenamento jurídico pátrio - No que concerne à repetição de indébito prevista no art. 42 do Código de Defesa do Consumidor, a restituição em dobro é penalidade que somente incide quando se pressupõe indevida cobrança por comprovada má-fé, conduta desleal do credor, que não reputo presente nesta demanda - **Quantos aos honorários sucumbenciais, destaca-se que nas causas em que o proveito econômico for irrisório ou inestimável, ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, sempre observando os critérios estabelecidos nos incisos do § 2º do artigo 85 do CPC/2015 (§ 3º do art. 20 do CPC de 73).** (...). Nesses termos, tratando-se de demanda de simples deslinde e baixa complexidade, abarcando matéria repetitiva, fixo honorários sucumbenciais no importe de R\$ 500,00 (quinhentos reais).
(TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00057761320148152001, 2ª Câmara Especializada Cível, Relator DES. OSWALDO TRIGUEIRO DO VALLE FILHO, j. em 07-02-2017).

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. Debilidade permanente

(83) 3421.7236 (83) 99604.1600

Rua Paulo Mendes 16, Centro – Patos – Paraíba Cep: 58.700-240

e-mail: guedesdelimaadv@gmail.com



Assinado eletronicamente por: ARTHUR ALVES DE MEDEIROS - 29/05/2020 11:37:26

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052911372644900000029854144>

Número do documento: 20052911372644900000029854144



GUEDES DE LIMA

• A D V O G A D O S •

parcial incompleta. Procedência parcial da demanda. **PLEITO DE MINORAÇÃO DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS PARA o patamar de 10% (DEZ POR CENTO) a 20% (vinte por cento) SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. VALOR IRRISÓRIO.** Desprovimento do apelo - Considerando a condenação irrisória conferida em primeiro grau, a **fixação entre o patamar de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre tal valor, é violar as normas processuais, que determinam a fixação equitativa nestes casos, tutelando, assim, a dignidade do labor do advogado.**

(...). Assim, considerando o valor da condenação, qual seja, R\$ 1.350,00 (mil trezentos e cinquenta reais), fixar-se entre 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) sobre tal valor, **é violar as normas processuais e atentar contra a dignidade do labor do advogado.** Nesses termos, **impossibilitado resta a minoração dos honorários. Conclusão.** Por tudo o que foi exposto, **NEGO PROVIMENTO A APELO**, mantendo pelos seus próprios fundamentos. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00721735420148152001, 2ª Câmara Especializada Cível, Relator DES. OSWALDO TRIGUEIRO DO VALLE FILHO, j. em 17-04-2018).

Portanto, diante do previsto nos **§2º inciso I, IV, e §8º do Art. 85 do CPC**, combinados com as disposições da Tabela de Honorários da OAB, para não aviltar o trabalho dos advogados do apelante, **o valor dos honorários advocatícios merece e deve ser fixado em R\$ 1.000,00 (mil reais).**

IV. DOS PEDIDOS

Evidente os relatos, o apelante requer que seja o presente recurso recebido e conhecido, e ainda, dado provimento, a fim de **REFORMAR** a sentença prolatada pelo Juiz “a quo”, para majorar os honorários advocatícios para, no mínimo, **R\$ 1.000,00 (mil reais)**, **face ao zelo e dedicação profissionais despendidos pelos patronos subscritores**, desta vez que o valor arbitrado no juízo “a quo” se mostra **AVILTANTE e INSUFICIENTE** para remunerar os serviços prestado.

.....
(83) 3421.7236 (83) 99604.1600

Rua Paulo Mendes 16, Centro – Patos – Paraíba Cep: 58.700-240

e-mail: guedesdelimaadv@gmail.com





GUEDES DE LIMA
• A D V O G A D O S •

Nestes termos,
Pede deferimento.

Patos/PB, 29 de maio de 2020.

ARTHUR ALVES DE MEDEIROS
OAB/PB 25.763

ALBERTO LEITE DE SOUSA PIRES
OAB/PB 17.997





4ª Vara Mista de Patos

AV DOUTOR PEDRO FIRMINO, S/N, - até 199/200, CENTRO, PATOS - PB - CEP: 58700-071

()

Nº do processo: 0800944-37.2019.8.15.0251

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto(s): [Acidente de Trânsito]

MANDADO DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADO(A)

O MM. Juiz de Direito da vara supra manda ao ao oficial de justiça, a quem este for entregue, que em cumprimento a este, intime o(a) advogado(a) para contrarrazoar, no prazo legal.
Prazo:

Advogado: FERNANDO DE FREITAS BARBOSA OAB: RJ152629 Endereço: FERNANDES GUSMAO, 198, IRAJA, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 21230-190 Advogado: SUELIO MOREIRA TORRES OAB: PB15477 Endereço: , JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58000-000

PATOS, em 29 de maio de 2020.

De ordem, MARIA DAS NEVES RUFINO DE LUCENA
Mat.



EM ANEXO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PATOS/PB

Processo: 08009443720198150251

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresa seguradora previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, apresentar suas **CONTRARRAZÕES AO RECURSO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível.

Termo em que,
Pede Juntada.

PATOS, 5 de junho de 2020.

JOÃO BARBOSA

OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES

15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



PROCESSO ORIGINÁRIO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PATOS / PB

Processo n.º 08009443720198150251

APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

APELADA: RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA

CONTRARRAZÕES DO RECURSO

COLEND A CÂMARA,

INCLÍTOS JULGADORES,

DAS RAZÕES PARA MANUTENÇÃO DA SENTENÇA

Trata-se de ação proposta visando o recebimento do Seguro Obrigatório DPVAT, em que o Apelante sustenta ter sofrido acidente automobilístico que resultou sua invalidez permanente.

Desta forma, ajuizou a presente demanda com o fito de receber a integralidade do prêmio do DPVAT, sem que fizesse prova de sua invalidez total.

Todavia, o Juízo monocrático, acabou por julgar procedente em parte, e tendo em vista a sucumbência mínima da Apelada, condenou o Apelante nas custas e honorários advocatícios, estando suspensos diante do benefício da gratuidade de justiça.

Data máxima vênia, não pode a r. sentença ser reformada, vez que em conformidade com os ditames legais e a jurisprudência dominante, como se passa a demonstrar.

PRELIMINARMENTE

MAJORAÇÃO DE HONORÁRIOS – PEDIDO EXCLUSIVO DO CAUSÍDICO

AUSÊNCIA DE PREPARO RECURSAL – ART. 99, §5º DO CPC

Inicialmente cumpre informar que basta uma simples leitura do Recurso interposto para se verificar que ele foi interposto **NO INTERESSE EXCLUSIVO DO ADVOGADO DO RECORRENTE**, na medida em que tem como objetivo apenas a reforma da sentença para condenar a parte Apelada ao pagamento dos honorários de sucumbência.

Neste sentido destacamos que o benefício da assistência judiciária gratuita possui caráter personalíssimo, sendo cedido apenas a parte que a requerer, em virtude da condição financeira que esta demonstra, não se falando, portanto, na sua extensão a terceiros.

Dessa forma, nos termos do art. 99, §5º do Código de Processo Civil, a apelação está sujeita a preparo. Vejamos:

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

[...]

§ 4º - A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça.

§ 5º - Na hipótese do § 4º, o recurso que verse exclusivamente sobre valor de honorários de sucumbência fixados em favor do advogado de beneficiário estará sujeito a preparo, salvo se o próprio advogado demonstrar que tem direito à gratuidade.

A jurisprudência também e nesse sentido:

EMENTA: AGRAVO INTERNO - ACAO DE PRODUCAO ANTECIPADA DE PROVA - APELACAO - NEGATIVA DE SEGUIMENTO - PARTE BENEFICIARIA DA JUSTICA GRATUITA - FIXACAO OU MAJORACAO DE HONORARIOS ADVOCATICIOS - LEGITIMIDADE CONCORRENTE - INTERESSE EXCLUSIVO DO ADVOGADO - NATUREZA PERSONALISSIMA DO BENEFICIO. Tanto a parte como seu procurador são legítimos para recorrer, visando a fixação ou majoração dos honorários de sucumbência. Não obstante, considerando que a justiça gratuita foi concedida apenas ao requerente, assim como que o objeto do apelo e a fixação dos honorários advocatícios, matéria de interesse exclusivo do procurador, correta a decisão que o intima a efetuar o preparo recursal, sob pena de não conhecimento do apelo. (TJ-MG - AGT: 10000180628414002 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 28/01/0019, Data de Publicação: 05/02/2019 - grifei).

EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - MAJORAÇÃO DE HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA - INTERESSE EXCLUSIVO DO ADVOGADO - ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA NÃO REQUERIDA PELO CAUSÍDICO - DESERÇÃO - PRIMEIRO RECURSO NÃO CONHECIDO - AÇÃO DE COBRANÇA - PEDIDO IMPROCEDENTE - RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM ADVOGADO - HONORÁRIOS CONTRATUAIS - IMPOSSIBILIDADE - INEXISTÊNCIA DE ATO ILÍCITO. - Versando o apelo exclusivamente sobre o valor da verba honorária fixada na sentença recorrida, pretendendo sua majoração, e não havendo requerimento de concessão da gratuidade judiciária em favor do advogado, deve ser efetuado o preparo. Inteligência do art. 99, §5.º, do CPC.

- Os honorários decorrentes da contratação, pela ré, de serviços de advogado, não podem ser objeto de reembolso, pelo autor, pois resultam de ato voluntário da contratante, sem qualquer imposição ou interferência da parte contrária. (TJMG - Apelação Cível 1.0433.15.021337-2/001, Relator(a): Des.(a) Márcio Idalmo Santos Miranda , 9ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 13/12/2018, publicação da súmula em 23/01/2019)

Verifica-se que, ao interpor a apelação, a defesa do Apelante não juntou ao processo o respectivo comprovante do pagamento das custas recursais, não havendo o que se falar em dispensa do recolhimento em razão da assistência judiciária gratuita concedida APENAS ao autor.



Assim, tratando-se de requisito indispensável para que seja realizada a análise da admissibilidade do recurso, a parte Apelante deverá ser intimada a fazer o recolhimento do **PREPARO RECURSAL EM DOBRO**, nos termos do art. 1.007, Parágrafo 4º do CPC, *in verbis*:

Art. 1.007 No ato de interposição do recurso, o recorrente comprovara, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção.

[...]

§ 4º - O recorrente que não comprovar, no ato de interposição do recurso, o recolhimento do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, será intimado, na pessoa de seu advogado, para realizar o recolhimento em dobro, sob pena de deserção.

Ante o exposto requer seja intimado o causídico da parte Apelante para realizar o recolhimento do preparo recursal em dobro sob pena de deserção do recurso.

DAS RAZÕES PRA MANUTENÇÃO DA SENTENÇA

Caso ultrapassada a preliminar arguida, na presente lide, pretendia o Autor/Apelante com a demanda, o recebimento de indenização no importe de R\$ 12.656,25, contudo, obteve a condenação da Seguradora ao pagamento de R\$ 843,75 (OITOCENTOS E QUARENTA E TRÊS REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS).

Quanto ao isto, dispõe o parágrafo único do artigo 86, afirma que *“Se um litigante sucumbir em parte mínima do pedido, o outro responderá, por inteiro, pelas despesas e pelos honorários”*.

“Art. 86. Se cada litigante for, em parte, vencedor e vencido, serão proporcionalmente distribuídas entre eles as despesas.

Parágrafo único. Se um litigante sucumbir em parte mínima do pedido, o outro responderá, por inteiro, pelas despesas e pelos honorários”.

No presente caso, o proveito econômico obtido corresponde e a menos de 10% do valor pleiteado, de modo que se mostra inquestionável a sucumbência mínima da Apelada, o que foi devidamente reconhecido pelo juízo.

Soma-se a isso, que a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu zelo demasiado pelo patrono do Apelado, bem como houve uma razoável duração do processo, não havendo em que se falar em majoração dos honorários advocatícios, de maneira que a sentença está em total consonância com o que estabelece o CPC sobre o tema.

CONCLUSÃO

Diante do exposto e por tudo mais que dos autos consta, confia a Apelada no alto grau de conhecimento e zelo desta Egrégia Câmara Cível, **para que seja negado provimento ao RECURSO DE APELAÇÃO**, interposto pelo Autor, ora Apelante.

Desta feita, roga a recorrida pela manutenção integral da Sentença prolatada pelo Douto Magistrado *a quo*.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

PATOS, 5 de junho de 2020.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 09/06/2020 15:27:41
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20060915274029100000030130147>
Número do documento: 20060915274029100000030130147

SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PB 4246-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na 15477 - OAB/PB, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA**, em curso perante a **4ª VARA CÍVEL** da comarca de **PATOS**, nos autos do Processo nº 08009443720198150251.

Rio de Janeiro, 5 de junho de 2020.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br





**Tribunal de Justiça da Paraíba
Diretoria Judiciária
Gerência de Distribuição**

APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA (1728) 0800944-37.2019.8.15.0251

[Acidente de Trânsito]

APELANTE: RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA

APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/AREPRESENTANTE: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico, inicialmente, (***APENAS referente aos PROCESSOS ELETRÔNICOS***), nos termos do § 3º, art. 5º, da Resolução nº 185/2013, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que o sistema informará ao Relator, automaticamente, a indicação de **POSSÍVEL PREVENÇÃO** destes autos com anterior recurso do PJE (Processo Judicial Eletrônico).

Certifico, outrossim, que em consulta ao Banco de Dados deste Poder (***APENAS referente aos PROCESSOS FÍSICOS***), **NÃO LOCALIZAMOS POSSÍVEL PREVENÇÃO** com os presentes autos.

Gerência de Distribuição do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 17 de junho de 2020.

MARIA HELIA BARBOSA DO NASCIMENTO
Gerência de Distribuição



ANEXO





EXMO. SR. DR. DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA COLETA SEGUNDA CÂMARA CÍVEL DO ESTADO DA PARAÍBA

Processo: 08009443720198150251

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., **requerer a juntada do Comprovante de Pagamento da liquidação.**

Desta forma, requer a remessa imediata ao juízo *a quo*, intimando a parte autora para ciência do pagamento, **nos termos do art. 526, §1º, NCPC.**

Por fim, que seja observado exclusivamente o nome do advogado SUELIO MOREIRA TORRES 15477/PB, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Termos em que,

Pede Juntada.

PATOS, 29 de junho de 2020.

João Barbosa
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

~





N° DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	N° DA CONTA JUDICIAL
0		24/06/2020	0151	2600126741457
DATA DA GUIA	N° DA GUIA	N° DO PROCESSO	TRIBUNAL	TIPO DE JUSTIÇA
24/06/2020	2580280	08009443720198150251	TRIBUNAL DE JUSTICA	ESTADUAL
COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
PATOS	4 VARA CIVEL/CRIMIN.	RÉU	1154,16	
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
		Jurídico		
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA		Física	92744010430	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
21C9EBC4A41ABDBD				
CÓDIGO DE BARRAS				



**Cálculo de Atualização Monetária****Dados básicos informados para cálculo**

Descrição do cálculo	
Valor Nominal	R\$ 843,75
Indexador e metodologia de cálculo	INPC-IBGE - Calculado pelo critério mês cheio.
Período da correção	Abril/2018 a Abril/2020
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	15/3/2019 a 30/6/2020
Honorários (%)	10 %

Dados calculados

Fator de correção do período	731 dias	1,081343
Percentual correspondente	731 dias	8,134260 %
Valor corrigido para 1/4/2020	(=)	R\$ 912,38
Juros(473 dias-15,00000%)	(+)	R\$ 136,86
Sub Total	(=)	R\$ 1.049,24
Honorários (10%)	(+)	R\$ 104,92
Valor total	(=)	R\$ 1.154,16

Retornar Imprimir



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
Gabinete Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos

Processo nº: 0800944-37.2019.8.15.0251

02

Classe: APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA (1728)

Assuntos: [Acidente de Trânsito]

APELANTE: RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA

APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/AREPRESENTANTE: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

Vistos, etc.

À Gerência de Processamento para a correção da autuação, excluindo a remessa necessária por se tratar exclusivamente de apelação.

João Pessoa, 29 de junho de 2020.

Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos
Relator






Certifico para os devidos fins de direito que, cumpro o Despacho constante no ID6840730, com a correção da autuação exclusivamente para Apelação Cível, excluindo a Remessa Necessária.





em anexo



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 025.2.20.01996/01
Nº do Processo: 0800944-37.2019.815.0251			Data de emissão: 01/07/2020
Comarca: Patos	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/07/2020	
Número da guia: 025.2020.601996 Tipo da Guia: Custas Finais			UFR vigente: R\$ 51,78
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 103,56 Promovente: RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA - Taxa Judiciária: R\$ 51,78 Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO - Taxa bancária: R\$ 1,35 Valor da causa: R\$ 1.154,16			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			Parcela: 1/1
866900000013 566909283186 520200731021 522001996019			Valor total: R\$ 156,69
			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 156,69

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 025.2.20.01996/01
Nº do Processo: 0800944-37.2019.815.0251			Data de emissão: 01/07/2020
Comarca: Patos	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/07/2020	
Número da guia: 025.2020.601996 Tipo de Guia: Custas Finais			UFR vigente: R\$ 51,78
Promovente: RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. Valor da causa: R\$ 1.154,16			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 103,56 - Taxa Judiciária: R\$ 51,78 - Taxa bancária: R\$ 1,35			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 156,69
			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 156,69

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 025.2.20.01996/01
Nº do Processo: 0800944-37.2019.815.0251			Data de emissão: 01/07/2020
Comarca: Patos	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/07/2020	
Número da guia: 025.2020.601996 Tipo de Guia: Custas Finais			UFR vigente: R\$ 51,78
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 103,56 Promovente: RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA - Taxa Judiciária: R\$ 51,78 Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO - Taxa bancária: R\$ 1,35 Valor da causa: R\$ 1.154,16			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			Parcela: 1/1
866900000013 566909283186 520200731021 522001996019			Valor total: R\$ 156,69
			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 156,69



Nº DA PARCELA	DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	Nº DA CONTA JUDICIAL
	15/07/2020	0	0
DATA DA GUIA	Nº DO PROCESSO		TIPO DE JUSTIÇA
15/07/2020	08009443720198150251		ESTADUAL
UF/COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)
PB	Vara Cível	RÉU	156,69
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		Jurídica	092486080000104
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA		FÍSICA	92744010430
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA			
FC6CD7481EE3052C			
CÓDIGO DE BARRAS			
866900000001 3 56690928318 6 52020073102 1 52200199601 9			





EXMO. SR. DR. DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA COLETA SEGUNDA CÂMARA CÍVEL DO ESTADO DA PARAÍBA

Processo: 08009443720198150251

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., **requerer a juntada da inclusa guia de recolhimento de custas finais.**

Desta forma, requer a remessa imediata ao juízo *a quo*, destacando a JUNTADA DAS CUSTAS FINAIS, bem como, pugna-se para que, no juízo de grau mínimo, caso verificado saldo remanescente a ser recolhido, seja a demandada intimada em nome do seu causídico abaixo apontado.

Por fim, que seja observado exclusivamente o nome do advogado SUELIO MOREIRA TORRES 15477/PB, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Termos em que,

Pede Juntada.

PATOS, 13 de agosto de 2020.

João Barbosa
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

~





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
Gabinete Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos

APELAÇÃO CÍVEL n.º 0800944-37.2019.8.15.0251 02

ORIGEM : 4ª Vara da Comarca de Patos

RELATOR : Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos

APELANTE : Richard Nixon Cabral

ADVOGADOS : Arthur Alves de Medeiros (OAB/PB nº 25.763)

Alberto Leite de Sousa Pires (OAB/PB nº 17.997)

APELADO : Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

ADVOGADO : Suélio Moreira Torres (OAB/PB nº 15.477)

RELATÓRIO

Trata-se de apelação cível interposta por **RICHARD NIXON CABRAL** contra a sentença prolatada pela MM. Juíza de Direito da 4ª Vara da Comarca de Patos, Id.6730318, que, nos autos da ação de cobrança de indenização de seguro DPVAT, proposta em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, julgou parcialmente procedente o pedido constante na exordial nos seguintes termos:

“Ante o exposto, com esteio no art. art. 487, I, do Código de Processo Civil, **julgo parcialmente procedente o pedido vestibular e condeno a promovida** a pagar em favor do(a) autor(a) o importe de **R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**, referente à indenização do seguro obrigatório DPVAT em virtude de acidente automobilístico que o vitimou, corrigido monetariamente pelo INPC desde a data do sinistro e acrescido de juros de mora de 01% (um por cento) ao mês (art. 406 do Código Civil e art. 161, § 1º, do CTN), devidos desde a data da citação válida (arts. 396 e 405 do Código Civil c/c art. 240 do Código de Processo Civil).

Custas processuais e honorários de sucumbência pela promovida, estes no importe de 10% sobre o valor da condenação, com fulcro no art. 85, §2º do CPC.”



Em suas razões, Id. 6730320, a parte autora busca a reforma da sentença pedindo unicamente a reforma da sentença no tocante aos honorários advocatícios, onde, em face do valor da condenação, o cálculo dos honorários advocatícios deve ser feito com base no parágrafo 8º.

Contrarrazões apresentadas ao Id. 6730323, pela manutenção da sentença primeva em sua integralidade.

Feito não remetido ao Ministério Público porquanto ausente interesse que torne obrigatória a manifestação Ministerial.

É o que basta relatar.

Inclua-se em pauta para julgamento virtual.

João Pessoa, 15 de julho de 2020.

Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos

Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
PRESIDÊNCIA DA 2ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
DES. LUIZ SILVIO RAMALHO JÚNIOR

Vistos etc.

Designo para julgamento a primeira sessão que se realizará após 05 (cinco) dias úteis da publicação da pauta de julgamento do Diário da Justiça.

João Pessoa/PB, data registrada eletronicamente.

Des. Luiz Silvio Ramalho Júnior
Presidente da 2ª Câmara Especializada Cível





Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba

Fica Vossa Excelência Intimado(a) da 10ª SESSÃO VIRTUAL da 2ª Câmara Cível a realizar-se no dia 05-04-2021 às 14:00 até 12-04-2021.





Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba

Fica Vossa Excelência Intimado(a) da 10ª SESSÃO VIRTUAL da 2ª Câmara Cível a realizar-se de 05/04/2021 às 14:00 até 12/04/2021.



ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DIRETORIA JUDICIÁRIA

GERÊNCIA DE PROCESSAMENTO

ASSESSORIA DA SEGUNDA CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL

82 – APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0800944-37.2019.8.15.0251

(82) virtual

CERTIDÃO

Certifico, para que produza os devidos efeitos legais, que os integrantes da Segunda Câmara Especializada Cível deste Egrégio Tribunal, em sessão virtual realizada, apreciando o processo acima indicado, assim decidiram:

“Deu-se provimento ao recurso, nos termos do voto do relator, unânime”.

Presidiu a sessão o Exmo. Des. Luiz Silvio Ramalho Júnior

Participaram do julgamento o relator o Exmo. Abraham Lincoln da Cunha Ramos, o Exmo Des. Luiz Silvio Ramalho Júnior e o Exmo. João Batista Barbosa da Silva em substituição ao Exmo Des José Aurélio da Cruz.

Presente ao julgamento Dra Lúcia de Fátima Maia de Farias, Procuradora de Justiça.

Sala de Sessões da Segunda Câmara Especializada Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, João Pessoa 12 de abril de 2021.



Dayse Feitosa Negócio Torres

SUPERVISORA DA 2ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL





Poder Judiciário

Tribunal de Justiça da Paraíba

Segunda Câmara Especializada Cível

Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos

A C Ó R D ã O

APELAÇÃO CÍVEL n.º 0800944-37.2019.8.15.0251

02

ORIGEM : 4ª Vara Mista da Comarca de Patos

RELATOR : Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos

APELANTE : Richard Nixon Cabral

ADVOGADOS : Arthur Alves de Medeiros (OAB/PB nº 25.763)

Alberto Leite de Sousa Pires (OAB/PB nº 17.997)

APELADO : Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

ADVOGADO : Suélio Moreira Torres (OAB/PB nº 15.477)

PROCESSUAL CIVIL – Apelação cível – Ação de cobrança de seguro DPVAT – Sentença de procedência parcial – Irresignação da parte autora – Fixação dos honorários advocatícios – Art.85, §§ 1º, 2º e 8º do CPC – Provimento.

- “**Art. 85.** A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.

§ 1º São devidos honorários advocatícios na reconvenção, no cumprimento de sentença, provisório ou definitivo, na



execução, resistida ou não, e nos recursos interpostos, cumulativamente.

§ 2º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:

I - o grau de zelo do profissional;

II - o lugar de prestação do serviço;

III - a natureza e a importância da causa;

IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

(...)

§ 8º Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do § 2º.

RELATÓRIO

Trata-se de apelação interposta por **RICHARD NIXON CABRAL** contra a sentença prolatada pela MM. Juíza de Direito da 4ª Vara Mista da Comarca de Patos, Id.6730318, que, nos autos da ação de cobrança de indenização de seguro DPVAT, proposta em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, julgou parcialmente procedente o pedido constante na exordial nos seguintes termos:

“Ante o exposto, com esteio no art. 487, I, do Código de Processo Civil, **julgo parcialmente procedente o pedido vestibular e condeno a promovida a pagar em favor do(a) autor(a) o importe de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**, referente à indenização do seguro obrigatório DPVAT em virtude de acidente automobilístico que o vitimou, corrigido monetariamente pelo INPC desde a data do sinistro e acrescido de juros de mora de 01% (um por cento) ao mês (art. 406 do Código Civil e art. 161, § 1º, do CTN), devidos desde a data da citação válida (arts. 396 e 405 do Código Civil c/c art. 240 do Código de Processo Civil).



Custas processuais e honorários de sucumbência pela promovida, estes no importe de 10% sobre o valor da condenação, com fulcro no art. 85, §2º do CPC.”

Em suas razões, Id. 6730320, a parte autora busca a reforma da sentença pedindo unicamente a reforma da sentença no tocante aos honorários advocatícios, onde, em face do valor da condenação, o cálculo dos honorários advocatícios deve ser feito com base no parágrafo 8º.

Contrarrazões apresentadas ao Id. 6730323, pela manutenção da sentença primeva em sua integralidade.

Feito não remetido ao Ministério Público porquanto ausente interesse que torne obrigatória a manifestação Ministerial.

É o que basta relatar.

VOTO

O seguro obrigatório DPVAT se caracteriza por ser um seguro de danos pessoais de cunho eminentemente social, com regras definidas na Lei nº 6.194/74, alterada pelas Leis 8.444/92, 11.482/07 e 11.945/09.

O mencionado seguro foi criado com a finalidade de apurar as vítimas de acidentes causados por veículos automotores terrestres ou pela carga transportada, cobrindo os danos pessoais decorrentes de invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, e indenizando os beneficiários da vítima em caso de óbito.

Em se tratando de ação que visa à cobrança da indenização do DPVAT, todavia, é preciso que se observe o que dispõe o artigo 5º da Lei n. 6.194/1974, que trata sobre o seguro obrigatório de danos pessoais, “*in verbis*”:

“Art . 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”.



Verifica-se, que a legislação vigente do DPVAT estabelece, em seu art. 5º, que para o recebimento do seguro basta a comprovação da ocorrência do sinistro e do dano decorrente.

Sobre o tema, a jurisprudência do assim se pronunciou:

PROCESSUAL CIVIL - COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE O ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO E A DEBILIDADE APRESENTADA PEDIDO REJEITADO - SENTENÇA MANTIDA. 1. Não restando comprovado o nexo de causalidade entre o acidente automobilístico e a debilidade apresentada, porquanto o laudo médico do IML apresentado revelou-se imprestável para tal mister, a improcedência do pedido por ausência de prova é medida que se impõe. In casu, a parte autora sequer pugnou pela produção de prova pericial, fundamental a embasar o julgador com parâmetros seguros à elucidação dos fatos versados na lide, ao revés, asseverou que para o pagamento da indenização garantida pelo DPVAT bastava a "simples prova do sinistro". Destarte, aplicável à espécie a regra geral segundo a qual o ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito. Inteligência do artigo 333, inciso I, do Código de Processo Civil. 2. Recurso conhecido e desprovido. (TJDF – 200403101565 20APC, Rel. J. J. Costa Carvalho, 2ª T.Cív., DJ 02/08/2005, p. 103)

A irrisignação da parte autora é apenas no tocante aos honorários advocatícios, onde estes devem ser fixados nos termos do §8º do art.85 do CPC em razão do valor da condenação sido baixo, onde o resultado do cálculo de 10% (dez por cento) desse valor seria considerado irrisório.

Assim, aplicando-se o supracitado dispositivo legal, os honorários devem ser fixados de forma equitativa, revela-se justo o importe de R\$ 800,00 (oitocentos reais).

Por tais razões, **DÁ-SE PROVIMENTO** ao apelo para modificar a sentença vergastada no tocante à condenação dos honorários sucumbenciais, na forma acima alvitada.

É o voto.

João Pessoa, 12 de abril de 2021.



Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos

Relator



RELATÓRIO

Trata-se de apelação interposta por **RICHARD NIXON CABRAL** contra a sentença prolatada pela MM. Juíza de Direito da 4ª Vara Mista da Comarca de Patos, Id.6730318, que, nos autos da ação de cobrança de indenização de seguro DPVAT, proposta em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, julgou parcialmente procedente o pedido constante na exordial nos seguintes termos:

“Ante o exposto, com esteio no art. 487, I, do Código de Processo Civil, **julgo parcialmente procedente o pedido vestibular e condeno a promovida** a pagar em favor do(a) autor(a) o importe de **R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**, referente à indenização do seguro obrigatório DPVAT em virtude de acidente automobilístico que o vitimou, corrigido monetariamente pelo INPC desde a data do sinistro e acrescido de juros de mora de 01% (um por cento) ao mês (art. 406 do Código Civil e art. 161, § 1º, do CTN), devidos desde a data da citação válida (arts. 396 e 405 do Código Civil c/c art. 240 do Código de Processo Civil).

Custas processuais e honorários de sucumbência pela promovida, estes no importe de 10% sobre o valor da condenação, com fulcro no art. 85, §2º do CPC.”

Em suas razões, Id. 6730320, a parte autora busca a reforma da sentença pedindo unicamente a reforma da sentença no tocante aos honorários advocatícios, onde, em face do valor da condenação, o cálculo dos honorários advocatícios deve ser feito com base no parágrafo 8º.

Contrarrazões apresentadas ao Id. 6730323, pela manutenção da sentença primeva em sua integralidade.

Feito não remetido ao Ministério Público porquanto ausente interesse que torne obrigatória a manifestação Ministerial.

É o que basta relatar.



VOTO

O seguro obrigatório DPVAT se caracteriza por ser um seguro de danos pessoais de cunho eminentemente social, com regras definidas na Lei nº 6.194/74, alterada pelas Leis 8.4441/92, 11.482/07 e 11.945/09.

O mencionado seguro foi criado com a finalidade de apurar as vítimas de acidentes causados por veículos automotores terrestres ou pela carga transportada, cobrindo os danos pessoais decorrentes de invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, e indenizando os beneficiários da vítima em caso de óbito.

Em se tratando de ação que visa à cobrança da indenização do DPVAT, todavia, é preciso que se observe o que dispõe o artigo 5º da Lei n. 6.194/1974, que trata sobre o seguro obrigatório de danos pessoais, “*in verbis*”:

“Art . 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”.

Verifica-se, que a legislação vigente do DPVAT estabelece, em seu art. 5º, que para o recebimento do seguro basta a comprovação da ocorrência do sinistro e do dano decorrente.

Sobre o tema, a jurisprudência do assim se pronunciou:

PROCESSUAL CIVIL - COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE O ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO E A DEBILIDADE APRESENTADA PEDIDO REJEITADO - SENTENÇA MANTIDA. 1. Não restando comprovado o nexo de causalidade entre o acidente automobilístico e a debilidade apresentada, porquanto o laudo médico do IML apresentado revelou-se imprestável para tal mister, a improcedência do pedido por ausência de prova é medida que se impõe. In casu, a parte autora sequer pugnou pela produção de prova pericial, fundamental a embasar o julgador com parâmetros seguros à elucidação dos fatos versados na lide, ao revés, asseverou que para o pagamento da indenização garantida pelo DPVAT bastava a "simples prova do sinistro". Destarte, aplicável à espécie a regra



geral segundo a qual o ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito. Inteligência do artigo 333, inciso I, do Código de Processo Civil. 2. Recurso conhecido e desprovido. (TJDF – 200403101565 20APC, Rel. J. J. Costa Carvalho, 2ª T.Cív., DJ 02/08/2005, p. 103)

A irresignação da parte autora é apenas no tocante aos honorários advocatícios, onde estes devem ser fixados nos termos do §8º do art.85 do CPC em razão do valor da condenação sido baixo, onde o resultado do cálculo de 10% (dez por cento) desse valor seria considerado irrisório.

Assim, aplicando-se o supracitado dispositivo legal, os honorários devem ser fixados de forma equitativa, revela-se justo o importe de R\$ 800,00 (oitocentos reais).

Por tais razões, **DÁ-SE PROVIMENTO** ao apelo para modificar a sentença vergastada no tocante à condenação dos honorários sucumbenciais, na forma acima alvitada.

É o voto.

João Pessoa, 12 de abril de 2021.

Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba
Segunda Câmara Especializada Cível
Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos

A C Ó R D ã O

APELAÇÃO CÍVEL n.º 0800944-37.2019.8.15.0251

02

ORIGEM : 4ª Vara Mista da Comarca de Patos

RELATOR : Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos

APELANTE : Richard Nixon Cabral

ADVOGADOS : Arthur Alves de Medeiros (OAB/PB n.º 25.763)

Alberto Leite de Sousa Pires (OAB/PB n.º 17.997)

APELADO : Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

ADVOGADO : Suélio Moreira Torres (OAB/PB n.º 15.477)

PROCESSUAL CIVIL – Apelação cível – Ação de cobrança de seguro DPVAT – Sentença de procedência parcial – Irresignação da parte autora – Fixação dos honorários advocatícios – Art.85, §§ 1º, 2º e 8º do CPC – Provimento.

- “**Art. 85.** A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.

§ 1º São devidos honorários advocatícios na reconvenção, no cumprimento de sentença, provisório ou definitivo, na execução, resistida ou não, e nos recursos interpostos, cumulativamente.

§ 2º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:



I - o grau de zelo do profissional;

II - o lugar de prestação do serviço;

III - a natureza e a importância da causa;

IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

(...)

§ 8º Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do § 2º.



Intimo as partes para conhecimento da Decisão/Acórdão proferida(o) neste caderno processual virtual.



EM ANEXO





EXMO. SR. DR. DESEMBARGADOR RELATOR ABRAHAM LINCOLN DA CUNHA RAMOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

Processo n.º 08009443720198150251

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, já devidamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, por meio de seus advogados que esta subscreve, vem à presença de V. Excelência, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** promovida por **RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA**, opor

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Ante os fundamentos a seguir:

DA SÍNTESE DOS FATOS E DA OMISSÃO

Sem adentrar ao mérito da d. Decisão Monocrática, informa a V. Exa. que constou no relatório desta o seguinte:

Em suas razões, Id. 6730320, a parte autora **busca a reforma da sentença pedindo unicamente a reforma da sentença no tocante aos honorários advocatícios**, onde, em face do valor da condenação, o cálculo dos honorários advocatícios deve ser feito com base no parágrafo 8º.

Contrarrazões apresentadas ao Id. 6730323, pela manutenção da sentença primeva em sua integralidade.

Com a mais a respeitosa vênha, assim o fazendo, afigura-se a v. decisão omissa em pontos essenciais, justificando o cabimento dos presentes Embargos de Declaração, a fim de que essa V. Exa. decida-os e confira os efeitos integrativos ao respeitável decism.

Conforme argumentado em **PRELIMINAR DE CONTRARRAZÕES, TRATA-SE DE INTERESSE EXCLUSIVO DO ADVOGADO DO RECORRENTE**, na medida em que tem como objetivo apenas a reforma da sentença para condenar a parte Apelada ao pagamento dos honorários de sucumbência.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Frisa-se que na d. decisão exarada, verifica-se grave OMISSÃO, que devem ser supridas ou sanadas por meio dos presentes embargos, sendo certo que o recurso não objetiva rediscutir a matéria, mas afastar os vícios constatados no julgado.

Com todo o respeito a Embargante, alerta a este i. Relator nos termos do art. 99, §5º do Código de Processo Civil, a apelação está sujeita a preparo. Vejamos:

Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

[...]

§ 4º - A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça.

§ 5º - Na hipótese do § 4º, o recurso que verse exclusivamente sobre valor de honorários de sucumbência fixados em favor do advogado de beneficiário estará sujeito a preparo, salvo se o próprio advogado demonstrar que tem direito à gratuidade.

Verifica-se que, ao interpor a apelação, a defesa do Apelante não juntou ao processo o respectivo comprovante do pagamento das custas recursais, não havendo o que se falar em dispensa do recolhimento em razão da assistência judiciária gratuita concedida APENAS ao autor.

Neste ponto, requer seja verificada a omissão informada e observado os ditames legais previstos para a matéria *in foco*.

São essas as razões pelas quais a embargante confia, espera e requer sejam acolhidos e providos os presentes Embargos Declaratórios, enfrentado o ponto OMISSO, qual seja a análise da preliminar de contrarrazões, conferido efeitos integrativos para o fim de prover integralmente, tudo por ser medida de direito e irretorquível JUSTIÇA!

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

PATOS, 18 de maio de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
Gabinete Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos

Processo nº: 0800944-37.2019.8.15.0251

02

Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198)

Assuntos: [Acidente de Trânsito]

APELANTE: RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA

APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

REPRESENTANTE: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

Vistos etc.

Ante à pretensão de empréstimo de efeitos modificativos aos embargos de declaração, intime-se a parte embargada para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal.

Decorrido o interregno, com ou sem apresentação de resposta, voltem-me os autos conclusos.

Datado e assinado digitalmente.



Intimo a parte adversa para, querendo, no prazo legal, se manifestar sobre os aclaratórios opostos neste caderno processual virtual.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GERÊNCIA JUDICIÁRIA**

Processo nº 0800944-37.2019.8.15.0251

APELANTE: RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA

APELADO: SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS S/A
AREPRESENTANTE: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico, por dever do ofício, para que esta produza os devidos efeitos legais, que decorreu o prazo para parte embargada apresentar contrarrazões. Gerência de Processamento do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 15 de junho de 2021.

Valdilene Ferreira Seixas – Técnica Judiciária



AO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA - GABINETE DES. ABRAHAM LINCOLN DA CUNHA RAMOS

Processo nº 0800944-37.2019.8.15.0251

Apelante: Arthur Alves de Medeiros

Apelada: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S.A

ARTHUR ALVES DE MEDEIROS, procurador legal da autora, **RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA**, já devidamente qualificado nos autos em evidência, vêm tempestivamente, a presença de Vossa Excelência com o devido acato e respeito, expor e requerer.

I. DO PREPARO

O Apelante deixa de acostar o comprovante de recolhimento do preparo, haja vista, que lhe **requer que seja DEFERIDO o benefício da justiça gratuita em sede de recurso**.

Dispõe o § 7º do artigo 99 do CPC:

Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.
(...)

§ 7º Requerida a concessão de gratuidade da justiça em recurso, o recorrente estará dispensado de comprovar o recolhimento do preparo, incumbindo ao relator, neste caso, apreciar o requerimento e, se indeferi-lo, fixar prazo para realização do recolhimento.

II. DA JUSTIÇA GRATUITA



O apelante pugna pelos benefícios da Justiça Gratuita, por não se encontrar em condições de arcar com as despesas processuais recursais sem prejuízo do próprio sustento e de sua família, requerendo os benefícios com fundamento no **Artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal**, e ainda, nas disposições do **art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil**.

A renda do apelante foi profundamente impactada pela **Crise do COVID-19**, e como muitos cidadãos brasileiros nos dias atuais, **o apelante passa por situação financeira delicada**, estando paralisado pelos efeitos econômicos do isolamento social imposta como medida de contenção da pandemia.

Resta enfatizar, que o apelante é **advogado recém-formado**, hoje, com **2 anos e 9 meses de atuação na OAB**, recém-casado e com uma filha de 7 meses de vida, inclusive sendo **BENEFICIÁRIO DO PROGRAMA DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL – FIES**, tendo que arcar mensalmente com o pagamento da amortização no valor de **R\$ 464,84 (quatrocentos e sessenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos)** com o vencimento todo o dia **10 do mês**.

Considerando, portanto, que o **apelante é advogado autônomo** e de igual sorte em razão da pandemia teve seus serviços prejudicados, e ainda mais levando em consideração, **a absurda remuneração de suas atividades na advocacia** vez que, **na grande maioria das vezes tem-se a condenação em honorários de sucumbência fixada em valores irrisórios**, vem este causídico, requer respeitosamente, que seja **concedida a Gratuidade da Justiça**.

Faz prova a sua **hipossuficiência financeira**, conforme declaração de pobreza e declaração de isenção de IRPF, bem como junta aos autos, Guia de Custas Recursas no valor de **R\$ 334,74**, portanto, **em dobro perfazendo o valor de R\$ 669,48 (seiscentos e sessenta e nove reais e quarenta e centavos)**, demonstrando que o valor do preparo se torna excessivo quanto ao proveito econômico pretendido.

Ainda, neste diapasão, resta esclarecer, que o apelante, ora Causídico, **busca ser justamente remunerado por sua atividade advocatícia**, vez que, a condenação em honorários de sucumbência restou **extremamente fixada em valor irrisório, conforme demonstrado no Recurso Apelação**.

Desta feita, pleiteia também este causídico seu direito **em outras ações da mesma natureza**, o qual o mesmo **fora intimado em todas para que no prazo de 05 (cinco) dias, providencie o pagamento em dobro**, dos respectivos preparos recursais, sob pena de deserção.

ApCiv 0805111-34.2018.8.15.0251: JULIO CESAR MARTINS BRILHANTE X SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A



ApCiv 0805437-91.2018.8.15.0251: JOEL PEREIRA DA COSTA X SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

ApCiv 0804951-09.2018.8.15.0251: RAMYLSON LUCIANO ALVES X SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

ApCiv 0804906-05.2018.8.15.0251: LAIS CAMPOS DA SILVA e outros (1) X SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A e outros

ApCiv 0800939-15.2019.8.15.0251: SILVANO DA CONCEICAO ALVES e outros (1) X SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A e outros (1)

Assim o sendo, evidencia-se que o pleito de justiça gratuita encontra guarida na legislação e na jurisprudência aplicáveis à espécie, pelo que se requer a dispensa do preparo para a interposição do presente recurso, vez que conforme demonstrado não tem este causídico as mínimas condições financeiras para realizar o preparo em dobro, inclusive, por existir outras ações com o mesmo despacho, em recursos de apelação que **versam sobre a condenação de honorários sucumbenciais fixadas em valores irrisórios.**

III. DO PEDIDO

Evidente os relatos, o apelante requer que seja concedido a gratuidade da justiça ante a sua necessidade, bem como o presente recurso seja **recebido e conhecido**, e ainda, **dado provimento para majorar os honorários sucumbenciais advocatícios** para no mínimo **R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais)**, face ao zelo e dedicação profissionais despendido pelo patrono subscritor, ora apelante, vez que o valor arbitrado no juízo “*a quo*” se mostra **AVILTANTE e INSUFICIENTE** para remunerar os serviços prestados.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Patos/PB, 05 de JULHO de 2021.

ARTHUR ALVES DE MEDEIROS

OAB/PB 25.763





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
FUNDO DE FINANCIAMENTO AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR

CONTRATO NR. 015.104.733 DE ABERTURA DE CRÉDITO PARA O FINANCIAMENTO DE ENCARGOS EDUCACIONAIS AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR, CELEBRADO COM O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE), REPRESENTADO PELO BANCO DO BRASIL S.A., NA QUALIDADE DE MANDATÁRIO.

O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE), Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Educação, Agente Operador do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), com sede em Brasília, Capital Federal, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 00.378.257/0001-81, neste ato representado pelo BANCO DO BRASIL S.A., instituição financeira, regendo-se pelo Estatuto atualmente vigente, inscrito no CNPJ/MF sob nº 00.000.000/0001-91, com sede em Brasília, Capital Federal, na qualidade de mandatário, doravante denominado AGENTE FINANCEIRO, representado por sua Agência PATOS-PB, ao fim assinado por seu representante legal e ARTHUR ALVES DE MEDEIROS, estudante do ensino superior, matriculado(a) regularmente em curso de graduação não gratuito, Brasileiro(a), SOLTEIRO(A), portador(a) do RG nº 3272616 2 VIA SSDS PB, expedido em 06.02.2013 e do CPF nº 069.992.444-80 residente e domiciliado(a) à R VEREADOR APOLONIO GONCALVES 402A, JD GUANABARA, PATOS-PB aqui denominado(a) FINANCIADO(A), por este instrumento, na forma da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, da Portaria Normativa MEC nº 2, de 31 de março de 2008, da Portaria Normativa MEC nº 1, de 22 de janeiro de 2010, da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.842, de 10 de março de 2010, da Resolução FNDE nº 1, de 20 de abril de 2010, da Portaria Normativa MEC nº 10, de 30 de abril de 2010, dos demais normativos aplicáveis ao FIES e alterações posteriores, tem entre si justa e contratada a presente operação de Financiamento mediante as seguintes cláusulas, termos e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETIVO - Concessão de financiamento de encargos educacionais, relativos ao 1º semestre de 2013, com recursos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES).

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ENCARGOS EDUCACIONAIS TOTAIS - O(A) FINANCIADO(A) declara ter contratado com a Instituição de Ensino Superior (IES) à qual encontra-se matriculado o valor da semestralidade escolar de seu curso, com base no disposto na Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, incluídas

- continua na página 2 -

Arthur Alves de Medeiros.

João Carlos Souza de Medeiros.

Euzenere Alves de Sousa Medeiros.

João Carlos Souza de Medeiros.
Agência Quinze de João Medeiros



Continuação do(a) CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO PARA O FINANCIAMENTO DE ENCARGOS EDUCACIONAIS AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR, CELEBRADO COM O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE), REPRESENTADO PELO BANCO DO BRASIL S.A., NA QUALIDADE DE MANDATÁRIO e ARTHUR ALVES DE MEDEIROS.

eventuais dependências disciplinares e considerados todos os descontos regulares e de caráter coletivo oferecidos pela IES, inclusive os concedidos em virtude de pagamento pontual.

PARÁGRAFO ÚNICO - O valor dos encargos educacionais totais para o 1º semestre de 2013 corresponde ao resultado do valor da mensalidade do curso informado multiplicado por seis.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO LIMITE DE CRÉDITO GLOBAL - Por este instrumento, o AGENTE FINANCEIRO concede ao(à) FINANCIADO(A) limite de crédito global para o financiamento do valor do curso de graduação em Direito, durante 10 semestre(s), no valor de R\$66.375,00 (sessenta e seis mil trezentos e setenta e cinco reais), que corresponde ao valor financiado para o 1º semestre de 2013, R\$5.310,00 (cinco mil trezentos e dez reais), acrescido do valor necessário para os semestres seguintes até a conclusão do curso, R\$47.790,00 (quarenta e sete mil setecentos e noventa reais), e adicionado de 25,00% (vinte e cinco por cento), R\$13.275,00 (treze mil duzentos e setenta e cinco reais), para atender possíveis elevações no valor dos encargos educacionais no decorrer do curso.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor da semestralidade financiada corresponde a 100,00% (cem por cento) do valor fixado pela IES para o 1º semestre de 2013 do curso em que o(a) FINANCIADO(A) está matriculado(a).

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os valores financiados a cada semestre serão deduzidos do limite de crédito global estabelecido no caput desta Cláusula.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Quando o limite de crédito global não for suficiente para cobertura do percentual de financiamento até a conclusão do curso, seja dentro do prazo regular ou quando houver dilação do prazo do curso pela IES e desde que com prévia autorização do Agente Operador do FIES, será admitido o aumento do valor constante do caput desta Cláusula por meio de solicitação formal do(a) FINANCIADO(A) e mediante assinatura de termo aditivo a este Contrato.

PARÁGRAFO QUARTO - Caso o limite de crédito global seja superior ao valor necessário para o financiamento até a conclusão do curso o excedente não comporá o saldo devedor do financiamento e, por esta razão, em nenhuma hipótese, poderá ser reclamado pelo(a) FINANCIADO(A).

PARÁGRAFO QUINTO - O pagamento à entidade mantenedora da

Arthur Alves de Medeiros

- continua na página 3 -

João Carlos Fonseca de Medeiros.

Euzinete Alves de Sousa Medeiros.



Continuação do(a) CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO PARA O FINANCIAMENTO DE ENCARGOS EDUCACIONAIS AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR, CELEBRADO COM O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE), REPRESENTADO PELO BANCO DO BRASIL S.A., NA QUALIDADE DE MANDATÁRIO e ARTHUR ALVES DE MEDEIROS.

IES, relativo aos encargos educacionais financiados por intermédio do presente Contrato, será providenciado pelo Agente Operador do FIES.

CLÁUSULA QUARTA - DO PERCENTUAL DO FINANCIAMENTO - O valor financiado a cada semestre será destinado ao custeio de 100,00% (cem por cento) dos encargos educacionais totais, não sendo permitida qualquer elevação do percentual estabelecido neste contrato e em seus aditamentos.

PARÁGRAFO ÚNICO - A cada período de aditamento, mediante pedido formal do(a) FINANCIADO(A) à IES e autorização da Comissão Permanente de Supervisão e Acompanhamento (CPSA), o percentual do financiamento poderá ser reduzido.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR SEMESTRAL DO FINANCIAMENTO - O valor do financiamento concedido para o 1º semestre de 2013 é de R\$5.310,00 (cinco mil trezentos e dez reais), correspondente ao percentual do financiamento informado na Cláusula Quarta deste Contrato, aplicado sobre os encargos educacionais totais, conforme Parágrafo único da Cláusula Segunda.

PARÁGRAFO ÚNICO - Eventual diferença entre o valor da semestralidade cobrada pela IES e aquele financiado pelo FIES será coberta mediante utilização de recursos próprios do(a) FINANCIADO(A).

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE UTILIZAÇÃO DO FINANCIAMENTO - O prazo de utilização do financiamento pelo(a) FINANCIADO(A) será de, no máximo, 10 semestres, que corresponde ao período remanescente para conclusão do curso em que o(a) FINANCIADO(A) está matriculado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Excepcionalmente, e por uma única vez, na hipótese prevista no § 3º do art. 5º da Lei nº 10.260, de 2001, o prazo de utilização do financiamento poderá ser ampliado em até 2 (dois) semestres letivos consecutivos, mediante solicitação do(a) FINANCIADO(A) e formalização de aditamento a este Contrato, condicionado à disponibilidade orçamentária e financeira do FIES.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A solicitação de ampliação do prazo de utilização deverá ser realizada pelo(a) FINANCIADO(A) no período de aditamento deste contrato e terá início em data imediatamente posterior ao prazo estipulado no caput desta Cláusula.

Arthur Alves de Medeiros.

- continua na página 4 -

João Carlos Figueira de Medeiros.

Buzinere Alves de Sousa Medeiros.

João Carlos Figueira de Medeiros.
Buzinere Alves de Sousa Medeiros.



Continuação do(a) CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO PARA O FINANCIAMENTO DE ENCARGOS EDUCACIONAIS AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR, CELEBRADO COM O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE), REPRESENTADO PELO BANCO DO BRASIL S.A., NA QUALIDADE DE MANDATÁRIO e ARTHUR ALVES DE MEDEIROS.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O período em que o financiamento ficar suspenso, na forma prevista no art. 18 da Portaria Normativa MEC nº 2, de 31 de março de 2008, será considerado como de efetiva utilização.

PARÁGRAFO QUARTO - O período eventualmente concedido na forma do Parágrafo Primeiro desta Cláusula não será considerado para efeito de cálculo do prazo de amortização do financiamento.

PARÁGRAFO QUINTO - Na mudança de curso e/ou transferência de IES, conforme previsto na Cláusula Décima Sétima, o prazo máximo de utilização do financiamento será o período remanescente para a conclusão do curso de destino, observada sua duração regular.

CLÁUSULA SETIMA - DA TAXA DE JUROS INCIDENTE SOBRE O SALDO DEVEDOR - Sobre o saldo devedor apurado e debitado mensalmente incidirá a taxa efetiva de juros de 3,4% (tres inteiros e quatro decimos por cento) ao ano, capitalizada mensalmente, equivalente a 0,279% (duzentos e setenta e nove milésimos por cento) ao mês.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF) terá alíquota zero nos financiamentos concedidos com recursos do FIES, conforme previsto no inciso VIII do art. 8º do Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007.

CLÁUSULA OITAVA - DAS FASES - O financiamento de que trata este Contrato possui as seguintes fases:

- I - UTILIZAÇÃO - período em que o(a) FINANCIADO(A) está estudando e utilizando o financiamento de forma regular;
- II - CARÊNCIA - período que tem o prazo de 18 (dezoito) meses contados a partir da data imediatamente subsequente ao término da fase de utilização;
- III - AMORTIZAÇÃO - período que se inicia a partir da data imediatamente subsequente ao término da fase de carência e tem o prazo de até 3 (três) vezes o prazo de utilização, acrescido de 12 meses.

CLÁUSULA NONA - DO SALDO DEVEDOR - O saldo devedor do Contrato será composto pelas parcelas de financiamento liberadas, acrescidas dos juros estabelecidos na Cláusula Sétima e deduzidos os pagamentos efetuados nos termos deste

Arthur Alves de Medeiros - continua na página 5 -

João Carlos Brenner de Medeiros.

Euzinere Alves de Sousa Medeiros.



Continuação do(a) CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO PARA O FINANCIAMENTO DE ENCARGOS EDUCACIONAIS AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR, CELEBRADO COM O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE), REPRESENTADO PELO BANCO DO BRASIL S.A., NA QUALIDADE DE MANDATÁRIO e ARTHUR ALVES DE MEDEIROS.

Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do saldo devedor de que trata o caput desta Cláusula deverá ser realizado pelo(a) FINANCIADO(A) nas épocas próprias e nas condições fixadas neste instrumento, em qualquer agência do AGENTE FINANCEIRO ou onde este determinar, observado o disposto na Cláusula Oitava.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Durante as fases de utilização e carência, bem como durante a suspensão da utilização do financiamento, o(a) FINANCIADO(A) fica obrigado a pagar, nos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, os juros incidentes sobre o saldo devedor deste Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caso os juros devidos na forma do parágrafo anterior seja igual ou inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), o(a) FINANCIADO(A) deverá efetuar o pagamento dos juros na sua totalidade.

PARÁGRAFO QUARTO - O valor dos juros devidos na forma do Parágrafo Segundo que exceder a R\$ 50,00 (cinquenta reais) será incorporado ao saldo devedor.

PARÁGRAFO QUINTO - Em caso de encerramento do financiamento por iniciativa do(a) FINANCIADO(A), este poderá optar por continuar pagando apenas juros sobre o saldo devedor até a conclusão do curso, antecipar o início da fase de Amortização ou liquidar a dívida.

PARÁGRAFO SEXTO - Na fase de amortização do financiamento, o saldo devedor será parcelado em prestações mensais e sucessivas, calculadas segundo o Sistema Francês de Amortização - Tabela Price.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O valor da prestação a ser paga na fase de amortização será calculado mediante a aplicação da seguinte fórmula, observado o estabelecido no art. 5º, inciso V, da Lei nº 10.260, de 2001:

$$P = \frac{Sdx[i(1+i)^n]}{(1+i)^n - 1}$$

Onde:

P = prestação;

Sd = Saldo Devedor;

i = taxa de juros efetiva ao mês;

n = prazo remanescente do financiamento - em meses.

PARÁGRAFO OITAVO - O(A) FINANCIADO(A) declara, neste ato,

Arthur Alves de Medeiros

- continua na página 6 -

João Carlos Ferreira de Medeiros.

Euzinere Alves de Sousa Medeiros

João Carlos Ferreira de Medeiros
Euzinere Alves de Sousa Medeiros



Continuação do(a) CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO PARA O FINANCIAMENTO DE ENCARGOS EDUCACIONAIS AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR, CELEBRADO COM O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE), REPRESENTADO PELO BANCO DO BRASIL S.A., NA QUALIDADE DE MANDATÁRIO e ARTHUR ALVES DE MEDEIROS.

que tomou conhecimento da forma de pagamento e planilha de simulação de evolução de dívida que é parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA DECIMA - DO VENCIMENTO E FORMA DE PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES - Neste ato, para fins de pagamento, o(a) FINANCIADO(A) fixa como data de vencimento das parcelas e prestações do Contrato o dia 10 de cada mês.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Se o vencimento da prestação ocorrer no sábado, domingo ou feriado, o(a) FINANCIADO(A) poderá efetivar o pagamento no 1º (primeiro) dia útil subsequente, sem incidência de encargos por atraso.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Se em determinado mês não existir o dia escolhido para o vencimento das parcelas e prestações, a obrigação deverá ser quitada até o último dia útil do mesmo mês.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A qualquer tempo é facultado ao(a) FINANCIADO(A) realizar amortização extraordinária, sendo de R\$ 100,00 (cem reais) o valor mínimo fixado para este pagamento.

PARÁGRAFO QUARTO - O valor da amortização extraordinária durante as fases de utilização e carência será utilizado para o pagamento dos juros de que trata o Parágrafo Quarto da Cláusula Nona e, quando integralmente pagos, o(a) FINANCIADO(A) poderá optar por utilizar o pagamento para reduzir ou quitar o valor do saldo devedor, sendo que a quitação do saldo devedor implicará nas seguintes restrições:

I - o(a) FINANCIADO(A) não poderá mais aditar seu Contrato;

II - o(a) FINANCIADO(A) não terá direito a um novo financiamento pelo FIES.

PARÁGRAFO QUINTO - Na fase de amortização, o(a) FINANCIADO(A) poderá realizar amortização extraordinária na fase de amortização e optar por abater ou quitar o saldo devedor, bem como reduzir o prazo do financiamento.

PARÁGRAFO SEXTO - O pagamento das parcelas e prestações devidas para a amortização ou liquidação das obrigações assumidas em decorrência deste Contrato será efetuado pelo(a) FINANCIADO(A) mediante débito em conta corrente.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O recebimento das parcelas e prestações fora dos prazos avençados constituirá mera tolerância que não afetará, de forma alguma, as datas de seus vencimentos

Arthur Alves de Medeiros

- continua na página 7 -

por Carlos Pereira de Medeiros.

Eugene Nives de Souza Medeiros.



Continuação do(a) CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO PARA O FINANCIAMENTO DE ENCARGOS EDUCACIONAIS AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR, CELEBRADO COM O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE), REPRESENTADO PELO BANCO DO BRASIL S.A., NA QUALIDADE DE MANDATÁRIO e ARTHUR ALVES DE MEDEIROS.

ou as demais cláusulas e condições deste instrumento, nem importará novação ou modificação do ajustado, inclusive quanto aos encargos resultantes da mora, imputando-se ao pagamento do débito o valor recebido obrigatoriamente na seguinte ordem: multa, juros moratórios, juros remuneratórios, comissão de permanência, outros acessórios debitados, principal vencido e principal vincendo.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA - Assinam também este Contrato JOAO CARLOS LUCENA DE MEDEIROS, Brasileiro(a), casado(a) - comunhão parcial, servidor publico estadual, CARTEIRA DE IDENTIDADE nr. 828230 2 VIA, orgao emissor SSP PB, CPF nr. 302.709.794-68, domiciliado a RUA VEREADOR APOLONIO GONCALVES 402, JARDIM GUANABARA, PATOS - PB e seu conjugue/convivente EUZINETE ALVES DE SOUSA MEDEIROS, Brasileiro(a), casado(a) - comunhão parcial, servidora publico municipal, CARTEIRA DE IDENTIDADE nr. 828204 2VIA, orgao emissor SSP PB, CPF nr. 396.795.864-72, domiciliado a RUA VER APOLONIO GONCALVES 402, CENTRO, PATOS - PB, JOSE LUCENA DE MEDEIROS, Brasileiro(a), casado(a) - comunhão parcial, professor de ensino fundamental e medio, CARTEIRA DE IDENTIDADE nr. 1076880, orgao emissor SSDS PB, CPF nr. 484.283.884-15, domiciliado a RUA ANTONIO QUEIROGA DE ALENCAR 310, JARDIM ROGERIO, POMBAL - PB e seu conjugue/convivente APARECIDA QUEIROGA DE MELO MEDEIROS, Brasileiro(a), casado(a) - comunhão parcial, do lar, CARTEIRA DE IDENTIDADE nr. 1273016, orgao emissor SSDS PB, CPF nr. 441.992.014-91, domiciliado a RUA ANTONIO QUEIROGA DE ALENCAR 310, JARDIM ROGERIO, POMBAL - PB, na qualidade de FIADOR(ES) e principal(ais) pagador(es), sendo esta fiança absoluta, irrevogável, irretratável e incondicional, não comportando qualquer tipo de exoneração, renunciando o(s) FIADOR(ES), expressamente, aos benefícios dos artigos 830, 834, 835, e 837 do Código Civil Brasileiro, solidariamente se responsabilizando pelo cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo(a) FINANCIADO(A) neste instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O(s) FIADOR(ES) concorda(m) e tem pleno conhecimento de que a fiança outorgada neste ato corresponde ao limite de crédito global constante na Cláusula Terceira, e compreende, até o limite do valor da fiança, todos os Termos Aditivos a este Contrato que vierem a ser celebrados entre o AGENTE FINANCEIRO e o(a) FINANCIADO(A), na forma das Cláusulas Décima Terceira e Décima Quarta.

Arthur Alves de Medeiros - continua na página 8 -

João Carlos Lucena de Medeiros.

Euzinete Alves de Sousa Medeiros

João Carlos Lucena de Medeiros
Aparecida Queiroga de Melo Medeiros



Continuação do(a) CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO PARA O FINANCIAMENTO DE ENCARGOS EDUCACIONAIS AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR, CELEBRADO COM O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE), REPRESENTADO PELO BANCO DO BRASIL S.A., NA QUALIDADE DE MANDATÁRIO e ARTHUR ALVES DE MEDEIROS.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica o AGENTE FINANCEIRO autorizado a efetuar consulta em cadastros restritivos em nome do(a) FINANCIADO(A) e FIADOR(ES), a qualquer época, até a liquidação do Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O(s) FIADOR(ES) poderá(ão) ser substituído(s) a qualquer tempo, a pedido do(a) FINANCIADO(A), condicionada a substituição à anuência do AGENTE FINANCEIRO e ao atendimento das exigências estabelecidas na legislação e regulamentação do FIES pelo(s) novo(s) FIADOR(ES).

PARÁGRAFO QUARTO - O(A) FINANCIADO(A) obriga-se a apresentar outro(s) FIADOR(ES), após a assinatura deste instrumento e até o prazo final do aditamento, em no máximo 30 (trinta) dias, nas seguintes hipóteses:

- I - falecimento do(s) FIADOR(ES);
- II - perda da capacidade de pagamento do(s) FIADOR(ES);
- III - restrição cadastral em nome do(s) FIADOR(ES).

PARÁGRAFO QUINTO - O(s) FIADOR(ES) se obriga(m), por si e por seus herdeiros, a satisfazer todas as obrigações constituídas na vigência deste Contrato e por todos os acessórios da dívida principal e as despesas judiciais dele decorrentes, consoante disposto no art. 822 do Código Civil Brasileiro.

PARÁGRAFO SEXTO - A garantia de que trata esta Cláusula é prestada de forma solidária com o(a) FINANCIADO(A), na qualidade de devedor principal, renunciando o(s) FIADOR(ES) ao benefício previsto no artigo 827 do Código Civil Brasileiro, bem como respondendo como principal pagador da obrigação garantida até seu integral cumprimento.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DO ADITAMENTO - Este Contrato deverá ser aditado semestralmente, de forma simplificada ou não simplificada, no período estabelecido pelo Agente Operador do FIES, desde que efetivada a renovação da matrícula na IES e comprovado o aproveitamento acadêmico do(a) FINANCIADO(A), observado o inciso II do Parágrafo Segundo da Cláusula Décima Oitava e ressalvada a excepcionalidade prevista no Parágrafo Terceiro dessa mesma Cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quando a renovação da matrícula na IES ocorrer antes do início do semestre letivo a ser financiado, o aditamento terá efeito a partir do primeiro dia do semestre a ser aditado.

Arthur Alves de Medeiros

- continua na página 9 -

João Carlos Lima de Medeiros.

Euzinere Alves de Sousa Medeiros.



Continuação do(a) CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO PARA O FINANCIAMENTO DE ENCARGOS EDUCACIONAIS AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR, CELEBRADO COM O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE), REPRESENTADO PELO BANCO DO BRASIL S.A., NA QUALIDADE DE MANDATÁRIO e ARTHUR ALVES DE MEDEIROS.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O Contrato não aditado na vigência do período que vier ser estabelecido na forma do caput desta Cláusula terá o seu prazo de utilização do financiamento suspenso, pelo prazo máximo de 02 (dois) semestres consecutivos, desde que o(a) FINANCIADO(A) não tenha feito uso deste direito anteriormente e não tenha se esgotado o prazo regular do curso.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Em caso do(a) FINANCIADO(A) já ter feito uso do direito previsto na Cláusula Décima Sexta, a ausência de aditamento implicará no encerramento do Contrato, com o consequente início da fase de carência do financiamento.

PARÁGRAFO QUARTO - O aditamento do presente Contrato nos próximos anos letivos ficará condicionado à disponibilidade orçamentária e financeira do FIES.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DO ADITAMENTO SIMPLIFICADO - O Aditamento Simplificado dar-se-á independentemente de anuência do(s) FIADOR(ES) e terá por escopo:

- I - a continuidade do financiamento sem alterar o valor da semestralidade;
- II - a alteração do valor da semestralidade sem modificação do limite de crédito global;
- III - a suspensão do período de utilização do financiamento;
- IV - a ampliação do prazo de utilização do financiamento;
- V - a reativação do financiamento suspenso;
- VI - a redução do percentual de financiamento; e
- VII - a transferência de curso ou de IES sem alteração do limite de crédito global e do período de amortização do financiamento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Observado o período estabelecido pelo Agente Operador do FIES, o Aditamento Simplificado será realizado na IES depois de efetivada a renovação da matrícula e mediante a assinatura do Documento de Regularidade de Matrícula (DRM) pelo(a) FINANCIADO(A), ou pelo seu representante, assim como pelos membros da CPSA.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O valor da semestralidade e o aproveitamento acadêmico do(a) FINANCIADO(A), para fins do Aditamento Simplificado, constarão no Documento de Regularidade de Matrícula (DRM).

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DO ADITAMENTO NÃO SIMPLIFICADO - O

Arthur Alves de Medeiros.

- continua na página 10 -

João Carlos Lourenço de Medeiros.

Euzinete Alves de Sousa Medeiros.

João Carlos Lourenço de Medeiros
Euzinete Alves de Sousa Medeiros



Continuação do(a) CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO PARA O FINANCIAMENTO DE ENCARGOS EDUCACIONAIS AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR, CELEBRADO COM O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE), REPRESENTADO PELO BANCO DO BRASIL S.A., NA QUALIDADE DE MANDATÁRIO e ARTHUR ALVES DE MEDEIROS.

Aditamento não Simplificado dar-se-á nos casos em que o(a) FINANCIADO(A) tenha por escopo:

- I - a substituição de FIADOR(ES);
- II - a alteração do CPF e/ou do estado civil do(a) FINANCIADO(A) e/ou do(s) FIADOR(ES);
- III - a alteração no valor do limite de crédito global;
- IV - a ampliação do prazo de amortização do financiamento;
- e
- V - a transferência de curso ou de IES com alteração do limite de crédito global ou do período de amortização do financiamento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Na ocorrência de quaisquer das situações constantes no caput desta Cláusula, o(a) FINANCIADO(A) deverá, juntamente com o(s) FIADOR(ES) comparecer à agência do AGENTE FINANCEIRO de relacionamento para efetivar o aditamento do seu Contrato, no prazo estabelecido pelo Agente Operador do FIES, munido do Documento de Regularidade de Matrícula (DRM) do semestre em questão, bem como dos demais documentos exigidos para essa finalidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O valor da semestralidade e o aproveitamento acadêmico do(a) FINANCIADO(A), para fins do Aditamento não Simplificado, constarão no Documento de Regularidade de Matrícula (DRM).

CLÁUSULA DECIMA QUINTA - DA IMPONTUALIDADE - Fica caracterizada a impontualidade quando não ocorrer o pagamento das obrigações na data de seus vencimentos ou no primeiro dia útil subsequente, se o vencimento ocorrer em dia não útil.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - No caso de impontualidade no pagamento das parcelas de juros devidas pelo(a) FINANCIADO(A) nas fases de utilização e carência será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da obrigação em atraso.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No caso de impontualidade no pagamento da prestação na fase de amortização será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da obrigação em atraso e juros contratuais, na forma da Cláusula Sétima, "pro-rata die" pelo período de atraso.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Havendo a necessidade do ajuizamento de ação pelo Agente Operador do FIES para a cobrança de débito de qualquer natureza decorrente deste contrato, o(a) FINANCIADO(A) e o(s) FIADOR(ES) pagarão, além dos encargos

Arthur Alves de Medeiros

- continua na página 11 -

João Carlos Lima de Medeiros.

Euzimete Alves de Souza Medeiros.



Continuação do(a) CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO PARA O FINANCIAMENTO DE ENCARGOS EDUCACIONAIS AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR, CELEBRADO COM O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE), REPRESENTADO PELO BANCO DO BRASIL S.A., NA QUALIDADE DE MANDATÁRIO e ARTHUR ALVES DE MEDEIROS.

por atraso apurados na forma deste Contrato, as despesas judiciais e os honorários advocatícios.

PARÁGRAFO QUARTO - O(A) FINANCIADO(A) e o(s) FIADOR(ES) estão cientes de que, na hipótese de inadimplemento de qualquer obrigação decorrente do financiamento, seus nomes e CPF(s) serão incluídos em cadastros restritivos de crédito.

CLÁUSULA DECIMA SEXTA - DA SUSPENSÃO DO FINANCIAMENTO - O(A) FINANCIADO(A) poderá, a qualquer tempo e por uma única vez, requerer a suspensão do financiamento por até 2 (dois) semestres consecutivos, cujos efeitos surtirão a partir do mês seguinte à formalização do Aditamento Simplificado para essa finalidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Observado o período de aditamento a que se refere a Cláusula Décima Segunda, o(a) FINANCIADO(A), ao término do período de suspensão, fica obrigado a aditar este Contrato para reativação do financiamento a partir do semestre subsequente ao término da suspensão, sob pena de encerramento do Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Independentemente do mês em que for requerida a suspensão, considerar-se-á o semestre integral para fins de contagem do prazo e suspensão do financiamento.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Excepcionalmente a CPSA da IES poderá autorizar a prorrogação do prazo de suspensão por mais um único semestre.

PARÁGRAFO QUARTO - O período em que o financiamento encontrar-se suspenso será considerado como de efetiva utilização, ficando o(a) FINANCIADO(A) obrigado a pagar os juros incidentes sobre o valor financiado na forma da Cláusula Nona.

PARÁGRAFO QUINTO - Ao(À) FINANCIADO(A) é facultado retornar ao financiamento, ao final de cada um dos semestres suspensos, desde que não tenha se esgotado o prazo regular do curso.

CLÁUSULA DECIMA SETIMA - DA MUDANÇA DE CURSO OU IES - O(A) FINANCIADO(A), mediante requerimento à IES, poderá:

I - mudar de curso de graduação, uma única vez, desde que o período compreendido entre as datas de início da utilização do financiamento no curso de origem e no curso de destino não seja superior a 18 (dezoito) meses, independentemente das datas de assinatura dos respectivos instrumentos contratuais;

Arthur Alves de Medeiros. - continua na página 12 -

João Carlos Brito de Medeiros.

Euzinere Alves de Sousa Medeiros

*José Carlos de Medeiros
Financiada Quinze de Nelo Medeiros*




Continuação do(a) CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO PARA O FINANCIAMENTO DE ENCARGOS EDUCACIONAIS AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR, CELEBRADO COM O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE), REPRESENTADO PELO BANCO DO BRASIL S.A., NA QUALIDADE DE MANDATÁRIO e ARTHUR ALVES DE MEDEIROS.

II - mudar de IES a qualquer tempo, desde que seja mantido o mesmo curso.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As mudanças previstas nos incisos I e II do caput desta Cláusula serão condicionadas à regular adesão ao FIES da entidade mantenedora da IES de destino e à habilitação do curso no FIES.

PARÁGRAFO SEGUNDO - É facultado à IES de destino aceitar o(a) FINANCIADO(A) na qualidade de beneficiário do FIES.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As alterações previstas nos incisos I e II do caput desta Cláusula ficam condicionadas à formalização de Termo Aditivo Simplificado ou de Termo Aditivo não Simplificado ao presente Contrato, conforme o caso.

PARÁGRAFO QUARTO - A partir da mudança de curso, o prazo máximo de utilização do financiamento estipulado na Cláusula Sexta será o necessário para a conclusão do curso de destino, observada a duração regular.

CLÁUSULA DECIMA OITAVA - DO ENCERRAMENTO DO FINANCIAMENTO - O(A) FINANCIADO(A) poderá requerer o encerramento da utilização do financiamento em caráter irrevogável e irretratável, observando que:

I - não poderá mais aditar o Contrato;

II - não terá direito a um novo financiamento pelo FIES.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Ocorrendo o encerramento do Contrato, a amortização do financiamento terá início no mês imediatamente subsequente ao período de carência previsto no inciso II da Cláusula Oitava ou antecipadamente a critério do(a) FINANCIADO(A).

PARÁGRAFO SEGUNDO - A ocorrência de qualquer uma das situações abaixo elencadas constitui impedimento à manutenção do financiamento do FIES e culminará no encerramento do Contrato:

I - falta de aditamento nos prazos regulamentares para a reativação do financiamento suspenso;

II - não obtenção de aproveitamento acadêmico em pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) nas disciplinas cursadas pelo(a) FINANCIADO(A) no último período letivo;

III - extrapolação do prazo máximo de utilização do financiamento, conforme Cláusula Sexta;

IV - perda da condição de ESTUDANTE regularmente matriculado em IES;

V - mudança de curso por mais de uma vez ou após 18 meses

Arthur Alves de Medeiros

- continua na página 13 -

por Carlos Fonseca de Medeiros

Euzinere Alves de Sousa Medeiros.



Continuação do(a) CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO PARA O FINANCIAMENTO DE ENCARGOS EDUCACIONAIS AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR, CELEBRADO COM O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE), REPRESENTADO PELO BANCO DO BRASIL S.A., NA QUALIDADE DE MANDATÁRIO e ARTHUR ALVES DE MEDEIROS.

do início de utilização do financiamento no curso de origem e no curso de destino;

VI - constatação do benefício simultâneo de financiamento do FIES e de bolsa integral do ProUni;

VII - constatação do benefício simultâneo de financiamento do FIES e de bolsa parcial do ProUni em cursos diversos de uma mesma instituição ou em cursos diversos de instituições diversas.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Na ocorrência do disposto no inciso II do parágrafo anterior desta Cláusula, a CPSA da IES poderá, em caráter excepcional e mediante registro de justificativa no DRM, autorizar a continuidade do financiamento.

PARÁGRAFO QUARTO - Encerrado o financiamento pelos motivos descritos no Parágrafo Segundo desta Cláusula, inicia-se a fase de carência e a amortização terá início no mês imediatamente subsequente ao término da fase de carência, ou antecipadamente, a critério do(a) FINANCIADO(A).

CLÁUSULA DECIMA NONA - DO FALECIMENTO OU INVALIDEZ PERMANENTE DO FINANCIADO - Em caso de falecimento ou invalidez permanente do(a) FINANCIADO(A), o saldo devedor deste Contrato será absorvido na data da ocorrência pelo FIES e pela Mantenedora, na mesma proporção do risco de crédito, na forma da Lei.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A documentação comprobatória da ocorrência de que trata o parágrafo anterior deverá ser entregue contemporaneamente na sede do Agente Operador do FIES, na CPSA da IES e na agência do AGENTE FINANCEIRO onde o financiamento foi contratado, mediante formalização de situação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A documentação comprobatória da situação de invalidez permanente é a mesma exigida pelo INSS, para esta situação.

CLÁUSULA VIGESIMA - DO VENCIMENTO ANTECIPADO DA DÍVIDA - São motivos de vencimento antecipado da dívida, com antecipação da fase seguinte em que se encontrar o financiamento, ou ainda a imediata execução deste Contrato, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, além dos previstos em Lei:

I - infringência de qualquer obrigação contratual;

II - a constatação, a qualquer tempo, da inidoneidade de documentos apresentados e/ou falsidade de qualquer

Arthur Alves de Medeiros,

João Carlos Falcão de Medeiros.

Euzimere Alves de Sousa Medeiros.

*Fora bolsa de Medeiros...
Assinada Quirino de Melo Medeiros*



Continuação do(a) CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO PARA O FINANCIAMENTO DE ENCARGOS EDUCACIONAIS AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR, CELEBRADO COM O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE), REPRESENTADO PELO BANCO DO BRASIL S.A., NA QUALIDADE DE MANDATÁRIO e ARTHUR ALVES DE MEDEIROS.

declaração prestada pelo(a) FINANCIADO(A), seu representante legal ou por seu(s) FIADOR(ES), à Instituição de Ensino Superior, ao Ministério da Educação, ao agente operador do FIES ou ao AGENTE FINANCEIRO;

III - inadimplência no pagamento das prestações ou juros há mais de 60 (sessenta) dias;

IV - não apresentação de FIADOR(ES) quando sua substituição for exigida.

CLÁUSULA VIGESIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Neste ato, o(a) FINANCIADO(A) declara, sob as penas da lei, não estar inadimplente em contrato do Programa de Crédito Educativo (PCE) e nem enquadrado nas situações constantes nos incisos VI e VII do Parágrafo Segundo da Cláusula Décima Oitava.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Qualquer tolerância por parte dos agentes do FIES pelo não cumprimento de quaisquer das estipulações ora convencionadas será considerada mera liberalidade, não se constituindo em novação ou procedimento invocável pelo(a) FINANCIADO(A) e seu(s) FIADOR(ES).

PARÁGRAFO SEGUNDO - O(A) FINANCIADO(A), ou seu representante legal, e seu(s) FIADOR(ES) obrigam-se a manter seus dados cadastrais atualizados junto ao AGENTE FINANCEIRO.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O(A) FINANCIADO(A) ou seu representante legal e seu(s) FIADOR(ES) declaram para todos os fins de direito que tiveram prévio conhecimento das cláusulas contratuais, da forma de pagamento e da planilha de simulação de evolução de dívida que é parte integrante deste Contrato, por período e modo suficientes para o pleno conhecimento das estipulações previstas, as quais reputam claras e desprovidas de ambiguidade, dubiedade ou contradição, estando cientes dos direitos e obrigações previstas neste Contrato.

CLÁUSULA VIGESIMA SEGUNDA - DO SAC e OUVIDORIA - Para eventuais informações, sugestões, reclamações ou quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários a respeito da execução do presente contrato, o AGENTE FINANCEIRO coloca à disposição do(a) FINANCIADO(A) ou seu representante legal e seu(s) FIADOR(ES) os telefones da Central de Atendimento do Banco do Brasil - CABB (4004-0001 e 0800.729.0001), do seu Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC (0800.729.0722) e de sua Ouvidoria (0800.729.5678). Para Arthur Alves de Medeiros - continua na página 15 -

por Carlos Pereira de Medeiros.
Euzinere Alves de Sousa Medeiros

Continuação do(a) CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO PARA O FINANCIAMENTO DE ENCARGOS EDUCACIONAIS AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR, CELEBRADO COM O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE), REPRESENTADO PELO BANCO DO BRASIL S.A., NA QUALIDADE DE MANDATÁRIO e ARTHUR ALVES DE MEDEIROS.

Deficientes Auditivos e de Fala (0800.729.0088).

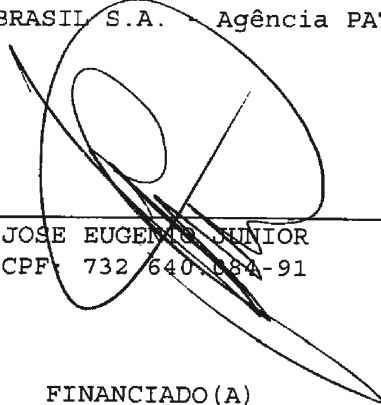
CLÁUSULA VIGESIMA TERCEIRA - DO FORO - Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente decorram do presente Contrato, o foro competente é o da Justiça Federal neste Estado.

E, por estarem de perfeito acordo, aceitam e assinam este instrumento, na presença de duas testemunhas, ficando cada contratante com uma única via assinada de igual teor e forma.

PATOS-PB, 15 de abril de 2013.

AGENTE FINANCEIRO

BANCO DO BRASIL S.A. Agência PATOS-PB


JOSE EUGENIO JUNIOR
CPF: 732.640.184-91

FINANCIADO(A)

Jose Eugenio de Medeiros
Esposa: Guizete Alves de Sousa Medeiros

X
Arthur Alves de Medeiros
ARTHUR ALVES DE MEDEIROS, BRASILEIRO(A), SOLTEIRO(A), ESTUDANTE, residente e domiciliado(a) a R VEREADOR APOLONIO GONCALVES 402A, JD GUANABARA, PATOS-PB, CARTEIRA DE IDENTIDADE nr.: 3272616 2 VIA, emitido(a) por SSDS PB em

João Carlos Almeida de Medeiros
Guizete Alves de Sousa Medeiros



Continuação do(a) CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO PARA O FINANCIAMENTO DE ENCARGOS EDUCACIONAIS AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR, CELEBRADO COM O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE), REPRESENTADO PELO BANCO DO BRASIL S.A., NA QUALIDADE DE MANDATÁRIO e ARTHUR ALVES DE MEDEIROS.

06.02.2013, CPF nr.: 069.992.444-80.

FIADOR(ES)

João Carlos Lucena de Medeiros.

JOAO CARLOS LUCENA DE MEDEIROS, Brasileiro(a), casado(a) - comunhao parcial, servidor publico estadual, residente em PATOS-PB, portador(a) do(a) CARTEIRA DE IDENTIDADE nr. 828230 2 VIA/SSP PB e inscrito(a) no CPF sob o nr. 302.709.794-68.

Euzinete Alves de Sousa Medeiros.

EUZINETE ALVES DE SOUSA MEDEIROS, Brasileiro(a), casado(a) - comunhao parcial, servidora publico municipal, residente em PATOS-PB, portador(a) do(a) CARTEIRA DE IDENTIDADE nr. 828204 2VIA/SSP PB e inscrito(a) no CPF sob o nr. 396.795.864-72.

Jose Lucena de Medeiros.

JOSE LUCENA DE MEDEIROS, Brasileiro(a), casado(a) - comunhao parcial, professor de ensino fundamental e medio, residente em POMBAL-PB, portador(a) do(a) CARTEIRA DE IDENTIDADE nr. 1076880/SSDS PB e inscrito(a) no CPF sob o nr. 484.283.884-15.

Aparecida Queiroga de Melo Medeiros

APARECIDA QUEIROGA DE MELO MEDEIROS, Brasileiro(a), casado(a) - comunhao parcial, do lar, residente em POMBAL-PB, portador(a) do(a) CARTEIRA DE IDENTIDADE nr. 1273016/SSDS PB e inscrito(a) no CPF sob o nr. 441.992.014-91.

- continua na página 17 -

Arthur Alves de Medeiros



Continuação do(a) CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO PARA O FINANCIAMENTO DE ENCARGOS EDUCACIONAIS AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR, CELEBRADO COM O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE), REPRESENTADO PELO BANCO DO BRASIL S.A., NA QUALIDADE DE MANDATÁRIO e ARTHUR ALVES DE MEDEIROS.

TESTEMUNHAS

Nayla H. C. da Silva

Nome:

CPF: 089.887.424-60

Nayara K. de N. Seabra

Nome:

CPF: 013.980.524-02

Y Arthur Alves de Medeiros

9

José Juliana de Medeiros
Aparecida Queiroz de Melo Medeiros

João Carlos Lucena de Medeiros -
Euzenete Alves de Sousa Medeiros.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
FUNDO DE FINANCIAMENTO AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR

CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO ANEXO AO CONTRATO NR. 015.104.733 DE ABERTURA DE CREDITO PARA O FINANCIAMENTO DE ENCARGOS EDUCACIONAIS AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR, CELEBRADO COM O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO (FNDE), REPRESENTADO PELO BANCO DO BRASIL S.A., NA QUALIDADE DE MANDATARIO.

CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO

- a) O cronograma possui caráter meramente ilustrativo e tem por objetivo disponibilizar informações aproximadas sobre a sua dívida futura, bem como sobre o montante de recursos a serem despendidos mensalmente para quitá-la;
- b) O cronograma aqui realizado considera o dia de hoje como data de assinatura do contrato;
- c) Os valores das prestações são calculados considerando os dados do financiamento.

FASES DO FINANCIAMENTO:

- 1 - UTILIZAÇÃO: período em que o(a) FINANCIADO(A) está estudando e utilizando o financiamento de forma regular. Ao longo deste período, o estudante financiado fica obrigado a pagar trimestralmente os juros incidentes sobre o financiamento, limitados a R\$ 50,00 (cinquenta reais).
- 2 - CARÊNCIA: período que tem o prazo de 18 (dezoito) meses contados a partir da data imediatamente subsequente ao término da fase de utilização. Durante este período, o estudante financiado fica obrigado a pagar os mesmos juros previstos na fase de utilização.
- 3 - AMORTIZAÇÃO: período que se inicia a partir da data imediatamente subsequente ao término da fase de carência e tem o prazo de até 3 (três) vezes o prazo de utilização, acrescido de 12 meses. Nesta fase, o saldo devedor do financiamento é amortizado com base no valor apurado mediante a aplicação da Tabela "Price", em parcelas mensais, iguais e sucessivas.

DADOS DO FINANCIAMENTO:

Prazo de utilização.....: 60 (meses)
Taxa de juros a.a.....: 3,4%
Valor da 1ª semestralidade financiada...: R\$5.310,00
Valor do total do financiamento.....: R\$53.100,00
Mês de início do benefício (prazo).....: 01/2013
Data de início do financiamento (juros): 10/04/2013
Prazo da fase de Carência.....: 18 (meses)
Data de início da fase de carência.....: 11/12/2017
Prazo da fase de Amortização.....: 192 (meses)
Data de início da fase de amortização...: 10/07/2019

continua na pagina 2 -

por Carlos Pereira de Medeiros,
Guzinere Alves de Sousa Medeiros

Fori Guaru de Medeiros.
Guzinere Alves de Sousa Medeiros



Continuacao do CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO ANEXO AO CONTRATO NR. 015.104.733 DE ABERTURA DE CREDITO PARA O FINANCIAMENTO DE ENCARGOS EDUCACIONAIS AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR, CELEBRADO COM O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO (FNDE), REPRESENTADO PELO BANCO DO BRASIL S.A., NA QUALIDADE DE MANDATARIO e ARTHUR ALVES DE MEDEIROS.

Prazo total do contrato.....: 270 (meses)
Data vencimento do contrato.....: 10/06/2035

Semestre do início do financiamento.....: 1º semestre de 2013

Quantidade de semestres do curso.....: 10

Quantidade de semestres já concluídos...: 0

Quantidade de semestres a serem financiados: 10

Percentual de financiamento.....: 100,00%

Valor da mensalidade.....: R\$885,00

Prazo de carência.....: 18 (meses)

Data de assinatura do contrato.....: 15/04/2013

Dia do mês p/ vencimento das parcelas...: 10

Fase.....: Utilização

Início.....: 10.04.2013

Prazo.....: 60

Saldo Inicial..: R\$ 3.540,00

Saldo Final....: R\$ 56.706,55

Juros	Amortiz	Parcela	Liberado	Saldo Atual	Data de Nro Venc
0,00	0,00	0,00	3.540,00	3.540,00 -	10/04/13
9,74	0,00	0,00	885,00	4.434,74 -	10/05/13
12,61	22,35	22,35	885,00	5.310,00 1	10/06/13
14,61	0,00	0,00	885,00	6.209,61 -	10/07/13
17,66	0,00	0,00	885,00	7.112,27 -	10/08/13
20,23	52,50	50,00	885,00	7.967,50 2	10/09/13
21,93	0,00	0,00	885,00	8.874,43 -	10/10/13
25,24	0,00	0,00	885,00	9.784,67 -	10/11/13
26,93	74,10	50,00	885,00	10.646,60 3	10/12/13
30,28	0,00	0,00	885,00	11.561,88 -	10/01/14
32,88	0,00	0,00	885,00	12.479,76 -	10/02/14
32,05	95,21	50,00	885,00	13.346,81 4	10/03/14
37,95	0,00	0,00	885,00	14.269,76 -	10/04/14
39,27	0,00	0,00	885,00	15.194,03 -	10/05/14
43,21	120,43	50,00	885,00	16.072,24 5	10/06/14
44,23	0,00	0,00	885,00	17.001,47 -	10/07/14
48,35	0,00	0,00	885,00	17.934,82 -	10/08/14
51,00	143,58	50,00	885,00	18.820,82 6	10/09/14
51,79	0,00	0,00	885,00	19.757,61 -	10/10/14
56,18	0,00	0,00	885,00	20.698,79 -	10/11/14
56,96	164,93	50,00	885,00	21.590,75 7	10/12/14

Arthur Alves de Medeiros

João Carlos Ferreira de Medeiros

Guizete Alves de Sousa Medeiros

- continua na pagina 3 -

Continuacao do CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO ANEXO AO CONTRATO NR. 015.104.733 DE ABERTURA DE CREDITO PARA O FINANCIAMENTO DE ENCARGOS EDUCACIONAIS AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR, CELEBRADO COM O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO (FNDE), REPRESENTADO PELO BANCO DO BRASIL S.A., NA QUALIDADE DE MANDATARIO e ARTHUR ALVES DE MEDEIROS.

61,40	0,00	0,00	885,00	22.537,15	-	10/01/15
64,09	0,00	0,00	885,00	23.486,24	-	10/02/15
60,32	185,81	50,00	885,00	24.381,56	8	10/03/15
69,33	0,00	0,00	885,00	25.335,89	-	10/04/15
69,72	0,00	0,00	885,00	26.290,61	-	10/05/15
74,76	213,81	50,00	885,00	27.200,37	9	10/06/15
74,85	0,00	0,00	885,00	28.160,22	-	10/07/15
80,08	0,00	0,00	885,00	29.125,30	-	10/08/15
82,82	237,75	50,00	885,00	30.043,12	10	10/09/15
82,67	0,00	0,00	885,00	31.010,79	-	10/10/15
88,19	0,00	0,00	885,00	31.983,98	-	10/11/15
88,01	258,87	50,00	885,00	32.906,99	11	10/12/15
93,32	0,00	0,00	885,00	33.885,31	-	10/01/16
96,10	0,00	0,00	885,00	34.866,41	-	10/02/16
92,49	281,91	50,00	885,00	35.793,90	12	10/03/16
101,51	0,00	0,00	885,00	36.780,41	-	10/04/16
100,94	0,00	0,00	885,00	37.766,35	-	10/05/16
107,10	309,55	50,00	885,00	38.708,45	13	10/06/16
106,23	0,00	0,00	885,00	39.699,68	-	10/07/16
112,59	0,00	0,00	885,00	40.697,27	-	10/08/16
115,41	334,23	50,00	885,00	41.647,68	14	10/09/16
114,29	0,00	0,00	885,00	42.646,97	-	10/10/16
120,94	0,00	0,00	885,00	43.652,91	-	10/11/16
119,80	355,03	50,00	885,00	44.607,71	15	10/12/16
126,85	0,00	0,00	885,00	45.619,56	-	10/01/17
129,73	0,00	0,00	885,00	46.634,29	-	10/02/17
119,76	376,34	50,00	885,00	47.589,05	16	10/03/17
135,33	0,00	0,00	885,00	48.609,38	-	10/04/17
133,77	0,00	0,00	885,00	49.628,15	-	10/05/17
141,13	410,23	50,00	885,00	50.604,28	17	10/06/17
139,26	0,00	0,00	885,00	51.628,54	-	10/07/17
146,82	0,00	0,00	885,00	52.660,36	-	10/08/17
149,75	435,83	50,00	885,00	53.645,11	18	10/09/17
147,62	0,00	0,00	885,00	54.677,73	-	10/10/17
155,49	0,00	0,00	885,00	55.718,22	-	10/11/17
153,33	456,44	50,00	885,00	56.706,55	19	10/12/17

Fase.....: Carência
 Início.....: 10.01.2018
 Prazo.....: 18
 Saldo Inicial.: R\$ 56.706,55
 Saldo Final...: R\$ 59.313,94

Juros Amortiz Parcela Liberado Saldo Data de
 Arthur Alves de Medeiros - continua na pagina 4 -
 José Carlos Ferreira de Medeiros
 Luzinete Alves de Souza Medeiros

José Carlos Ferreira de Medeiros
Francisco Queiroz de Melo Medeiros



Continuacao do CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO ANEXO AO CONTRATO NR. 015.104.733 DE ABERTURA DE CREDITO PARA O FINANCIAMENTO DE ENCARGOS EDUCACIONAIS AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR, CELEBRADO COM O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO (FNDE), REPRESENTADO PELO BANCO DO BRASIL S.A., NA QUALIDADE DE MANDATARIO e ARTHUR ALVES DE MEDEIROS.

161,26	0,00	0,00	0,00	56.867,81	-	10/01/18
161,72	0,00	0,00	0,00	57.029,53	-	10/02/18
146,46	469,44	50,00	0,00	57.125,99	20	10/03/18
162,45	0,00	0,00	0,00	57.288,44	-	10/04/18
157,65	0,00	0,00	0,00	57.446,09	-	10/05/18
163,36	483,46	50,00	0,00	57.559,45	21	10/06/18
158,39	0,00	0,00	0,00	57.717,84	-	10/07/18
164,13	0,00	0,00	0,00	57.881,97	-	10/08/18
164,60	487,12	50,00	0,00	57.996,57	22	10/09/18
159,60	0,00	0,00	0,00	58.156,17	-	10/10/18
165,38	0,00	0,00	0,00	58.321,55	-	10/11/18
160,49	485,47	50,00	0,00	58.432,04	23	10/12/18
166,16	0,00	0,00	0,00	58.598,20	-	10/01/19
166,64	0,00	0,00	0,00	58.764,84	-	10/02/19
150,92	483,72	50,00	0,00	58.865,76	24	10/03/19
167,40	0,00	0,00	0,00	59.033,16	-	10/04/19
162,45	0,00	0,00	0,00	59.195,61	-	10/05/19
168,33	498,18	50,00	0,00	59.313,94	25	10/06/19

Fase.....: Amortização
Início.....: 10.07.2019
Prazo.....: 192
Saldo Inicial.: R\$ 59.313,94
Saldo Final....: R\$ 0,00

Juros	Amortiz	Parcela	Liberado	Saldo Atual	Data de Nro Venc
165,49	399,45	399,45	0,00	59.079,98	26 10/07/19
164,83	399,45	399,45	0,00	58.845,36	27 10/08/19
164,18	399,45	399,45	0,00	58.610,09	28 10/09/19
163,52	399,45	399,45	0,00	58.374,16	29 10/10/19
162,86	399,45	399,45	0,00	58.137,57	30 10/11/19
162,20	399,45	399,45	0,00	57.900,32	31 10/12/19
161,54	399,45	399,45	0,00	57.662,41	32 10/01/20
160,88	399,45	399,45	0,00	57.423,84	33 10/02/20
160,21	399,45	399,45	0,00	57.184,60	34 10/03/20
159,55	399,45	399,45	0,00	56.944,70	35 10/04/20
158,88	399,45	399,45	0,00	56.704,13	36 10/05/20
158,21	399,45	399,45	0,00	56.462,89	37 10/06/20
157,53	399,45	399,45	0,00	56.220,97	38 10/07/20
156,86	399,45	399,45	0,00	55.978,38	39 10/08/20
156,18	399,45	399,45	0,00	55.735,11	40 10/09/20
155,50	399,45	399,45	0,00	55.491,16	41 10/10/20

Arthur Alves de Medeiros

- continua na pagina 5 -

João Carlos Lourenço de Medeiros

Euzinere Alves de Sousa Medeiros



Continuacao do CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO ANEXO AO CONTRATO NR. 015.104.733 DE ABERTURA DE CREDITO PARA O FINANCIAMENTO DE ENCARGOS EDUCACIONAIS AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR, CELEBRADO COM O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO (FNDE), REPRESENTADO PELO BANCO DO BRASIL S.A., NA QUALIDADE DE MANDATARIO e ARTHUR ALVES DE MEDEIROS.

154,82	399,45	399,45	0,00	55.246,53	42	10/11/20
154,14	399,45	399,45	0,00	55.001,22	43	10/12/20
153,45	399,45	399,45	0,00	54.755,22	44	10/01/21
152,77	399,45	399,45	0,00	54.508,54	45	10/02/21
152,08	399,45	399,45	0,00	54.261,17	46	10/03/21
151,39	399,45	399,45	0,00	54.013,11	47	10/04/21
150,70	399,45	399,45	0,00	53.764,36	48	10/05/21
150,00	399,45	399,45	0,00	53.514,91	49	10/06/21
149,31	399,45	399,45	0,00	53.264,77	50	10/07/21
148,61	399,45	399,45	0,00	53.013,93	51	10/08/21
147,91	399,45	399,45	0,00	52.762,39	52	10/09/21
147,21	399,45	399,45	0,00	52.510,15	53	10/10/21
146,50	399,45	399,45	0,00	52.257,20	54	10/11/21
145,80	399,45	399,45	0,00	52.003,55	55	10/12/21
145,09	399,45	399,45	0,00	51.749,19	56	10/01/22
144,38	399,45	399,45	0,00	51.494,12	57	10/02/22
143,67	399,45	399,45	0,00	51.238,34	58	10/03/22
142,96	399,45	399,45	0,00	50.981,85	59	10/04/22
142,24	399,45	399,45	0,00	50.724,64	60	10/05/22
141,52	399,45	399,45	0,00	50.466,71	61	10/06/22
140,80	399,45	399,45	0,00	50.208,06	62	10/07/22
140,08	399,45	399,45	0,00	49.948,69	63	10/08/22
139,36	399,45	399,45	0,00	49.688,60	64	10/09/22
138,63	399,45	399,45	0,00	49.427,78	65	10/10/22
137,90	399,45	399,45	0,00	49.166,23	66	10/11/22
137,17	399,45	399,45	0,00	48.903,95	67	10/12/22
136,44	399,45	399,45	0,00	48.640,94	68	10/01/23
135,71	399,45	399,45	0,00	48.377,20	69	10/02/23
134,97	399,45	399,45	0,00	48.112,72	70	10/03/23
134,23	399,45	399,45	0,00	47.847,50	71	10/04/23
133,49	399,45	399,45	0,00	47.581,54	72	10/05/23
132,75	399,45	399,45	0,00	47.314,84	73	10/06/23
132,01	399,45	399,45	0,00	47.047,40	74	10/07/23
131,26	399,45	399,45	0,00	46.779,21	75	10/08/23
130,51	399,45	399,45	0,00	46.510,27	76	10/09/23
129,76	399,45	399,45	0,00	46.240,58	77	10/10/23
129,01	399,45	399,45	0,00	45.970,14	78	10/11/23
128,26	399,45	399,45	0,00	45.698,95	79	10/12/23
127,50	399,45	399,45	0,00	45.427,00	80	10/01/24
126,74	399,45	399,45	0,00	45.154,29	81	10/02/24
125,98	399,45	399,45	0,00	44.880,82	82	10/03/24
125,22	399,45	399,45	0,00	44.606,59	83	10/04/24
124,45	399,45	399,45	0,00	44.331,59	84	10/05/24
123,68	399,45	399,45	0,00	44.055,82	85	10/06/24
122,92	399,45	399,45	0,00	43.779,29	86	10/07/24

Arthur Alves de Medeiros - continua na pagina 6 -

João Carlos Ferreira de Medeiros.

Euzinete Alves de Souza Medeiros.

Jose Carlos de Medeiros.
Operadora Auxiliar de Nelo Medeiros



Continuacao do CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO ANEXO AO CONTRATO NR. 015.104.733 DE ABERTURA DE CREDITO PARA O FINANCIAMENTO DE ENCARGOS EDUCACIONAIS AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR, CELEBRADO COM O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO (FNDE), REPRESENTADO PELO BANCO DO BRASIL S.A., NA QUALIDADE DE MANDATARIO e ARTHUR ALVES DE MEDEIROS.

122,14	399,45	399,45	0,00	43.501,98	87	10/08/24
121,37	399,45	399,45	0,00	43.223,90	88	10/09/24
120,59	399,45	399,45	0,00	42.945,04	89	10/10/24
119,82	399,45	399,45	0,00	42.665,41	90	10/11/24
119,04	399,45	399,45	0,00	42.385,00	91	10/12/24
118,25	399,45	399,45	0,00	42.103,80	92	10/01/25
117,47	399,45	399,45	0,00	41.821,82	93	10/02/25
116,68	399,45	399,45	0,00	41.539,05	94	10/03/25
115,89	399,45	399,45	0,00	41.255,49	95	10/04/25
115,10	399,45	399,45	0,00	40.971,14	96	10/05/25
114,31	399,45	399,45	0,00	40.686,00	97	10/06/25
113,51	399,45	399,45	0,00	40.400,06	98	10/07/25
112,72	399,45	399,45	0,00	40.113,33	99	10/08/25
111,92	399,45	399,45	0,00	39.825,80	100	10/09/25
111,11	399,45	399,45	0,00	39.537,46	101	10/10/25
110,31	399,45	399,45	0,00	39.248,32	102	10/11/25
109,50	399,45	399,45	0,00	38.958,37	103	10/12/25
108,69	399,45	399,45	0,00	38.667,61	104	10/01/26
107,88	399,45	399,45	0,00	38.376,04	105	10/02/26
107,07	399,45	399,45	0,00	38.083,66	106	10/03/26
106,25	399,45	399,45	0,00	37.790,46	107	10/04/26
105,43	399,45	399,45	0,00	37.496,44	108	10/05/26
104,61	399,45	399,45	0,00	37.201,60	109	10/06/26
103,79	399,45	399,45	0,00	36.905,94	110	10/07/26
102,97	399,45	399,45	0,00	36.609,46	111	10/08/26
102,14	399,45	399,45	0,00	36.312,15	112	10/09/26
101,31	399,45	399,45	0,00	36.014,01	113	10/10/26
100,48	399,45	399,45	0,00	35.715,04	114	10/11/26
99,64	399,45	399,45	0,00	35.415,23	115	10/12/26
98,81	399,45	399,45	0,00	35.114,59	116	10/01/27
97,97	399,45	399,45	0,00	34.813,11	117	10/02/27
97,13	399,45	399,45	0,00	34.510,79	118	10/03/27
96,28	399,45	399,45	0,00	34.207,62	119	10/04/27
95,44	399,45	399,45	0,00	33.903,61	120	10/05/27
94,59	399,45	399,45	0,00	33.598,75	121	10/06/27
93,74	399,45	399,45	0,00	33.293,04	122	10/07/27
92,89	399,45	399,45	0,00	32.986,48	123	10/08/27
92,03	399,45	399,45	0,00	32.679,06	124	10/09/27
91,17	399,45	399,45	0,00	32.370,78	125	10/10/27
90,31	399,45	399,45	0,00	32.061,64	126	10/11/27
89,45	399,45	399,45	0,00	31.751,64	127	10/12/27
88,59	399,45	399,45	0,00	31.440,78	128	10/01/28
87,72	399,45	399,45	0,00	31.129,05	129	10/02/28
86,85	399,45	399,45	0,00	30.816,45	130	10/03/28
85,98	399,45	399,45	0,00	30.502,98	131	10/04/28

Arthur Alves de Medeiros

João Carlos Ferreira de Medeiros

Guizete Alves de Sousa Medeiros

- continua na pagina 7 -



Continuacao do CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO ANEXO AO CONTRATO NR. 015.104.733 DE ABERTURA DE CREDITO PARA O FINANCIAMENTO DE ENCARGOS EDUCACIONAIS AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR, CELEBRADO COM O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO (FNDE), REPRESENTADO PELO BANCO DO BRASIL S.A., NA QUALIDADE DE MANDATARIO e ARTHUR ALVES DE MEDEIROS.

85,10	399,45	399,45	0,00	30.188,63	132	10/05/28
84,22	399,45	399,45	0,00	29.873,40	133	10/06/28
83,34	399,45	399,45	0,00	29.557,29	134	10/07/28
82,46	399,45	399,45	0,00	29.240,30	135	10/08/28
81,58	399,45	399,45	0,00	28.922,43	136	10/09/28
80,69	399,45	399,45	0,00	28.603,67	137	10/10/28
79,80	399,45	399,45	0,00	28.284,02	138	10/11/28
78,91	399,45	399,45	0,00	27.963,48	139	10/12/28
78,02	399,45	399,45	0,00	27.642,05	140	10/01/29
77,12	399,45	399,45	0,00	27.319,72	141	10/02/29
76,22	399,45	399,45	0,00	26.996,49	142	10/03/29
75,32	399,45	399,45	0,00	26.672,36	143	10/04/29
74,41	399,45	399,45	0,00	26.347,32	144	10/05/29
73,51	399,45	399,45	0,00	26.021,38	145	10/06/29
72,60	399,45	399,45	0,00	25.694,53	146	10/07/29
71,69	399,45	399,45	0,00	25.366,77	147	10/08/29
70,77	399,45	399,45	0,00	25.038,09	148	10/09/29
69,85	399,45	399,45	0,00	24.708,49	149	10/10/29
68,93	399,45	399,45	0,00	24.377,97	150	10/11/29
68,01	399,45	399,45	0,00	24.046,53	151	10/12/29
67,09	399,45	399,45	0,00	23.714,17	152	10/01/30
66,16	399,45	399,45	0,00	23.380,88	153	10/02/30
65,23	399,45	399,45	0,00	23.046,66	154	10/03/30
64,30	399,45	399,45	0,00	22.711,51	155	10/04/30
63,36	399,45	399,45	0,00	22.375,42	156	10/05/30
62,42	399,45	399,45	0,00	22.038,39	157	10/06/30
61,48	399,45	399,45	0,00	21.700,42	158	10/07/30
60,54	399,45	399,45	0,00	21.361,51	159	10/08/30
59,60	399,45	399,45	0,00	21.021,66	160	10/09/30
58,65	399,45	399,45	0,00	20.680,86	161	10/10/30
57,70	399,45	399,45	0,00	20.339,11	162	10/11/30
56,74	399,45	399,45	0,00	19.996,40	163	10/12/30
55,79	399,45	399,45	0,00	19.652,74	164	10/01/31
54,83	399,45	399,45	0,00	19.308,12	165	10/02/31
53,87	399,45	399,45	0,00	18.962,54	166	10/03/31
52,90	399,45	399,45	0,00	18.615,99	167	10/04/31
51,94	399,45	399,45	0,00	18.268,48	168	10/05/31
50,97	399,45	399,45	0,00	17.920,00	169	10/06/31
49,99	399,45	399,45	0,00	17.570,54	170	10/07/31
49,02	399,45	399,45	0,00	17.220,11	171	10/08/31
48,04	399,45	399,45	0,00	16.868,70	172	10/09/31
47,06	399,45	399,45	0,00	16.516,31	173	10/10/31
46,08	399,45	399,45	0,00	16.162,94	174	10/11/31
45,09	399,45	399,45	0,00	15.808,58	175	10/12/31
44,10	399,45	399,45	0,00	15.453,23	176	10/01/32

Arthur Alves de Medeiros

João Carlos Fonseca de Medeiros.

Cezinete Alves de Sousa Medeiros

- continua na pagina 8 -

João Carlos Fonseca de Medeiros



Continuacao do CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO ANEXO AO CONTRATO NR. 015.104.733 DE ABERTURA DE CREDITO PARA O FINANCIAMENTO DE ENCARGOS EDUCACIONAIS AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR, CELEBRADO COM O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO (FNDE), REPRESENTADO PELO BANCO DO BRASIL S.A., NA QUALIDADE DE MANDATARIO e ARTHUR ALVES DE MEDEIROS.

43,11	399,45	399,45	0,00	15.096,89	177	10/02/32
42,12	399,45	399,45	0,00	14.739,56	178	10/03/32
41,12	399,45	399,45	0,00	14.381,23	179	10/04/32
40,12	399,45	399,45	0,00	14.021,90	180	10/05/32
39,12	399,45	399,45	0,00	13.661,57	181	10/06/32
38,11	399,45	399,45	0,00	13.300,23	182	10/07/32
37,10	399,45	399,45	0,00	12.937,88	183	10/08/32
36,09	399,45	399,45	0,00	12.574,52	184	10/09/32
35,08	399,45	399,45	0,00	12.210,15	185	10/10/32
34,06	399,45	399,45	0,00	11.844,76	186	10/11/32
33,04	399,45	399,45	0,00	11.478,35	187	10/12/32
32,02	399,45	399,45	0,00	11.110,92	188	10/01/33
31,00	399,45	399,45	0,00	10.742,47	189	10/02/33
29,97	399,45	399,45	0,00	10.372,99	190	10/03/33
28,94	399,45	399,45	0,00	10.002,48	191	10/04/33
27,90	399,45	399,45	0,00	9.630,93	192	10/05/33
26,87	399,45	399,45	0,00	9.258,35	193	10/06/33
25,83	399,45	399,45	0,00	8.884,73	194	10/07/33
24,78	399,45	399,45	0,00	8.510,06	195	10/08/33
23,74	399,45	399,45	0,00	8.134,35	196	10/09/33
22,69	399,45	399,45	0,00	7.757,59	197	10/10/33
21,64	399,45	399,45	0,00	7.379,78	198	10/11/33
20,59	399,45	399,45	0,00	7.000,92	199	10/12/33
19,53	399,45	399,45	0,00	6.621,00	200	10/01/34
18,47	399,45	399,45	0,00	6.240,02	201	10/02/34
17,41	399,45	399,45	0,00	5.857,98	202	10/03/34
16,34	399,45	399,45	0,00	5.474,87	203	10/04/34
15,27	399,45	399,45	0,00	5.090,69	204	10/05/34
14,20	399,45	399,45	0,00	4.705,44	205	10/06/34
13,12	399,45	399,45	0,00	4.319,11	206	10/07/34
12,05	399,45	399,45	0,00	3.931,71	207	10/08/34
10,96	399,45	399,45	0,00	3.543,22	208	10/09/34
9,88	399,45	399,45	0,00	3.153,65	209	10/10/34
8,79	399,45	399,45	0,00	2.762,99	210	10/11/34
7,70	399,45	399,45	0,00	2.371,24	211	10/12/34
6,61	399,45	399,45	0,00	1.978,40	212	10/01/35
5,51	399,45	399,45	0,00	1.584,46	213	10/02/35
4,42	399,45	399,45	0,00	1.189,43	214	10/03/35
3,31	399,45	399,45	0,00	793,29	215	10/04/35
2,21	399,45	399,45	0,00	396,05	216	10/05/35
1,10	397,15	399,45	0,00	0,00	217	10/06/35

pre
Joaquim de
Garcia
Medeiros

Arthur Alves de Medeiros

PATOS-PB, 15 de abril de 2013.

José Carlos Fonseca de Medeiros.

Euzinete Alves de Sousa Medeiros



PATOS-PB, 15 de abril de 2013

Ao

BANCO DO BRASIL S.A.

PATOS-PB

REF.DÉBITO EM CONTA DE DEPÓSITOS.

Financiamento

nr.

015.104.733

Senhor(a) Gerente,

Pela presente autorizo esse Banco a promover, a débito de minha conta de depósitos, os valores referentes a liquidação, prestações, encargos financeiros e acessórios - quando dos respectivos vencimentos / exigibilidade - do financiamento acima indicado, que me foi concedido nesta data.

Arthur Alves de Medeiros

ARTHUR ALVES DE MEDEIROS

Agência/conta de depósitos: 0151-1/000.055.558-4

*Arte Autuena de Medeiros -
Apresenta Queiroz de Melo Medeiros*

*Arte Carlos Lourenço de Medeiros -
Euzinere Alves de Souza Medeiros.*

Digitalizada com CamScanner



Declaração de Isenção do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF)

Eu, Arthur Alves de Medeiros, RG/CNH nº 3272616,
órgão expedidor: SSP, UF: PS, CPF 069.992.444-80, endereço
Rua Venâncio Apolinário Gonçalves da Lima, CEP 58.701-375,
cidade de Patos, telefone(s) (83) 9.9802-4907, **DECLARO** ser
isento(a) da apresentação da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (DIRPF) no(s)
exercício(s) 2018/2019 por não incorrer em nenhuma das hipóteses de
obrigatoriedade estabelecidas pelas Instruções Normativas (IN) da Receita Federal do Brasil (RFB).

Esta declaração está em conformidade com a IN RFB nº 1548/2015 e a Lei nº 7.115/83*.

Declaro ainda, sob as penas da lei, serem verdadeiras todas as informações acima prestadas.

Patos - PB, 02 de Junho de 2020.

Arthur Alves de Medeiros

Assinatura

*Esclarecemos que a Receita Federal do Brasil não emite declaração de que o(a) cidadão(ã) está isento(a) de apresentar a Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (DIRPF), pois a Instrução Normativa RFB nº 1548, de 25 de fevereiro de 2015, regula que, a partir do ano de 2008, deixa de existir a Declaração Anual de Isento. Ademais, a Lei nº 7.115/83 assegura que a isenção poderá ser comprovada mediante declaração escrita e assinada pelo próprio interessado. Mais informações podem ser obtidas na página da RFB na *internet*, no seguinte endereço eletrônico: <http://receita.economia.gov.br/orientacao/tributaria/declaracoes-e-demonstrativos/dai-declaracao-anual-de-isento>

LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983.

Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. . 1º - A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, hominímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.

Parágrafo único - O dispositivo neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

Art. . 2º - Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável.

Art. . 3º - A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

Art. . 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. . 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Digitalizada com CamScanner



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Eu, Arthur Alves de Medeiros
brasileiro(a), estado civil solteiro, profissão advogado
nascido(a) em 21/02/1990, inscrito(a) no CPF sob o nº 069.992.444-80 e
RG nº 3272816, residente na Rua Venâncio Apolinário Jr. da Silva,
Bairro Jardim Guaraná, na cidade de Patos
Estado Paraíba, CEP 58701-375, fone (83) 9.9802-4907
e-mail: arthur.medeiros.adv@outlook.com declaro sob as penas da lei que não
posso condições financeiras de arcar com os encargos processuais sem afetar o meu
sustento e o da minha própria família.

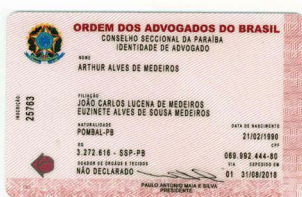
Por isso requero a Vossa Excelência, a concessão dos benefícios da Gratuidade da Justiça,
para o exercício de meus direitos e garantias fundamentais constitucionalmente
assegurados.

Nesta data, em 2/6/2020.

Arthur Alves de Medeiros

Declarante





Ao SENHOR PRESIDENTE DA CAAPB - CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS
ADVOGADOS DA PARAÍBA.

Arthur Alves de Medeiros, advogado(a),
nscrito(a) na OAB/PB sob o nº 25.763 com endereço/escritório na Rua/Av
Vereador Apolônio Gonçalves de Lima, nº
402, Bairro Jardim Guaraná Cidade Patos (PB),
telefone residencial () (83) telefone profissional
9.9802-4907 celular (83) 9.9802-4907, e-mail
arthurmedeirosadv@outlook.com requer, nos termos da Resolução 003/2020, a
concessão de **AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO EMERGENCIAL**, instruindo o pedido
com os seguintes documentos:

- (1) Cópia do cartão da OAB/PB;
- (2) Cópia da declaração do Imposto de Renda (2018/2019) do requerente e do (a)
espos(a) ou companheiro(a), e, em caso de isenção, declaração em conformidade com
Lei 7.115/83 e IN RFB nº 1548/2015 (encontrado no site
<https://receita.economia.gov.br/>);
- (3) Certidão de quitação da anuidade junto a OAB/PB (até 2019);
- (4) Comprovante atual de residência;
- (5) Declaração, sob as penas da lei, de carência econômica ou hipossuficiência.
- (6) Dados da conta para depósito:

Banco: 001, agência: 051-1, conta nº: 65558-4

Titular: Arthur Alves de Medeiros

Nestes Termos.



Pede Deferimento.


Patos - PB, 02 junho de 2020

Declaro que as cópias conferem com os originais.

Arthur Alves de Medeiros



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 100.2.21.02580/01
			Data de emissão: 20/07/2021
Nº do Processo: 0800944-37.2019.815.0251	Comarca: Tribunal de Justiça	Classe Processual: APELACAO - CIVEL - 198	Data de vencimento: 31/07/2021
Número da 100.2021.602580 Tipo da Custas de Recursos			UFR vigente: R\$ 55,56
Detalhamento - Custas Processuais: R\$ 333,36 - Taxa bancária: R\$ 1,38			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Promovente RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA Promovido: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO Valor da causa: R\$ 12.656,25			Parcela: 1/1
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			Valor total: R\$ 334,74
866700000031 347409283186 520210731102 022102580010 			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 334,74

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 100.2.21.02580/01
			Data de emissão: 20/07/2021
Nº do Processo: 0800944-37.2019.815.0251	Comarca: Tribunal de Justiça	Classe Processual: APELACAO - CIVEL - 198	Data de vencimento: 31/07/2021
Número da 100.2021.602580 Tipo de Custas de Recursos			UFR vigente: R\$ 55,56
Promovente RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA Promovido: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. e outro(s) Valor da causa: R\$ 12.656,25			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Detalhamento - Custas Processuais: R\$ 333,36 - Taxa bancária: R\$ 1,38			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 334,74
			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 334,74

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 100.2.21.02580/01
			Data de emissão: 20/07/2021
Nº do Processo: 0800944-37.2019.815.0251	Comarca: Tribunal de Justiça	Classe Processual: APELACAO - CIVEL - 198	Data de vencimento: 31/07/2021
Número da 100.2021.602580 Tipo de Custas de Recursos			UFR vigente: R\$ 55,56
Detalhamento - Custas Processuais: R\$ 333,36 - Taxa bancária: R\$ 1,38			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Promovente RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA Promovido: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO Valor da causa: R\$ 12.656,25			Parcela: 1/1
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			Valor total: R\$ 334,74
866700000031 347409283186 520210731102 022102580010 			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 334,74





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
Gabinete Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº. 0800944-37.2019.815.0251

02/01

RELATOR : Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos

EMBARGANTE : Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

ADVOGADO : Suélio Moreira Torres (OAB/PB nº 15.477-A)

EMBARGADO : Richard Nixon Cabral

ADVOGADOS : Arthur Alves de Medeiros (OAB/PB nº 25.763)

Alberto Leite de Sousa Pires (OAB/PB nº 17.997)

Vistos, etc.

Peço dia para julgamento em sessão virtual.

João Pessoa, 03 de agosto de 2021.

Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos

Relator





Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba

Fica Vossa Excelência Intimado(a) da 29ª SESSÃO VIRTUAL da 2ª Câmara Cível a realizar-se no dia 23-08-2021 às 14:00 até 30-08-2021.





Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba

Fica Vossa Excelência Intimado(a) da 29ª SESSÃO VIRTUAL da 2ª Câmara Cível a realizar-se de 23/08/2021 às 14:00 até 30/08/2021.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba
Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos

Processo nº: 0800944-37.2019.8.15.0251

02

Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198)

Assuntos: [Acidente de Trânsito]

APELANTE: RICHARD NIXON CABRAL DE MOURA

APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

REPRESENTANTE: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

Vistos etc.

Defiro a gratuidade judiciária requerida na petição acostada no ID. 11755846, com efeito "ex nunc".

Relativamente aos demais termos do pedido, já havendo sido designada data para julgamento dos embargos de declaração opostos pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, aguarde-se a realização da sessão.

Após o julgamento, providencie-se nova conclusão dos autos para análise e deliberação acerca da petição suso referida.

João Pessoa, datado e assinado eletronicamente.



ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CERTIDÃO DE JULGAMENTO

Certifico, para que produza os devidos efeitos legais, que os integrantes da Segunda Câmara Cível deste Egrégio Tribunal, apreciando o Processo nº 0800944-37.2019.8.15.0251, da 29ª Sessão Virtual no período de 23 de agosto a 30 de agosto de 2021 assim decidiram:

“Embargos rejeitados, à unanimidade, nos termos do voto do relator”.

Participaram do julgamento o relator o Exmo Des Abraham Lincoln da Cunha Ramos, Exmo Des. José Aurélio da Cruz, o Exmo Des. Luiz Silvio Ramalho Júnior.

ACOMPANHOU COMO REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO: *Dr. Aristóteles Ferreira de Santana, Procuradora de Justiça.*

Sala de Sessões da Segunda Câmara Especializada Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, João Pessoa 30 de agosto de 2021.

Dayse Feitosa Negócio Torres

SUPERVISORA DA 2ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL





Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba
Segunda Câmara Especializada Cível
Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos

A C Ó R D ã O

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº. 0800944-37.2019.815.0251

02/01

RELATOR : Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos

EMBARGANTE : Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

ADVOGADO : Suélio Moreira Torres (OAB/PB nº 15.477-A)

EMBARGADO : Richard Nixon Cabral

ADVOGADOS : Arthur Alves de Medeiros (OAB/PB nº 25.763)

Alberto Leite de Sousa Pires (OAB/PB nº 17.997)

PROCESSUAL CIVIL – Embargos de declaração com efeitos infringentes – Omissão, contradição ou obscuridade – Inexistência – Verificação de pronunciamento jurisdicional correspondente ao pedido do recurso – Rediscussão da matéria – Impossibilidade – Rejeição.

- Os embargos de declaração servem apenas para os casos em que a decisão embargada venha eivada de obscuridade, contradição ou omissão, não se prestando ao reexame do julgado, nem tampouco com caráter exclusivo de prequestionamento. Inexistindo quaisquer das hipóteses justificadoras, devem os mesmos ser rejeitados.



RELATÓRIO

Trata-se de embargos de declaração opostos por **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, contra os termos da decisão de Id.10392880, que, deu provimento ao apelo para modificar a fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais, na ação movida por **RICHARD NIXON CABRAL**.

Em suas razões, Id.10880973, a embargante sustentou que há omissão por não ter sido analisada a falta do recolhimento das custas, uma vez que o recurso era direcionado ao advogado, não tendo sido estendida a ele a gratuidade judicial.

Devidamente intimado, o embargado não apresentou contrarrazões, Id.11251674.

É o relato do essencial.

VOTO

“*Ab initio*”, antes de se enfrentar o âmago dos presentes embargos, faz-se mister a digressão acerca de seus pressupostos de admissibilidade específicos.

Segundo o preceito normativo do art. 1.022 do Código de Processo Civil, o recurso de Embargos de Declaração é cabível quando na decisão houver obscuridade, contradição, omissão ou erro material. Veja-se:

“Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:

I – esclarecer obscuridade ou eliminar contradição;

II – suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;

III – corrigir erro material.”

Obscuridade é o defeito consistente na difícil compreensão do texto da decisão. A contradição é a afirmação conflitante, quer na fundamentação, quer entre a fundamentação e a conclusão. A omissão ocorre quando a decisão há de ser complementada para resolver questão não resolvida, bem como nas



hipóteses elencadas no parágrafo único do art. 1.022, quais sejam: quando a decisão deixa de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento; e quando o *decisum* incorre em qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1º, do CPC.

Erro material, por sua vez, “*é aquele reconhecido primo ictu oculi, consistente em equívocos materiais sem conteúdo decisório propriamente dito, como a troca de uma legislação por outra, a consideração de data inexistente no processo ou uma inexatidão numérica; e não, aquele que decorre de juízo de valor ou de aplicação de uma norma jurídica sobre o(s) fato(s) do processo*”^[1].

A doutrina pátria não diverge da orientação legal. Por todos, confira-se o magistério dos insígnies mestres **NELSON e ROSA NERY**^[2]:

“Os Embargos de Declaração têm a finalidade de completar a decisão omissa ou, ainda, de clareá-la, dissipando obscuridades ou contradições. Não têm caráter substitutivo da decisão embargada, mas sim integrativo ou aclaratório. Como regra não tem caráter substitutivo, modificador ou infringente do julgado”.

No caso “*sub examine*”, verifica-se que os argumentos lançados pelo embargante têm como objetivo precípuo a reforma do julgado, para que se produza outro de acordo com o seu entendimento, ocorrendo apenas a rediscussão da matéria. O acórdão, contudo, foi proferido conforme as alegações e provas existentes nos autos e suficientes para o julgamento, especificando os fundamentos fático-jurídicos, sendo estes apenas contrários às argumentações recursais.

Desse modo, malgrado a irresignação do insurreto, o acórdão embargado encontra-se suficientemente fundamentado e motivado, inexistindo qualquer obscuridade, contradição ou omissão a ser sanada, sempre ressaltando o fato de não serem os embargos de declaração servíveis para adequar uma decisão ao entendimento do embargante ou rediscutir matéria objeto de julgamento, como pretende o ora embargante.

Como é cediço, fundamentando o “*decisum*” de forma clara e suficiente, não está o magistrado obrigado a se pronunciar sobre todas as teses e dispositivos legais suscitados pelo recorrente.

Neste contexto, inserem-se perfeitamente as seguintes inteligências jurisprudenciais:

“*PROCESSUAL CIVIL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 03/STJ. EMBARGOS DE*



DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO JULGADO. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JÁ DECIDIDA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Os embargos de declaração possuem a finalidade simples de suprir omissão, esclarecer obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material, vícios inexistentes.

2. A análise das razões recursais revela a pretensão da parte em alterar o resultado do decisum, o que é inviável nesta seara recursal.

3. É abusiva a conduta processual que (a) renova embargos de declaração sem causa jurídica ou fundamentação adequada; (b) não aponta nenhuma omissão ou vício no julgamento anterior; (c) visa modificar os fundamentos da decisão embargada; (d) reitera os anteriores embargos de declaração, no qual a matéria foi expressa e fundamentadamente aclarada; (e) retarda indevidamente o desfecho do processo (cf. EDcl nos EDcl no REsp 1292879/BA, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 26/06/2013).

4. Embargos de declaração rejeitados, com elevação da multa aplicada.

(EDcl nos EDcl nos EDcl nos EDcl no AgRg nos EDcl no RMS 46.678/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/05/2016, DJe 31/05/2016)” (grifei)

E:

“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO SEGUNDO AGRAVO REGIMENTAL NA AÇÃO RESCISÓRIA. AUSÊNCIA DE QUALQUER DOS VÍCIOS PREVISTOS NO ART. 535 DO CPC. TENTATIVA DE MERA REDISCUSSÃO DO QUE JÁ AFIRMADO PELO PLENÁRIO DESTA CORTE NO ACÓRDÃO EMBARGADO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. 1. O inconformismo que tem como real escopo a pretensão de reformar o decisum não pode prosperar, porquanto incorrentes as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, sendo inviável a revisão da decisão em sede de embargos de declaração, em face dos estreitos limites do art. 535 do CPC. 2. In casu, os embargos de declaração demonstram mera tentativa de rediscussão do que foi decidido pelo acórdão embargado, inobservando a embargante que os restritos limites desse recurso não permitem o re julgamento da causa. 3. O efeito modificativo pretendido pela embargante somente é possível em casos excepcionais e uma vez comprovada a obscuridade, contradição ou omissão do julgado, o que não ocorre no



caso sub examine. 4. Embargos de declaração desprovidos.

(AR 1584 AgR-segundo-ED, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 07/10/2015, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-214 DIVULG 26-10-2015 PUBLIC 27-10-2015)” (grifei)

Mais:

“**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO CABIMENTO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DISCUSSÃO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE. REITERAÇÃO DAS ALEGAÇÕES JÁ RECHAÇADAS POR ESTA RELATORIA NOS ACLARATÓRIOS ANTERIORES. CARÁTER PROTETÓRIO EVIDENCIADO. MULTA DO ART. 1.026, § 2º, DO CPC/2015 QUE SE IMPÕE. ACLARATÓRIOS REJEITADOS, COM IMPOSIÇÃO DE MULTA.**1. Os embargos de declaração objetivam sanar eventual existência de obscuridade, contradição, omissão ou erro material no julgado (CPC/2015, art. 1022). A ausência do enquadramento fático às hipóteses mencionadas não permite o acolhimento do presente recurso.**2. Os embargos de declaração, ante a ausência de omissão, obscuridade ou contradição no acórdão embargado, não constituem instrumento adequado ao prequestionamento de matéria constitucional. Precedentes.**3. É evidente o inconformismo da parte embargante com o resultado do julgamento e a intenção de reapreciação da causa, finalidade a que os aclaratórios não se destinam.**4. Embargos de declaração rejeitados com aplicação de multa. (EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp 491.182/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 08/03/2018)”** (grifei)

Por fim:

“**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO CONHECIDO. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 182/STJ. PRETENSÃO DE REEXAME DA MATÉRIA. EMBARGOS REJEITADOS.**1. Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição,



omissão ou erro material, consoante dispõe o art. 535, I e II, do CPC. No caso concreto, inexistem quaisquer desses vícios, pois as questões levantadas apenas traduzem o inconformismo com o teor da decisão embargada. 2. Se não superado o juízo de admissibilidade do recurso especial, é inviável o exame do mérito recursal. 3. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgRg no AREsp 150.180/GO, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 07/02/2013, DJe 21/02/2013)” (grifei)

Assim, “*in casu subjecto*”, esta Relatoria se manifestou de forma clara e precisa sobre o assunto dos autos:

“Assim, aplicando-se o supracitado dispositivo legal, os honorários devem ser fixados de forma equitativa, revela-se justo o importe de R\$ 800,00 (oitocentos reais).

Por tais razões, **DÁ-SE PROVIMENTO** ao apelo para modificar a sentença vergastada no tocante à condenação dos honorários sucumbenciais, na forma acima alvitrada.”

Vê-se, portanto, que toda a matéria foi devidamente enfrentada.

Pelo exposto, não havendo nenhum vício a ser corrigido no corpo do aresto embargado, não há motivos para a reforma da decisão desafiada.

Destarte, **REJEITO** os Embargos de Declaração.

É o voto.

João Pessoa, datado e assinado eletronicamente.



RELATÓRIO

Trata-se de embargos de declaração opostos por **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, contra os termos da decisão de Id.10392880, que, deu provimento ao apelo para modificar a fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais, na ação movida por **RICHARD NIXON CABRAL**.

Em suas razões, Id.10880973, a embargante sustentou que há omissão por não ter sido analisada a falta do recolhimento das custas, uma vez que o recurso era direcionado ao advogado, não tendo sido estendida a ele a gratuidade judicial.

Devidamente intimado, o embargado não apresentou contrarrazões, Id.11251674.

É o relato do essencial.



VOTO

“*Ab initio*”, antes de se enfrentar o âmagos dos presentes embargos, faz-se mister a digressão acerca de seus pressupostos de admissibilidade específicos.

Segundo o preceito normativo do art. 1.022 do Código de Processo Civil, o recurso de Embargos de Declaração é cabível quando na decisão houver obscuridade, contradição, omissão ou erro material. Veja-se:

“Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:

I – esclarecer obscuridade ou eliminar contradição;

II – suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;

III – corrigir erro material.”

Obscuridade é o defeito consistente na difícil compreensão do texto da decisão. A contradição é a afirmação conflitante, quer na fundamentação, quer entre a fundamentação e a conclusão. A omissão ocorre quando a decisão há de ser complementada para resolver questão não resolvida, bem como nas hipóteses elencadas no parágrafo único do art. 1.022, quais sejam: quando a decisão deixa de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento; e quando o *decisum* incorre em qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1º, do CPC.

Erro material, por sua vez, “*é aquele reconhecido primo ictu oculi, consistente em equívocos materiais sem conteúdo decisório propriamente dito, como a troca de uma legislação por outra, a consideração de data inexistente no processo ou uma inexatidão numérica; e não, aquele que decorre de juízo de valor ou de aplicação de uma norma jurídica sobre o(s) fato(s) do processo*”^[1].

A doutrina pátria não diverge da orientação legal. Por todos, confira-se o magistério dos insígnies mestres **NELSON e ROSA NERY**^[2]:

“Os Embargos de Declaração têm a finalidade de completar a decisão omissa ou, ainda, de clareá-la, dissipando obscuridades ou contradições. Não têm caráter substitutivo da decisão embargada, mas sim integrativo ou aclaratório. Como regra não tem caráter substitutivo, modificador ou infringente do julgado”.



No caso “*sub examine*”, verifica-se que os argumentos lançados pelo embargante têm como objetivo precípuo a reforma do julgado, para que se produza outro de acordo com o seu entendimento, ocorrendo apenas a rediscussão da matéria. O acórdão, contudo, foi proferido conforme as alegações e provas existentes nos autos e suficientes para o julgamento, especificando os fundamentos fático-jurídicos, sendo estes apenas contrários às argumentações recursais.

Desse modo, malgrado a irresignação do insurreto, o acórdão embargado encontra-se suficientemente fundamentado e motivado, inexistindo qualquer obscuridade, contradição ou omissão a ser sanada, sempre ressaltando o fato de não serem os embargos de declaração servíveis para adequar uma decisão ao entendimento do embargante ou rediscutir matéria objeto de julgamento, como pretende o ora embargante.

Como é cediço, fundamentando o “*decisum*” de forma clara e suficiente, não está o magistrado obrigado a se pronunciar sobre todas as teses e dispositivos legais suscitados pelo recorrente.

Neste contexto, inserem-se perfeitamente as seguintes inteligências jurisprudenciais:

“PROCESSUAL CIVIL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 03/STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO JULGADO. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JÁ DECIDIDA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Os embargos de declaração possuem a finalidade simples de suprir omissão, esclarecer obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material, vícios inexistem.

2. A análise das razões recursais revela a pretensão da parte em alterar o resultado do decisum, o que é inviável nesta seara recursal.

3. É abusiva a conduta processual que (a) renova embargos de declaração sem causa jurídica ou fundamentação adequada; (b) não aponta nenhuma omissão ou vício no julgamento anterior; (c) visa modificar os fundamentos da decisão embargada; (d) reitera os anteriores embargos de declaração, no qual a matéria foi expressa e fundamentadamente aclarada; (e) retarda indevidamente o desfecho do processo (cf. EDcl nos EDcl no REsp 1292879/BA, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 26/06/2013).

4. Embargos de declaração rejeitados, com elevação da multa aplicada.

(EDcl nos EDcl nos EDcl nos EDcl no AgRg nos EDcl no RMS 46.678/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL



MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/05/2016, DJe 31/05/2016)” (grifei)

E:

“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO SEGUNDO AGRAVO REGIMENTAL NA AÇÃO RESCISÓRIA. AUSÊNCIA DE QUALQUER DOS VÍCIOS PREVISTOS NO ART. 535 DO CPC. TENTATIVA DE MERA REDISCUSSÃO DO QUE JÁ AFIRMADO PELO PLENÁRIO DESTA CORTE NO ACÓRDÃO EMBARGADO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. 1. O inconformismo que tem como real escopo a pretensão de reformar o decisum não pode prosperar, porquanto inócuentes as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, sendo inviável a revisão da decisão em sede de embargos de declaração, em face dos estreitos limites do art. 535 do CPC. 2. In casu, os embargos de declaração demonstram mera tentativa de rediscussão do que foi decidido pelo acórdão embargado, inobservando a embargante que os restritos limites desse recurso não permitem o reexame da causa. 3. O efeito modificativo pretendido pela embargante somente é possível em casos excepcionais e uma vez comprovada a obscuridade, contradição ou omissão do julgado, o que não ocorre no caso sub examine. 4. Embargos de declaração d e s p r o v i d o s . (AR 1584 AgR-segundo-ED, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 07/10/2015, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-214 DIVULG 26-10-2015 PUBLIC 27-10-2015)” (grifei)

Mais:

“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO CABIMENTO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DISCUSSÃO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE. REITERAÇÃO DAS ALEGAÇÕES JÁ RECHAÇADAS POR ESTA RELATORIA NOS ACLARATÓRIOS ANTERIORES. CARÁTER PROTETÓRIO EVIDENCIADO. MULTA DO ART. 1.026, § 2º, DO CPC/2015 QUE SE IMPÕE. ACLARATÓRIOS REJEITADOS, COM IMPOSIÇÃO DE MULTA. 1. Os embargos de declaração objetivam sanar eventual existência de obscuridade, contradição, omissão ou erro material no julgado (CPC/2015, art. 1022). A ausência do enquadramento fático às hipóteses



mencionadas não permite o acolhimento do presente recurso. 2. Os embargos de declaração, ante a ausência de omissão, obscuridade ou contradição no acórdão embargado, não constituem instrumento adequado ao prequestionamento de matéria constitucional. Precedentes. 3. É evidente o inconformismo da parte embargante com o resultado do julgamento e a intenção de reapreciação da causa, finalidade a que os aclaratórios não se destinam. 4. Embargos de declaração rejeitados com aplicação de multa. (EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp 491.182/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 08/03/2018)” (grifei)

Por fim:

“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO CONHECIDO. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 182/STJ. PRETENSÃO DE REEXAME DA MATÉRIA. EMBARGOS REJEITADOS. 1. Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material, consoante dispõe o art. 535, I e II, do CPC. No caso concreto, inexistente qualquer desses vícios, pois as questões levantadas apenas traduzem o inconformismo com o teor da decisão embargada. 2. Se não superado o juízo de admissibilidade do recurso especial, é inviável o exame do mérito recursal. 3. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgRg no AREsp 150.180/GO, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 07/02/2013, DJe 21/02/2013)” (grifei)

Assim, “*in casu subjecto*”, esta Relatoria se manifestou de forma clara e precisa sobre o assunto dos autos:

“Assim, aplicando-se o supracitado dispositivo legal, os honorários devem ser fixados de forma equitativa, revela-se justo o importe de R\$ 800,00 (oitocentos reais).

Por tais razões, **DÁ-SE PROVIMENTO** ao apelo para modificar a sentença vergastada no tocante à condenação dos honorários sucumbenciais, na forma acima alvitada.”



Vê-se, portanto, que toda a matéria foi devidamente enfrentada.

Pelo exposto, não havendo nenhum vício a ser corrigido no corpo do aresto embargado, não há motivos para a reforma da decisão desafiada.

Destarte, **REJEITO** os Embargos de Declaração.

É o voto.

João Pessoa, datado e assinado eletronicamente.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba
Segunda Câmara Especializada Cível
Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos

A C Ó R D ã O

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº. 0800944-37.2019.815.0251

02/01

RELATOR : Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos

EMBARGANTE : Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

ADVOGADO : Suélio Moreira Torres (OAB/PB nº 15.477-A)

EMBARGADO : Richard Nixon Cabral

ADVOGADOS : Arthur Alves de Medeiros (OAB/PB nº 25.763)

Alberto Leite de Sousa Pires (OAB/PB nº 17.997)

PROCESSUAL CIVIL – Embargos de declaração com efeitos infringentes – Omissão, contradição ou obscuridade – Inexistência – Verificação de pronunciamento jurisdicional correspondente ao pedido do recurso – Rediscussão da matéria – Impossibilidade – Rejeição.

- Os embargos de declaração servem apenas para os casos em que a decisão embargada venha eivada de obscuridade, contradição ou omissão, não se prestando ao reexame do julgado, nem tampouco com caráter exclusivo de prequestionamento. Inexistindo quaisquer das hipóteses justificadoras, devem os mesmos ser rejeitados.



Intimo as partes para conhecimento da Decisão / Acórdão proferida(o) neste caderno processual virtual, constante no expediente retro.





CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

Certifico, para que esta produza os devidos efeitos legais que, de acordo com o sistema PJE, decorreu o prazo de lei, em 08/11/2021, sem interposição de recurso aos termos da Decisão/Despacho. Dou fé.





PODER JUDICIÁRIO

ESTADO DA PARAÍBA

4ª VARA DA COMARCA DE PATOS

PROCESSO N. 0800944-37.2019.8.15.0251

DESPACHO

Vistos etc.

Intime-se a parte autora para requerer o cumprimento do julgado em 10 dias, sob pena de arquivamento.

Nada sendo requerido, archive-se.

Patos/PB, data e assinatura eletrônicas.

Vanessa Moura Pereira de Cavalcante

Juíza de Direito

